MENSAGEM
Presidencial

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

República Federativa do Brasil

Ministério da Economia

Secretaria Especial de Fazenda

Secretaria de Orçamento Federal

MENSAGEM
Presidencial

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

Brasília / DF
2020

Ministério da Economia
Secretaria de Orçamento Federal (SOF)
SEPN 516, Bloco "D", Lote 08
70770-724 – Brasília/DF
Telefone: +55 61 2020-2000

Brasil. Ministério da Economia.

Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamentos da União exercício financeiro 2021: projeto de lei orçamentária. – Brasília, 2020.

6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial – v.1 Texto do projeto de lei, quadros consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa – v.2 Consolidação dos programas de governo – v.3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União – v.4 t.1 e 2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) – v.5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v.6 Orçamento de investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento federal. 2. Proposta orçamentária. 3. Projeto de lei 2021. I. Título

CDU: 336.14:354(81)"2021"

CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.
Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Brasília - DF

Sumário

Resumo da Política Econômica do Governo 5

Introdução 6
Análise da Conjuntura Econômica 10
Cenário macroeconômico para 2021 e suas implicações sobre a proposta orçamentária de 2021 12

Destaque Setorial 14

Saúde 15
Educação 16
Assistência Social 18
Ciência e Tecnologia 19
Meio Ambiente 20
Segurança Pública 21
Defesa 23
Desenvolvimento Regional 24
Infraestrutura 25
Investimentos 26

Avaliação das Necessidades de Financiamento do Governo Central 36

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados 37
Receita Primária Total 42
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios por Repartição de Receita 46
Despesa Primária Total 47
Outros Fatores que afetam o Resultado Primário 48
Parâmetros 49
Novo Regime Fiscal no PLOA-2021 50
Regra de Ouro 54
Resultado Primário das Empresas Estatais Federais - Metodologia de Cálculo 60
Receitas do Orçamento de Investimento 61
Pessoal e Encargos Sociasi 62
Sistemas Previdenciários 64

Agências Financeiras Oficiais de Fomento 74

Aplicações em Operações de Crédito 75
Investimentos no Ativo Imobilizado das Instituições Financeiras 75

Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais

Empresas do Setor Produtivo 77
Empresas do Setor Financeiro 122

Capítulo

01

Resumo da Política Econômica do Governo

Introdução

Reformas Estruturantes

Projeções Macroeconômicas

Introdução

O ano de 2019 foi marcado por políticas econômicas de ajuste fiscal estrutural, que permitiram gerar uma dinâmica de redução na dívida pública e comportamento equilibrado para os gastos públicos.

A aprovação da Nova Previdência, juntamente com a política de austeridade, foi fundamental para a criação de um ambiente de menor risco fiscal, que se refletiu na queda dos juros de equilíbrio, com expectativas de inflação ancoradas. Ao mesmo tempo, as políticas econômicas adotadas visaram à eliminação de diversas fontes de má alocação de recursos na economia (misallocation), criando a expectativa de ganhos de produtividade que contribuem para o ambiente com inflação sob controle, assim como para o crescimento sustentável

Nesse âmbito, a flexibilização do FGTS possibilitou ao trabalhador acessar os recursos vinculados às suas contas. O Saque Imediato possibilitou aos trabalhadores, no curto prazo, sacarem parte dos recursos para reduzirem o endividamento ou alocarem da melhor forma possível. A liberação de recursos teve maior concentração em setembro e outubro, com redução do endividamento e impacto na aceleração da atividade econômica. Já o Saque Aniversário, deu ao trabalhador a escolha de acessar anualmente seus recursos, reduzindo a má alocação de parte de seu salário e garantindo a este a destinação ótima de parte de seus recursos.

Em sintonia com esse ambiente, a manutenção do teto de gastos públicos tem contribuído para a consolidação fiscal e ajuda no equilíbrio macroeconômico, com redução da percepção do risco-país, o que tem impacto estrutural na taxa de juros básica, estimulando a economia. Nesse âmbito, a continuidade das reformas estruturantes também contribuirá para o aumento da produtividade da economia, neste e nos próximos anos. É fundamental, desta forma, manter tais alicerces macroeconômicos e perseverar nas reformas estruturais para garantir o desenvolvimento sustentável de nossa economia.

Por sua vez, 2020 tem sido marcado por crise econômica e de saúde, em amplitude mundial e de proporções sem precedentes na história recente. Os impactos econômicos imediatos causados pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19) são majorados significativamente pelas medidas de distanciamento social que objetivam achatar a curva de infecção. A abrupta disrupção econômica causada pela retração de diversas atividades produtivas e do consumo foi um choque de natureza sem precedentes, seja nas economias emergentes, ou mesmo nas avançadas, com a paralisação do comércio mundial e a interrupção de elos importantes de algumas cadeias produtivas.

A partir desse resultado, não apenas as projeções de crescimento foram fortemente reduzidas por todo o mundo, como a incerteza aumentou em proporções inéditas. O tamanho do impacto imediato da paralisação da atividade ainda é incerto, como também são a velocidade de retomada e os efeitos de longo prazo deste choque adverso.

No Brasil, as projeções de crescimento econômico para 2020 também foram revisadas fortemente ao longo dos meses, passando de alta de 2,4%, nos prognósticos de janeiro, para estabilidade, nas estimativas de março (0,0%), e, de acordo com a grade de parâmetros de maio e na de julho, para recuo do PIB anual (-4,7%). Nesse contexto, há ainda enorme incerteza sobre o prolongamento do isolamento, da velocidade da retomada da economia e do potencial de destruição estrutural da crise.

A atuação do Governo Federal com respostas ativas de política econômica tem sido essencial para atenuar o choque negativo, assim como para pavimentar o caminho de retomada da economia, minimizando os efeitos de longo prazo. O Governo Federal implementou a maior ação de proteção social em resposta a uma crise na história do País, para tentar mitigar os efeitos econômicos adversos sobre os mais vulneráveis.

Nesse período de enfrentamento à pandemia tem sido adotado um pacote de medidas de elevado custo fiscal para combater os efeitos econômicos adversos da pandemia do coronavírus. Se por um lado as medidas de isolamento visam achatar a curva de disseminação do vírus, o pacote de medidas adotadas age na direção de atenuar a recessão econômica, fornecendo melhores condições à sobrevivência das firmas e à consequente manutenção dos empregos. A perspectiva é muito desafiadora, pois o período em que a atividade econômica se mantém paralisada não é isento de custos fixos, o que pode levar firmas ao endividamento e à consequente destruição de postos de trabalho. O custo fiscal das medidas de proteção à economia, aos empregos e de proteção social, em termos de impacto no resultado primário, já tem alcançado valores superiores a 5% do PIB.

Essas medidas foram desenhadas dentro da lógica econômica, agindo sobre os canais de impacto, para minimizar as falências e preservar o emprego. A eficácia de tais medidas vai acelerar a retomada econômica.

Dentre os principais entraves à retomada, há o aumento do endividamento agregado da economia pós-isolamento. Tanto as empresas tiveram que elevar o seu endividamento, diante da necessidade de cumprirem seus compromissos durante tal período, quanto o Governo está aumentando sua dívida, para implementar políticas de proteção à economia e aos mais vulneráveis. Essa elevação do endividamento tenderá a reduzir o crescimento estrutural da economia.

Note-se que esse aumento do endividamento privado implica em uma redução do patrimônio líquido das empresas, e, devido à queda do preço dos ativos, do seu colateral para a obtenção de mais empréstimos futuros, limitando o seu capital de giro e sua capacidade de investimentos. Para reduzir tal efeito, medidas que melhoram as condições de crédito e reduzem seu custo foram tomadas. Ao mesmo tempo, o impacto da crise sobre a razão dívida pública/PIB que emerge não é decorrente apenas do aumento de gastos para reduzir os impactos do coronavírus, mas também da perda de arrecadação e retração da atividade econômica. O nível elevado de dívida pública tende a reduzir o crescimento econômico por diversos canais.

Nesse contexto, é importante também destacar que mesmo gastos públicos produtivos, tais como o investimento em infraestrutura, têm efeito negativo sobre o crescimento, à medida que o nível de dívida aumenta, pois o custo em termos de retorno ao investimento da elevação da dívida passa a ser maior que o retorno de tais gastos. No caso de dívida tão elevada como a brasileira, o impacto do aumento de gastos, mesmo sendo investimento público, teria um resultado final negativo sobre o crescimento econômico. A única possibilidade de aumento de investimento público elevar o crescimento nesse cenário seria com a redução de gastos em consumo e custeio do setor público.

Várias propostas em debate e em implementação na atualidade têm o objetivo de implementar um conjunto amplo de reformas pró-mercado. Entre elas, destacamos: aprovação do novo marco regulatório do saneamento básico e do setor de gás natural, abertura comercial, reforma tributária e agenda de concessões e privatizações. Os investimentos em infraestrutura, que anteriormente eram prioritariamente realizados pelo Estado Brasileiro, abrem espaço para o setor privado. Nessa linha, o Governo Federal tem reduzido sua participação em setores que são essencialmente privados, com a redução da participação no capital de empresas estatais e a realização de leilão de poços de petróleo – cessão onerosa.

No contexto atual, fica bastante evidente que, para combater e amenizar o sofrimento dos brasileiros, é necessário que as reformas estruturais continuem, através de uma legislação mais moderna de emprego, com o fortalecimento das políticas sociais (com transferência de recursos de programas sociais ineficientes para os mais eficientes e de comprovado efeito no combate à

pobreza), com o aprimoramento da legislação de falências e a modernização e desburocratização do mercado de crédito, de capitais e de garantias. Essas medidas são importantes para que os efeitos de longo prazo na atividade econômica, consequentemente no emprego e na pobreza, sejam minorados. É importante que os ganhos obtidos pelas reformas estruturais sejam mantidos e reforçados com novas medidas que aumentem a produtividade do Brasil e, consequentemente, o bem-estar da população.

Cabe ressaltar que, mesmo antes da pandemia, a economia brasileira já se encontrava em um nível de dívida muito elevado, causado por políticas econômicas adotadas nos governos anteriores que levaram o País a um nível de crescimento potencial muito baixo. Assim, a estratégia de redução do patamar de dívida/PIB já era medida central para elevar o crescimento potencial brasileiro e continua com essa importância primordial na saída da crise.

Note-se que a necessidade de ampliação de gastos no combate aos efeitos econômicos adversos do coronavírus foi muito maior que a dos demais países emergentes. Não apenas pelo fato de os gastos primários em relação ao PIB terem sido bem mais elevados, mas também pela condição inicial de elevada relação dívida/PIB do nosso País. Desse modo, com o aumento do endividamento, torna-se ainda mais crucial e imprescindível o controle da dívida pública, com a aprovação de medidas que aumentam a capacidade de controle fiscal, assim como da manutenção do teto de gastos, para que a crise seja passageira e não apresente efeitos prolongados nos próximos anos.

Embora o período de isolamento social no País seja prolongado, o Brasil foi um dos países com políticas econômicas mais focadas dentre os emergentes. Como resultado, a atividade tem mostrado sinais de recuperação mesmo durante o isolamento. Enquanto abril foi o mês de queda mais pronunciada, os meses seguintes já apresentaram sinais de recuperação, indicando que a velocidade de retomada tende a ser maior que a prevista anteriormente.

Note-se também que, nesse contexto de pandemia, as políticas de proteção social têm sido fundamentais para a resiliência da economia. Mesmo diante da perda substancial de empregos e redução de salários, as políticas adotadas, tais como o auxílio emergencial e o benefício emergencial de preservação do emprego e da renda (Lei nº 14.020/2020), conseguiram proteger os mais vulneráveis e têm reduzido o efeito negativo da pandemia no emprego dos brasileiros. Logo, mesmo com o prolongamento do isolamento, as medidas adotadas contiveram o aprofundamento da crise.

Deve-se destacar, todavia, que tais políticas são um escudo importante de proteção à população e às empresas para esse período de crise, mas não são um estímulo sustentável no longo prazo. Essas medidas não são capazes de ampliar a capacidade produtiva da economia, sendo, portanto, temporárias e com efeitos importantes de imediato. Assim, não seriam eficazes se adotadas de forma permanente. Consequentemente, novos desenhos de políticas de proteção social e estímulo ao emprego estão sendo construídos pelo Governo Federal para o período pós isolamento, os quais se concentram na evolução permanente da capacidade produtiva sem impor quaisquer custos fiscais adicionais. Ou seja, embora se faça necessária a elevação dos gastos públicos para o combate aos efeitos da pandemia através do fortalecimento do setor da saúde, proteção das famílias e limitação da deterioração financeira das empresas, o objetivo de médio prazo da política econômica continua mantido: consolidação fiscal e correção da má alocação de recursos (misallocation). Essas medidas se tornarão fundamentais, assim que o País superar essa onda que abala todo o mundo.

Note-se ainda que os efeitos positivos das reformas e consolidação fiscal são duradouros e já ficaram evidentes desde 2019 com a modificação nas variáveis monetárias. Com a superação da crise, podem continuar a resultar em melhores condições para a economia brasileira. Nesse sentido, a redução estrutural da taxa de juros de curto e de longo prazo e a desaceleração da

inflação corrente e esperada, com consequente diminuição na meta de inflação, são exemplos de resultados que são perseguidos desde a formulação do plano Real e começaram a ser alcançados mais recentemente. As medidas e as reformas que aumentarão a produtividade e corrigirão os incentivos da economia estão, por hora, paralisadas para atender às necessidades da população brasileira no curto prazo. Entretanto, a agenda positiva será retomada logo que, como país, essa crise for superada. Passada a pandemia, o Brasil terá que enfrentar 4 grandes desafios: o desemprego, o aumento da pobreza, o grande número de falências e a necessidade de um mercado de crédito mais eficiente. Dessa forma, faz-se premente a continuidade das reformas estruturais, findo esse período.

A retomada da agenda de equilíbrio macroeconômico por meio da consolidação fiscal é uma condição necessária para promover de forma sustentada a recuperação econômica do País. Em especial, a manutenção do teto de gastos, que constitui o pilar macrofiscal fundamental neste processo, e que permitirá endereçar pontos essenciais, tais como: fortalecer o arcabouço de proteção social transferindo recursos de programas ineficientes para programas sociais de comprovada eficiência no combate à pobreza; melhorar a eficiência das políticas de emprego; aprimorar a legislação de falências; fortalecer e desburocratizar o mercado de crédito, de capitais e de garantias; implementar o novo marco regulatório do setor de saneamento básico; aprovar o novo marco regulatório do setor de gás; promover a abertura comercial; ampliar o programa de privatizações e concessões; avançar na reforma tributária; e implementar a agenda de reformas pró-mercado, como a desburocratização, facilidade para abrir empresas e empreender, facilidade de adoção de novas tecnologias; dentre outras medidas nessa linha.

Análise da conjuntura econômica

Ao longo de 2019, houve aumento do emprego e da renda, o que promoveu a redução da taxa de desocupação. A inflação manteve-se controlada, mesmo com a aceleração no final do ano diante de um choque expressivo no preço das carnes, que já foi parcialmente revertida em janeiro/2020. As expectativas setoriais e dos consumidores continuaram mais elevadas em relação ao patamar médio do ano anterior. Dessa forma, na passagem de 2019 para 2020, a economia brasileira tinha mostrado sinais de continuidade do processo de recuperação do crescimento, ainda que com a cautela decorrente das incertezas do ambiente internacional e as consequentes revisões do crescimento dos países desenvolvidos e emergentes.

O crescimento do PIB de 2019 foi de 1,14%, com a aceleração do crescimento ao longo do ano, que resultou em aceleração do crescimento interanual repetidamente a cada período. Em especial, enquanto o primeiro trimestre apresentou um resultado mais tímido, devido a uma série de choques negativos nesse período (tais como: tragédia de Brumadinho, crise na Argentina e intempéries climáticas), o restante do ano apresentou um resultado mais favorável, com crescimento anualizado de 2,22%.

Além dessa aceleração do crescimento ao longo do ano, destaca-se em 2019 a criação líquida de 644 mil empregos formais privados, a maior desde 2013 (1,1 milhão), assim como a expansão de crédito livre no mesmo período, o que indica o fortalecimento do setor privado doméstico e sua contribuição relevante para o processo de retomada do crescimento da economia brasileira.

No início de 2020, todavia, houve elevação da incerteza do cenário internacional devido aos impactos da COVID-19 e o seu alastramento para o Mundo a partir da China. A economia brasileira apresentava sinais de retomada econômica, sendo que, após dados fracos de atividade no último trimestre de 2019, os meses de janeiro e fevereiro de 2020 foram marcados por bons resultados nos indicadores de arrecadação, mercado de trabalho e atividade. O aumento médio dos postos de trabalho formal foi de quase 170 mil no primeiro bimestre. Entretanto, a partir da segunda quinzena de março, a pandemia e as consequentes medidas sanitárias de combate ao novo coronavírus acabaram por interromper a retomada, levando a uma queda brusca e acentuada da atividade no final do primeiro trimestre.

Desse modo, o 1º trimestre de 2020 mostrou forte inflexão na recuperação da economia brasileira, que estava em curso desde o final de 2019, exatamente quando o País vinha melhorando o ritmo de atividade em relação ao ano anterior. Os primeiros impactos do novo coronavírus (COVID-19) no País geraram a paralisação ou redução de atividades, modificando expectativas e a confiança de empresários e consumidores. Diante de todos esses fatores, as perspectivas para 2020 mudaram de aceleração do crescimento econômico para cenário com perspectiva de forte retração do PIB. Houve queda na indústria, comércio e serviços, e apenas a agropecuária apresentou resultados positivos.

Passados alguns meses de enfrentamento à COVID-19, entretanto, foi possível reduzir as medidas de isolamento social e o retorno gradual da atividade econômica, ainda que de forma parcial, em diversos setores. Com isso, os resultados mensais de indicadores do 2º tri. 2020 têm mostrado que o vale da crise provocada pela pandemia provavelmente ficou para trás, possivelmente ocorrido no mês de abril. Já há sinais de reação da economia para iniciar a saída do "fundo do poço", o qual parece ter ficado circunscrito ao 2.tri.2020, e com movimento mais firme de recuperação no segundo semestre de 2020. No entanto, há um árduo caminho a percorrer para que voltemos a uma trajetória sustentável de crescimento econômico nos próximos anos.

Cabe notar que as projeções de mercado ainda continuam a refletir os impactos da pandemia. Na pesquisa Focus/BCB, a mediana de mercado para o PIB de 2020, que apontava alta de 2,2% em fevereiro, passou para queda de 6,54% ao final do mês de junho. Em julho, as expectativas do PIB melhoraram um pouco, com recuo de 5,77% em 2020, e recuperação nos anos seguintes.

Em termos de atividade em 2020, espera-se aumento de 2,5% na safra de grãos ante o volume da safra de 2019, com produção recorde de 247 milhões de toneladas, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), de junho/2020.

A indústria, bastante afetada pela crise, mostra forte queda de 11,3% no acumulado de janeiro-maio/2020 em relação ao mesmo período de 2019, mais intensa na transformação (-12,3%) que na extrativa (-3,1%), de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF/IBGE). Na margem, nota-se reação da indústria, com alta de 7,0% em maio/2020 em relação ao mês anterior, com ajuste sazonal. Com isso, a queda mais intensa da atividade parece ter ocorrido em abril, embora o volume de recuperação em maio não seja ainda suficiente para recuperar as quedas acumuladas no ano.

Em relação ao comércio varejista restrito, medido pela PMC/IBGE, houve queda de 7,2% de janeiro a maio/2020, em relação ao mesmo período de 2019. O varejo ampliado (mais veículos e materiais e construção) recuou 14,9%. Na margem, há recuperação do comércio em maio frente a abril, com ajuste sazonal (+13,9% para o restrito e +19,6% para o ampliado). Nos serviços, medidos pela PMS/IBGE, houve queda acumulada de 7,6% de janeiro a maio/2020, frente a 2019.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego foi de 12,9% em maio/2020, com alta de 0,6 p.p. ante maio/2019. A população fora da força de trabalho totalizou 74,9 milhões, maior desde o início da série (2012).

Diante dos resultados econômicos até o momento, a crise do coronavírus continua afetando a confiança de empresários e consumidores. Nas sondagens da FGV, apesar de recuperação na margem em junho/2020, houve recuo nos índices de confiança dos empresários no 2º trim./2020 ante o trimestre anterior com ajuste sazonal, sobretudo da indústria (-34,2%) e dos serviços (-32,9%). Nota-se alguma recuperação nos indicadores de confiança em julho/2020, com boas perspectivas para o segundo semestre.

A inflação vem mostrando desaceleração ao longo de 2020. O IPCA acumulado em 12 meses passou de 4,31% em dezembro/2019 para 2,13% em junho/2020. No caso do IGP-M, passou a captar os impactos de desvalorização cambial e acelerou para 7,31% no acumulado em 12 meses em junho/2020. Neste cenário, inflação baixa e crescimento econômico fraco, a taxa Selic alcançou o seu menor patamar (2,25% aa) em junho/2020.

Cenário macroeconômico para 2021 e suas implicações sobre a proposta orçamentária de 2021

A política econômica brasileira atual tem o objetivo de promover o aumento da produtividade da economia brasileira, corrigir a alocação ineficiente dos recursos e recuperar o equilíbrio das contas públicas, por meio do aumento da eficiência e liberdade para a destinação dos gastos públicos. A pandemia provocou a necessidade de redirecionamento de recursos para atender às necessidades emergenciais de saúde e de suporte à população. Uma vez superada a crise, faz-se necessário continuar o esforço para reativar o crescimento sustentado do País. A principal fonte do fraco crescimento estrutural no País é a baixa produtividade, apesar do cenário desafiador no Brasil e a desaceleração do PIB internacional. Assim, embora algumas das mudanças estruturais já tenham sido iniciadas ou implementadas desde 2019, torna-se imprescindível a continuidade de medidas que reformem a estrutura econômica do País. Nesse âmbito, a proposta orçamentária para o exercício de 2021 adota os seguintes parâmetros:

Tabela 1: Projeções de Variáveis Macroeconômicas

	Observado	Projeções*		
	2019	2020	2021	2022
PIB: Variação % anual	1,14	-4,70	3,20	2,50
IPCA: Variação % acumulada no ano	4,31	1,60	3,24	3,50
Taxa de Câmbio R$/ US$: média anual	3.95	5,08	5,11	4,93
Taxa SELIC (% ao ano): média anual	5,90	2,63	2,13	3,85

*Projeções: Grade de Parâmetros Macroeconômicos de 10/07/2020.

Fonte e Elaboração: SPE/FAZENDA/ME.

Conforme apresentado na Tabela 1, estima-se queda de 4,7% para o PIB do Brasil em 2020, decorrente dos efeitos da pandemia de coronavírus (Covid-19). Para os anos seguintes, espera-se recuperação do crescimento do PIB e retorno para patamar equivalente ao histórico recente da economia brasileira, próximo do PIB potencial.

A consolidação das reformas econômicas para retomar os ganhos de produtividade e melhores condições de produção é essencial neste momento. Com isso, o aumento do investimento, maior competitividade das exportações brasileiras e a recuperação do consumo das famílias são fatores que possibilitarão ao Brasil alcançar taxas de crescimento do PIB superiores a 2,5% ao ano de forma sustentável. Acredita-se que o bom êxito de um conjunto amplo de reformas estruturais implique viés positivo para a projeção do PIB, elevando desta forma o nível do PIB potencial.

No caso da taxa de inflação, nota-se que o IPCA tem se mantido dentro das metas estabelecidas pelo CMN. Para 2020, a crise do coronavírus tem criado viés desinflacionário e, com isso, espera-se IPCA no limite inferior do intervalo da meta. Para os anos seguintes, espera-se retorno à normalidade e inflação próxima ao centro da meta. A contínua melhora do ambiente econômico possibilita que a meta de inflação continue se reduzindo e convergindo para patamares semelhantes a países mais desenvolvidos, conforme decisões sobre a meta nos últimos anos do CMN.

Após depreciação da taxa nominal de câmbio em 2020 devido à crise do coronavírus e às do ambiente internacional, espera-se que o valor do dólar se acomode nos próximos anos, indicando relativa estabilização da projeção

até 2022. Caso a projeção se confirme, a taxa de câmbio contribuirá para a manutenção do saldo comercial favorável, contribuindo para que e o déficit em transações correntes seja financiado pelo comércio exterior e pelo ingresso de investimento direto no País.

Em relação à taxa de juros, espera-se que o patamar da taxa Selic permaneça no seu menor valor histórico em 2020. Observa-se que a menor taxa de juros nominal também se reflete em redução da taxa de juros reais. Em parte, esse efeito é explicado pela crise do coronavírus e pelo menor vigor da atividade. Por outro lado, as melhores perspectivas do cenário macroeconômico em 2021 corroboram esse resultado benéfico, que advém em grande parte dos esperados efeitos positivos das reformas já implementadas, daquelas em andamento e de outras que são esperadas pelos agentes econômicos.

Capítulo

02

Destaque Setorial

Saúde

Educação

Assistência Social

Ciência e Tecnologia

Meio Ambiente

Segurança Pública

Defesa

Desenvolvimento Regional

Infraestrutura

Investimentos

Saúde

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado. De relevância pública, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, que constituem o Sistema Único de Saúde (SUS).

Diferente de outros setores, há uma proteção adicional à aplicação de recursos para Saúde. O texto constitucional garante o montante de recursos aplicados no setor, determinando que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União aportará pelo menos o valor mínimo aplicado em ações e serviços públicos de saúde no ano anterior corrigido pela variação do IPCA de 12 meses. Para 2021, essa correção será de 2,13%.

Na proposta orçamentária, o Ministério da Saúde estabeleceu algumas áreas de atuação prioritárias, dentre as quais se destacam: Atenção Básica; Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Suporte Profilático e Terapêutico; e Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental.

A Atenção Básica em saúde refere-se ao cuidado integral dos indivíduos em suas localidades, o que deve impactar positivamente na melhoria das condições de saúde de toda a população. Nesse sentido, a Estratégia de Saúde da Família é a principal forma de atuação do Ministério da Saúde na área. Em 2021, suas ações contemplarão a manutenção e expansão de equipes multiprofissionais por todo o território nacional com capacidade de prevenção e resolução de problemas e de encaminhamento adequado às redes de Atenção de Média e Alta Complexidade. O Governo Federal alocará mais de R$ 23,9 bilhões na Atenção Básica, sendo R$ 20,1 bilhões para seu custeio, por meio de repasses de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio do Piso de Atenção Primária à Saúde. Em torno de R$ 2,8 bilhões serão investidos na Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde (Programa Médicos pelo Brasil), buscando garantir atendimento nas regiões do País com escassez desses profissionais.

O apoio aos serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial envolve o aporte de recursos na assistência de todas as especialidades de média e alta complexidade e receberá, em 2021, R$ 55,4 bilhões. Destes, o Governo Federal alocará R$ 51,7 bilhões na Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

O Suporte Profilático e Terapêutico distribui-se entre as ações orçamentárias, totalizando R$ 15,4 bilhões. Deste valor, destacam-se a Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado, no montante de R$ 7,0 bilhões; a Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular, modalidades gratuita e co-pagamento, com R$ 2,5 bilhões; e a Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde, com R$ 1,9 bilhão.

As ações de Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental, realizadas pelo SUS, têm como finalidade impedir que a saúde humana seja exposta a riscos e combater as causas dos efeitos negativos gerados e receberão recursos da ordem de R$ 8,6 bilhões em 2021. Destes, aproximadamente R$ 5,4 bilhões serão destinados para Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para a Prevenção e Controle de Doenças. Cerca de R$ 2,7 bilhões serão repassados como Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.

Finalmente, o Ministério da Saúde realizará em 2021 um conjunto de investimentos da ordem de R$ 2,0 bilhões. Parte dos recursos será canalizada para a Estruturação de Unidades de Atenção Especializada, com aporte de R$ 488 milhões, e para a Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências, com R$ 169 milhões. Outro investimento de destaque será a construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz, com R$ 152 milhões.

Educação

No Brasil, a Educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e deve ser promovida visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. É competência comum da União, dos Estados e dos Municípios organizar, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino, assim como proporcionar os meios de acesso à educação de qualidade.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), vem desempenhando suas competências no âmbito da política nacional de Educação, buscando, a cada exercício, aprimorar os processos educacionais e garantir o financiamento das instituições sob sua responsabilidade.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar a estudantes de todas as etapas da educação básica pública, quais sejam educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. O Governo Federal repassa a Estados, Municípios e a escolas federais, recursos financeiros de caráter suplementar para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de alunos matriculados em cada rede de ensino. Ademais, no mínimo 30% dos recursos repassados pelo PNAE são utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável dessas comunidades. Em 2021, o PNAE contará com aproximadamente R$ 4,1 bilhões do Governo Federal para atender cerca de 40 milhões de estudantes.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) contempla a aquisição e a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e de literatura, entre outros materiais de apoio à prática educativa, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. Destaca-se que o PNLD é uma importante ferramenta para implantação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Em 2021, serão aplicados quase R$ 2,5 bilhões, o que possibilitará a aquisição e a distribuição de mais de 209 milhões de obras.

No âmbito do Ensino Médio, enfatiza-se a mudança de estrutura nesta etapa do ensino implementada pelo Novo Ensino Médio, que amplia o tempo mínimo do estudante na escola de 800 para mil horas anuais até 2022 e contempla a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por meio de diferentes itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional, a mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade à todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes. Para tanto, receberá R$ 328,1 milhões em 2021.

Outro destaque do Ensino Médio é o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, que visa aprimorar a aprendizagem do aluno e incentivar a sua permanência na escola. As escolas de educação básica das redes públicas dos Estados e do Distrito Federal que participam do programa são apoiadas para oferecer a jornada escolar ampliada e a formação integral e integrada do estudante. Para essa iniciativa, o Governo Federal repassa recursos às Secretarias Estaduais e Distrital de Educação, que devem ser aplicados na remuneração e aperfeiçoamento dos professores, na aquisição de material didático-escolar, na manutenção e conservação de instalações e de equipamentos, entre outras

despesas classificadas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Em 2021, essa iniciativa receberá R$ 501,3 milhões.

O Programa de Inovação Educação Conectada contará em 2021 com R$ 280 milhões para apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica pública, beneficiando mais de 70 mil escolas públicas urbanas e rurais. A tecnologia é uma ferramenta eficaz para permitir o acesso ao ensino, contemporaneidade no aprendizado e melhorias na gestão das redes educacionais, principalmente em um país extenso em termos territoriais, como o Brasil, o que confere ao Programa um caráter estratégico.

Em 2021, também destacam-se as ações voltadas à Alfabetização. Serão destinados cerca de R$ 225,2 milhões para promover a alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no país e combater o analfabetismo absoluto e funcional. Serão concedidas bolsas para alfabetização de jovens e adultos e dado apoio aos programas, ações e eventos no âmbito da alfabetização para gestores, professores e alunos.

Assistência Social

Direito do cidadão e dever do Estado, a Assistência Social é uma política pública não contributiva, que objetiva prover os mínimos sociais para garantir o atendimento às necessidades básicas. É realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade. No Governo Federal, o principal órgão que executa essas ações é o Ministério da Cidadania, cujas principais iniciativas a serem desenvolvidas no exercício de 2021, são apresentadas a seguir.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Renda Mensal Vitalícia (RMV) consistem na transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, que comprovem não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. Para 2021, estão previstos R$ 64,7 bilhões para o BPC e a RMV, que beneficiarão 5,0 milhões de pessoas, sendo 2,2 milhões de idosos e 2,8 milhões de pessoas com deficiência.

Outra iniciativa importante é o Bolsa Família, programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, estimando-se, para 2021, o valor de R$ 34,9 bilhões, com o atendimento de aproximadamente 15,2 milhões de famílias beneficiárias. Para receber o benefício são considerados a renda por pessoa da família (renda mensal per capita igual ou inferior a R$ 178,00), o número de crianças e adolescentes com até 17 anos e a existência de gestantes e nutrizes. As famílias que, mesmo após o recebimento dos demais benefícios se mantenham abaixo da linha de extrema pobreza (renda mensal per capita igual ou inferior a R$ 89,00), recebem o benefício de superação da extrema pobreza, cujo valor é variável e equivale ao necessário para superar os R$ 89,00 por pessoa. Para tal, as famílias beneficiárias devem assumir compromissos e cumprir certas condicionalidades.

O Programa Criança Feliz surge como uma importante ferramenta para que famílias com crianças, entre zero e seis anos, ofereçam a seus pequenos os meios para promover seu desenvolvimento integral. É uma estratégia alinhada ao Marco legal da Primeira Infância que traz as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano. Para 2021 está previsto o atendimento de 695 mil crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, em especial nos primeiros 1.000 dias de vida, por meio de visitas domiciliares semanais, realizadas por agentes especializados em técnicas de desenvolvimento infantil integral, e contará com o montante de R$ 448,0 milhões.

Ciência e Tecnologia

A fim de fortalecer a pesquisa científica, o Governo investirá R$ 93,9 milhões para dar seguimento ao projeto da Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração. O Brasil é o único país da América Latina a possuir um laboratório desse tipo, capaz de analisar a natureza por meio de radiações eletromagnéticas, que tem por objetivo desenvolver materiais de alto desempenho, mais econômicos e menos nocivos ao meio ambiente, além de gerar conhecimentos para aplicação em diversas áreas, tais como agricultura, energia e fármacos. Sirius será a maior e mais complexa infraestrutura científica já construída no País e uma das primeiras fontes de luz síncrotron de 4ª geração do mundo.

Para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, gerenciado pela Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, e que financia projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, serão destinados R$ 510,1 milhões de recursos não reembolsáveis, além de R$ 1.782,9 milhões de recursos reembolsáveis, sob a forma de empréstimos de longo prazo a projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, visando contribuir com o aumento dos gastos empresariais com pesquisa e desenvolvimento, em especial nos segmentos priorizados pela Política Industrial e Tecnológica.

No âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq estão previstos R$ 943,9 milhões para a concessão de bolsas de estudo de graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado e de iniciação científica para a qualificação de pessoal, que visam a fomentar a ciência, a tecnologia e a inovação, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.

Meio Ambiente

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A Política Nacional de Meio Ambiente foi instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, tendo por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Conforme incisos VI e VII do art. 23 da Constituição, a proteção do meio ambiente, o combate à poluição em qualquer das suas formas, bem como a preservação das florestas, da fauna e da flora, são de competência comum de todos os entes federativos. Na União, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, autarquias vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, são os principais executores dessas políticas.

No PLOA 2021, estão previstos R$ 135,2 milhões para as ações finalísticas do Ibama, que envolvem, entre outras, controle e fiscalização ambiental, licenciamento ambiental, prevenção e controle de incêndios nas áreas federais prioritárias e gestão do uso sustentável da biodiversidade.

As atividades finalísticas do ICMBio terão orçamento de R$ 121,6 milhões, que serão aplicados, principalmente, no apoio à criação, gestão e implementação das Unidades de Conservação Federais, bem como na fiscalização ambiental e na prevenção e combate a incêndios florestais no âmbito de tais unidades.

Cabe destacar, ainda, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC, instituído pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, com a finalidade de assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos. No PLOA 2021, são previstos R$ 323,0 milhões para financiamentos reembolsáveis com recursos do Fundo, cuja operacionalização fica a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que atua como seu agente financeiro.

Segurança Pública

A Política Nacional de Segurança Pública está voltada à modernização e ao aprimoramento das forças policiais. Em parceria com os Estados, Distrito Federal e Municípios, diferentes órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, o Governo Federal vem desenvolvendo ações que mitigam as causas da violência e da criminalidade no desafio de implementar iniciativas que resultem na diminuição de crimes.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública apoia, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, projetos na área de segurança pública destinados a reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais; sistemas de informações, de inteligência e de investigação, bem como os de estatísticas policiais; estruturação e modernização da polícia técnica e científica, programas de prevenção ao delito e à violência; dentre outros. Esses projetos devem estar enquadrados nas diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP), composto por 12 metas, 20 indicadores e 37 ações estratégicas, que se desdobram em políticas públicas e projetos estratégicos que visam a redução da taxa de homicídio, de lesão corporal seguida de morte, de morte violentas de mulheres, de latrocínio, de mortes no trânsito, de vitimização e de suicídio de profissionais de segurança pública, de furto e roubo de veículos; em relação ao sistema penitenciário as metas tratam do aumento de vagas no sistema prisional, de presos em atividade laboral e educacional.

Para o desenvolvimento dessas atividades, será disponibilizado, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, em 2021, o montante de R$ 1.444,6 milhões, visando, principalmente, aprimorar a segurança pública nacional, fortalecer o enfrentamento à criminalidade violenta, o fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos – RIBPG, o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras – VIGIA, e o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas – SINESP. Além disso, entre as ações fomentadas encontram-se os recursos destinados ao aparelhamento e manutenção da Força Nacional de Segurança Pública.

Para a Polícia Federal, que tem dentre suas competências apurar infrações penais praticadas contra a ordem política e social, em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, bem como aquelas cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional; e prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, serão disponibilizados, no exercício de 2021, R$ 246,1 milhões. Esses recursos se destinarão à prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas e a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, dos quais R$ 98,5 milhões permitirão o aparelhamento e modernização da Polícia Federal. Além disso, serão destinados R$ 292,3 milhões para manutenção do sistema de emissão de passaporte, controle do tráfego internacional e de registros de estrangeiros.

Para a Polícia Rodoviária Federal, responsável pelo patrulhamento ostensivo das rodovias federais, por meio de operações, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros; da implementação das medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito, com vistas a assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de locomoção; e de ações voltadas à defesa da vida, incluindo a preservação da saúde e do meio ambiente, serão destinados, em 2021, R$ 340,4 milhões para a realização de ações de policiamento, fiscalização, combate à criminalidade e corrupção.

O Fundo Penitenciário Nacional possui uma política de financiamento de projetos de construção e ampliação de estabelecimentos penais. Além disso, busca disseminar a aplicação de penas e de medidas alternativas pelos órgãos judiciais, no intuito de controlar o crescimento da população prisional; incentivar a implantação do serviço de educação e responsabilização para autores de violência doméstica; e criar núcleos de defesa dos presos provisórios, compostos por equipe multidisciplinar que orienta e acompanha réus e suas famílias, como forma de evitar a reincidência criminal e facilitar a reinserção social. Para o desenvolvimento dessas atividades, serão aplicados R$ 371,2 milhões em 2021.

O Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) foi criado e disciplinado pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986 com a finalidade principal de financiar ações, projetos e programas relacionados à política sobre drogas. Dentre as suas principais ações constam a de promover a articulação institucional e a execução de ações para formação de atores da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, produção de conhecimento, tecnologia, além de atividades e projetos da política sobre drogas, incluindo projetos que visem a redução da oferta de drogas catalogadas, mediante ações repressivas de regulação ou de inteligência, e o controle de novas drogas

Em 2019, a Medida Provisória nº 885, convertida na Lei nº 13.886/2019, promoveu importantes alterações na Lei do Fundo Nacional Antidrogas, dentre as quais a distribuição, por meio de transferência voluntária, de 20% a 40% dos recursos provenientes da alienação de bens apreendidos em decorrência do tráfico de drogas às polícias estaduais e distrital, responsáveis pela apreensão, desde que preencham alguns requisitos da lei, bem como o repasse de até 40% dos recursos provenientes da alienação dos bens apreendidos às Polícias Federal e Rodoviária Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública que participaram da apreensão. Para 2021 estão previstos R$ 67,2 milhões para o cumprimento dessas políticas.

Defesa

Para o setor de Defesa, serão investidos, no próximo exercício, recursos da ordem de R$ 5,5 bilhões em projetos estratégicos das Forças Armadas e novos desafios tecnológicos e científicos nacionais.

No que tange à Marinha do Brasil, destacam-se os investimentos na área nuclear, pioneira no desenvolvimento de tecnologias para o domínio do ciclo do combustível nuclear, e na construção inteiramente nacional do reator do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear. Também será dada continuidade, em parceria com o governo francês, no desenvolvimento de submarinos. O projeto prevê a construção do submarino de propulsão nuclear e de quatro submarinos convencionais, do estaleiro e da base naval em Itaguaí (RJ).

No Exército Brasileiro prevê-se a implantação do Sistema Integrado de Fronteiras (SISFRON), com vistas a apoiar ações de vigilância nas fronteiras terrestres. A aquisição dos Blindados Guarani, produzidos no País, ampliará a capacidade de emprego das Forças Armadas em situações críticas. O Projeto Astros 2020, desenvolvido pela indústria nacional, aumentará a defesa terrestre, dotando o País de capacidade tecnológica na produção de sistemas de artilharia e defesa de longo alcance.

No âmbito da Força Aérea Brasileira está em curso o Projeto KC-X, aeronave de transporte de médio porte, em parceria com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que cria melhores condições para o transporte militar, além de abrir novos mercados internacionais à indústria aeronáutica brasileira. Na mesma linha, ressalta-se a implantação do projeto de aquisição de caças Gripen NG, que permitirá a absorção de tecnologias, em parceria com o governo da Suécia, para fabricação de aeronaves de última geração, cujo objetivo é proteger o território nacional. Haverá, ainda, a aquisição de Helicópteros, leves e de médio porte, para Emprego das Forças Armadas.

Ademais, além dos projetos supramencionados, é importante mencionar o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), que contará com R$ 1,9 bilhão para garantir a segurança e a qualidade do tráfego aéreo brasileiro.

Por fim, destaca-se a atuação das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Além disso, o Ministério da Defesa tem tido papel fundamental, desde 2018, na assistência emergencial e acolhimento humanitário às pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório por crise humanitária, com montagem de alojamento, realização de operações voltadas à segurança pública e ao fortalecimento das fronteiras, atenção à saúde, organização e distribuição de doações, fornecimento de alimentos, transporte de pessoas para outras regiões, entre outras. Essas intervenções contarão com recursos da ordem de R$ 91,0 milhões.

Desenvolvimento Regional

No âmbito do desenvolvimento regional, destacam-se as obras de infraestrutura hídrica em andamento, as quais, com sua conclusão, ampliarão o acesso da população à água nos mais diversos usos (consumo humano, dessedentação animal, agricultura irrigada e atividade industrial), viabilizando a expansão da atividade econômica e o desenvolvimento social. São diversas obras em andamento, priorizando-se os investimentos públicos em obras que viabilizem a integração entre regiões hidrográficas, rios, reservatórios e demais infraestruturas hídricas. Com a execução de obras estruturantes e reabilitação de infraestrutura existente, busca-se a expansão da disponibilidade e segurança hídrica, proporcionando o abastecimento a partir de fontes perenes.

Nesse contexto, a maior obra de infraestrutura hídrica do País, dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos, o Projeto de Integração do Rio São Francisco é fundamental para o combate à escassez no Nordeste Setentrional. O empreendimento totaliza 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte) e visa a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde a estiagem é frequente.

Destacam-se, como investimentos prioritários, no montante de R$ 604,0 milhões, as obras dos Eixos Leste e Norte do Projeto. Além disso, para a integração da bacia do Rio São Francisco com a bacia do Rio Ipojuca e as regiões do sertão e agreste do Estado de Pernambuco, serão alocados R$ 304,0 milhões para a conclusão do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano.

Infraestrutura

Os investimentos em infraestrutura logística objetivam melhorar a eficiência da matriz logística atual e ampliar a qualidade dos serviços de transporte para aumentar a competitividade da produção brasileira, fortalecendo a integração de cadeias produtivas e facilitando a circulação de pessoas e produtos em todo o território nacional. Além de contribuir para o crescimento da produção, criam empregos diretos e indiretos, funcionando como um dos grandes motores de expansão da economia brasileira. Nas áreas relativas a rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias, o planejamento e respectivas execuções ocorrem de forma complementar entre os diferentes modais e geram soluções logísticas integradas. Em 2021, estão previstos investimentos da ordem de R$ 6,4 bilhões.

Em rodovias, serão destinados investimentos no valor de R$ 5,3 bilhões visando manter toda a malha rodoviária federal não concedida, abrangendo desde a construção, pavimentação, duplicação e adequação das rodovias federais sob responsabilidade da União. Destaque para as seguintes obras: BR-116/RS – trecho entre Eldorado do Sul e Pelotas; BR-010/MA – trecho entre Imperatriz e Açailândia; BR-470/SC – trecho Navegantes – Rio do Sul; BR-280/SC – trecho São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul; BR-116/RS e BR-290/RS - construção da segunda ponte sobre o Rio Guaíba; BR-101/BA – divisa de Sergipe com Bahia; BR-101/AL – trecho divisa Alagoas com Pernambuco até divisa Alagoas com Sergipe; BR-116/BA – trecho divisa Pernambuco com Bahia (Ibó) até Feira de Santana; BR-156/AP – trecho Ferreira Gomes até Oiapoque (Fronteira com Guiana Francesa); BR-163/MT – trecho entre Rondonópolis e Cuiabá; BR-158/287/RS – travessia urbana em Santa Maria; BR-101/SE - trecho divisa Sergipe com Alagoas – Pedra Branca; BR-163/PR - trecho entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) até Marmelândia; BR-163/PR – trecho Cascavel até Guaíra; BR-101/ES – contorno rodoviário de Mestra Álvaro em Serra; BR-020/GO – trecho divisa Goiás com Distrito Federal até divisa Goiás com Bahia; BR-419/MS – trecho entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) até entroncamento BR-262 (Aquidauana).

Já no transporte ferroviário, com investimento de 579,3 milhões, destaca-se a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) no trecho entre Caetité e Barreiras, no Estado da Bahia, obra com execução e andamento e conclusão prevista até o final de 2023.

Quanto ao modal aeroportuário, o Governo Federal destinará, em 2021, R$ 109,6 milhões para adequar e modernizar a infraestrutura e os serviços aeroportuários, concentrando esforços em investimentos que assegurem a capacidade de operação, a segurança e o conforto de passageiros. Destes, estão previstos R$ 93,9 milhões em investimentos para aviação regional.

Para a atividade portuária, que contará com R$23,0 milhões, serão priorizados a implementação do sistema de gestão de tráfego de navios e a construção de terminais fluviais visando a ampliação da eficiência logística. Essas ações contribuem para a competitividade dos produtos nacionais e a produtividade operacional do sistema.

No setor hidroviário, que receberá em 2021 R$ 84,2 milhões, terão continuidade os estudos, projetos e obras que visam à melhoria da navegação das hidrovias com o intuito de elevar a participação desse modal na matriz de transporte do País.

Não menos importantes, os investimentos em infraestrutura logística contarão com R$ 281,7 milhões em atividades transversais que contemplam mutuamente as áreas de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos. Essas atividades incluem modernização de tecnologia da informação; políticas de educação e prevenção de acidentes de trânsito; projetos, estudos e pesquisas para o desenvolvimento da infraestrutura logística e fiscalização e regulação do setor, garantindo o funcionamento harmônico do sistema.

Investimentos

Os investimentos públicos são fundamentais para o desenvolvimento e restabelecimento do bem-estar da sociedade brasileira, porque geram empregos e oportunidades. Além disso, são necessários para a retomada do crescimento econômico do País.

Para 2021, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) reservou recursos para investimentos públicos estratégicos nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, destinando dotações em projetos da ordem de R$ 12,6 bilhões, aplicados em infraestruturas de transporte e logística; telecomunicações, desenvolvimento regional e cidades; saúde, educação, defesa e segurança pública; inovação e tecnologia; e turismo.

Na alocação dos recursos foram priorizados os investimentos em andamento, com a adoção de percentual mínimo de alocação de 9,6% das despesas primárias discricionárias do Poder Executivo, dando efetividade ao cumprimento do § 12 do art. 165 da CF/1988. Ressalta-se que as dotações de investimentos em andamento no PLOA-2021 correspondem a 11,5% das despesas primárias discricionárias do Poder Executivo no PLOA-2021, percentual superior ao previsto.

Dessa forma, buscou-se mitigar tendência de redução na alocação em investimentos em andamento observada nos últimos anos, mantendo níveis mínimos da alocação com base em referência do PLOA-2020, possibilitando maior previsibilidade para o planejamento e execução dos investimentos em andamento. Tal medida resultou num incremento de R$ 4,0 bilhões em relação ao valor alocado em projetos em andamento no PLOA-2020, esforço necessário para evitar a profusão de obras inacabadas e o desperdício de recursos públicos.

Cabe destacar que os valores alocados nos investimentos plurianuais prioritários, constantes da Seção I do Anexo III da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, Lei do PPA 2020 a 2023, somam R$ 7,0 bilhões no PLOA-2021. Esses investimentos foram definidos entre os programas finalísticos integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, totalizando 30 projetos na referida seção.

A Emenda Constitucional nº 100, de 26 de junho de 2019, dispõe, no § 20 do art. 166, a continuidade da alocação orçamentária em investimentos plurianuais em andamento decorrentes de emendas de bancada estadual de execução obrigatória.

Desse modo, com o objetivo de cumprir com tais dispositivos e auxiliar as bancadas estaduais parlamentares para que aloquem no PLOA-2021 seus recursos naqueles projetos plurianuais que se encontram em andamento, segue quadro nesta Mensagem que encaminha o Projeto de Lei Orçamentária com os investimentos plurianuais que se encontram nesta situação, no qual são identificadas as bancadas, números das emendas, programações orçamentárias e órgãos em que os mesmos estão em execução.

Além dos investimentos previstos no PLOA, ressalta-se que a busca de parcerias com o setor privado para a realização de empreendimentos públicos é essencial para a retomada econômica do País. Nesse sentido, destacam-se medidas estruturantes como o aprimoramento do arcabouço normativo; atração de investimentos privados; maior segurança jurídica e produtividade; melhoria do ambiente de negócios; e mitigação dos impactos socioeconômicos.

Tabela 2 – Investimentos em andamento oriundos de Bancadas Estaduais

Autor	Órgão Setorial	Número Emenda	Ação	Localizador
7102 - Bancada do Acre	Ministério da Infraestrutura	201871020001	7XB4 - Manutenção de Trecho Rodoviário - Entroncamento AC-339 (Sena Madureira) – Entroncamento AC-186 (Bom Futuro/Rio Liberdade) – na BR-364/AC	0012 - No Estado do Acre
7102 - Bancada do Acre	Ministério da Defesa	202071020007	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7000 - Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Acre
7102 - Bancada do Acre	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971020006	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	0166 - No Município de Rio Branco - AC
7102 - Bancada do Acre	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071020005	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	0171 - No Município de Tarauacá - AC
7102 - Bancada do Acre	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071020010	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	0169 - No Município de Senador Guiomard - AC
7102 - Bancada do Acre	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071020012	10S6 - Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social	0157 - No Município de Cruzeiro do Sul - AC
7102 - Bancada do Acre	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071020014	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	0170 - No Município de Sena Madureira - AC
7102 - Bancada do Acre	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071020015	10S6 - Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social	0171 - No Município de Tarauacá - AC
7103 - Bancada de Alagoas	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771030016	14RU - Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Bacia Leiteira no Estado de Alagoas	0027 - No Estado de Alagoas
7103 - Bancada de Alagoas	Ministério do Desenvolvimento Regional	201871030015	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	1795 - No Município de Maceió - AL
7103 - Bancada de Alagoas	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071030006	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7018 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Alagoas
7103 - Bancada de Alagoas	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071030013	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7018 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Alagoas
7104 - Bancada do Amazonas	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771040002	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	0211 - No Município de Manaus - AM
7104 - Bancada do Amazonas	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771040004	10SJ - Apoio à Produção ou Melhoria Habitacional de Interesse Social	7000 - Na Região Metropolitana de Manaus - AM
7104 - Bancada do Amazonas	Ministério do Desenvolvimento Regional	201871040001	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	0211 - No Município de Manaus - AM

Autor	Órgão Setorial	Número Emenda	Ação	Localizador
7104 - Bancada do Amazonas	Ministério do Desenvolvimento Regional	201871040002	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	0211 - No Município de Manaus - AM
7104 - Bancada do Amazonas	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971040002	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	7390 - Na Região Metropolitana de Manaus - No Estado do Amazonas
7104 - Bancada do Amazonas	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071040006	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	0208 - No Município de Lábrea - AM
7104 - Bancada do Amazonas	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	202071040011	14XS - Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres	0013 - No Estado do Amazonas
7105 - Bancada do Amapa	Ministério da Infraestrutura	202071050001	1418 - Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP	0016 - No Estado do Amapá
7105 - Bancada do Amapa	Ministério da Defesa	201871050002	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7176 - Na Região Metropolitana de Macapá - AP
7105 - Bancada do Amapa	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971050003	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	0401 - No Município de Laranjal do Jari - AP
7106 - Bancada da Bahia	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971060005	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7188 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado da Bahia
7106 - Bancada da Bahia	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971060006	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7188 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado da Bahia
7106 - Bancada da Bahia	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071060010	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7003 - Aquisição de máquinas e equipamentos - No Estado da Bahia
7106 - Bancada da Bahia	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071060011	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7003 - Aquisição de máquinas e equipamentos - No Estado da Bahia
7107 - Bancada do Ceara	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771070010	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	0023 - No Estado do Ceará
7108 - Bancada do Distrito Federal	Ministério do Desenvolvimento Regional	201871080001	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	0053 - No Distrito Federal
7108 - Bancada do Distrito Federal	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071080001	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	0053 - No Distrito Federal
7108 - Bancada do Distrito Federal	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	202071080011	14XS - Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres	0053 - No Distrito Federal
7109 - Bancada do Espirito Santo	Ministério da Infraestrutura	202071090005	7S51 - Construção de Contorno Rodoviário (Contorno de Mestre Álvaro) em Serra - na BR-101/ES	0032 - No Estado do Espírito Santo

Autor	Órgão Setorial	Número Emenda	Ação	Localizador
7109 - Bancada do Espirito Santo	Ministério da Infraestrutura	201971090001	7U06 - Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES	0032 - No Estado do Espírito Santo
7109 - Bancada do Espirito Santo	Ministério da Infraestrutura	202071090011	7U06 - Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES	0032 - No Estado do Espírito Santo
7109 - Bancada do Espirito Santo	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771090008	109H - Construção de Barragens	7024 - Construção da Barragem do Rio Jucu no Município de Domingos Martins - No Estado do Espírito Santo
7109 - Bancada do Espírito Santo	Ministério da Infraestrutura	201671090006	7S51 - Construção de Contorno Rodoviário (Contorno de Mestre Álvaro) em Serra - na BR-101/ES	3265 - No Município de Serra - ES
7110 - Bancada de Goias	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071100002	10SJ - Apoio à Produção ou Melhoria Habitacional de Interesse Social	0052 - No Estado de Goiás
7110 - Bancada de Goias	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071100003	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	0052 - No Estado de Goiás
7110 - Bancada de Goias	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071100008	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	0052 - No Estado de Goiás
7111 - Bancada do Maranhão	Ministério da Educação	201771110002	152X - Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior	0552 - No Município de Alcântara - MA
7111 - Bancada do Maranhão	Ministério da Infraestrutura	202071110004	13X5 - Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA	0638 - No Município de Imperatriz - MA
7111 - Bancada do Maranhão	Ministério da Infraestrutura	201671110005	7W84 - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) na BR-135/MA	0021 - No Estado do Maranhão
7111 - Bancada do Maranhão	Ministério da Infraestrutura	201771110001	7W84 - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) na BR-135/MA	0021 - No Estado do Maranhão
7111 - Bancada do Maranhão	Ministério da Infraestrutura	202071110001	7W84 - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) na BR-135/MA	0021 - No Estado do Maranhão
7111 - Bancada do Maranhão	Ministério da Infraestrutura	202071110005	7XJ9 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PI/MA - Divisa MA/TO - na BR-226/MA	0021 - No Estado do Maranhão
7111 - Bancada do Maranhão	Ministério do Desenvolvimento Regional	201871110010	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7234 - Aquisição de Equipamentos e Maquinários - No Estado do Maranhão
7111 - Bancada do Maranhão	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971110004	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7258 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado do Maranhão
7111 - Bancada do Maranhão	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071110007	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7022 - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Maranhão
7112 - Bancada do Mato Grosso	Ministério da Defesa	202071120012	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	5369 - No Município de Ponte Branca - MT

Autor	Órgão Setorial	Número Emenda	Ação	Localizador
7112 - Bancada do Mato Grosso	Ministério do Desenvolvimento Regional	201871120009	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	5390 - No Município de Rondonópolis - MT
7113 - Bancada do Mato Grosso do Sul	Ministério da Infraestrutura	201771130001	7S57 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS	0054 - No Estado de Mato Grosso do Sul
7113 - Bancada do Mato Grosso do Sul	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771130002	7W59 - Implantação do Projeto Sul-Fronteira	7000 - Trecho Ponta Porã/Mundo Novo - No Estado do Mato Grosso do Sul
7113 - Bancada do Mato Grosso do Sul	Ministério do Desenvolvimento Regional	201871130002	7W59 - Implantação do Projeto Sul-Fronteira	7000 - Trecho Ponta Porã/Mundo Novo - No Estado do Mato Grosso do Sul
7113 - Bancada do Mato Grosso do Sul	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971130004	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	5218 - No Município de Campo Grande - MS
7113 - Bancada do Mato Grosso do Sul	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071130002	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	5218 - No Município de Campo Grande - MS
7114 - Bancada de Minas Gerais	Ministério da Educação	201971140010	15R3 - Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior	0031 - No Estado de Minas Gerais
7114 - Bancada de Minas Gerais	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971140013	5308 - Construção da Barragem Jequitaí no Estado de Minas Gerais	2747 - No Município de Jequitaí - MG
7114 - Bancada de Minas Gerais	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	201971140014	14XS - Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca	7000 - Na Região Metropolitana de Belo Horizonte - No Estado de Minas Gerais
7115 - Bancada do Para	Ministério da Infraestrutura	201771150003	7W07 - Adequação de Trecho Rodoviário - Castanhal - Santa Maria do Pará - Trevo de Salinópolis - Divisa PA/MA - na BR-316/PA	0015 - No Estado do Pará
7115 - Bancada do Para	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771150011	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7190 - Serviços e Aquisição de equipamentos - No Estado do Pará
7115 - Bancada do Para	Ministério do Desenvolvimento Regional	201871150005	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7190 - Serviços e Aquisição de equipamentos - No Estado do Pará
7115 - Bancada do Para	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971150005	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7190 - Serviços e Aquisição de Equipamentos - No Estado do Pará
7116 - Bancada da Paraiba	Ministério da Educação	201971160004	7XE3 - Construção do Hospital Universitário do Sertão (HUS)	1388 - No Município de Cajazeiras - PB
7116 - Bancada da Paraiba	Ministério da Infraestrutura	202071160014	14UB - Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional	1476 - No Município de Patos - PB
7116 - Bancada da Paraiba	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771160001	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	1392 - No Município de Campina Grande - PB

Autor	Órgão Setorial	Número Emenda	Ação	Localizador
7116 - Bancada da Paraiba	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771160002	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	1392 - No Município de Campina Grande - PB
7116 - Bancada da Paraiba	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771160002	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	1436 - No Município de João Pessoa - PB
7116 - Bancada da Paraiba	Ministério do Desenvolvimento Regional	201871160002	15DX - Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó na Região Nordeste	0025 - No Estado da Paraíba
7116 - Bancada da Paraiba	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971160002	15DX - Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó na Região Nordeste	0020 - Na Região Nordeste
7116 - Bancada da Paraiba	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971160005	10SS - Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	7096 - No Bairro Varadouro - João Pessoa - PB
7116 - Bancada da Paraiba	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971160006	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	1392 - No Município de Campina Grande - PB
7116 - Bancada da Paraíba	Ministério da Infraestrutura	201671160004	7T98 - Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 (Cabedelo) - km 28 (Oitizeiro) - na BR-230/PB	0025 - No Estado da Paraíba
7117 - Bancada do Parana	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771170002	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7220 - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Paraná
7117 - Bancada do Parana	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071170008	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	4097 - No Município de Coronel Vivida - PR
7117 - Bancada do Parana	Ministério da Cidadania	202071170009	5450 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	4129 - No Município de Foz do Iguaçu - PR
7117 - Bancada do Paraná	Ministério da Infraestrutura	201671170002	7U22 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR	0041 - No Estado do Paraná
7118 - Bancada de Pernambuco	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771180001	10F6 - Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco	0020 - Na Região Nordeste
7118 - Bancada de Pernambuco	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971180001	14RL - Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais	6500 - No Estado de Pernambuco (Implantação do Sistema Integrado da Barragem de Gatos - No Estado de Pernambuco)
7118 - Bancada de Pernambuco	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971180002	14RL - Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais	1618 - No Município de Cupira - PE
7118 - Bancada de Pernambuco	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071180001	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7004 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Pernambuco
7118 - Bancada de Pernambuco	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071180007	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7004 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Pernambuco

Autor	Órgão Setorial	Número Emenda	Ação	Localizador
7118 - Bancada de Pernambuco	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071180008	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7004 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Pernambuco
7118 - Bancada de Pernambuco	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071180009	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	1684 - No Município de Paudalho - PE
7118 - Bancada de Pernambuco	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071180010	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	1721 - No Município de Serra Talhada - PE
7119 - Bancada do Piaui	Ministério da Infraestrutura	202071190004	7X75 - Adequação de Trecho Rodoviário - Fim das obras de duplicação - Estádio Municipal (Demerval Lobão) - na BR-316/PI	0022 - No Estado do Piauí
7119 - Bancada do Piaui	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071190005	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7023 - Restauração da Estrada Estadual, do Entroncamento da BR-343 / Sebastião Leal / Uruçui / Ribeiro Gonçalves até Baixa Grande do Ribeiro - No Estado do Piauí
7119 - Bancada do Piaui	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071190006	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7024 - Restauração da Estrada Estadual Trecho PI-130 em Teresina / Amarante - No Estado do Piauí
7119 - Bancada do Piaui	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071190007	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7025 - Restauração da Estrada Estadual Trecho PI-140 em Floriano / São Raimundo Nonato - No Estado do Piauí
7119 - Bancada do Piaui	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071190008	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7026 - Restauração da Estrada Estadual Trecho PI-112 em Teresina / Porto - No Estado do Piauí
7119 - Bancada do Piaui	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071190009	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7027 - Construção da Estrada Estadual Trecho PI-213 em Esperantina-PI / Caraúbas-PI - No Estado do Piauí
7119 - Bancada do Piaui	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071190011	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7028 - Restauração da Estrada Estadual Trecho PI-141 em São João do Piauí / Entroncamento PI-140 - No Estado do Piauí
7120 - Bancada do Rio de Janeiro	Ministério da Educação	201971200001	7XE1 - Reconstrução e Modernização do Museu Nacional	0033 - No Estado do Rio de Janeiro
7120 - Bancada do Rio de Janeiro	Ministério da Infraestrutura	201971200006	11H1 - Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ	3281 - No Município de Barra Mansa

Autor	Órgão Setorial	Número Emenda	Ação	Localizador
7120 - Bancada do Rio de Janeiro	Ministério da Infraestrutura	202071200013	11H1 - Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ	3281 - No Município de Barra Mansa - RJ
7121 - Bancada do Rio Grande do Norte	Ministério da Infraestrutura	202071210010	7S75 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte
7121 - Bancada do Rio Grande do Norte	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771210001	10DC - Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte
7121 - Bancada do Rio Grande do Norte	Ministério do Desenvolvimento Regional	201871210001	10DC - Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte
7121 - Bancada do Rio Grande do Norte	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971210010	10DC - Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte
7121 - Bancada do Rio Grande do Norte	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971210011	5900 - Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte
7121 - Bancada do Rio Grande do Norte	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071210004	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	1261 - No Município de Mossoró - RN
7121 - Bancada do Rio Grande do Norte	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071210008	10DC - Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte
7121 - Bancada do Rio Grande do Norte	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071210012	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1247 - No Município de Lajes - RN
7121 - Bancada do Rio Grande do Norte	Ministério do Turismo	201971210014	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	7352 - Construção do Novo Mercado Municipal da Redinha - Natal - RN
7122 - Bancada do Rio Grande do Sul	Ministério da Infraestrutura	201971220002	123U - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul
7122 - Bancada do Rio Grande do Sul	Ministério da Infraestrutura	201971220001	7L04 - Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul
7122 - Bancada do Rio Grande do Sul	Ministério da Infraestrutura	201871220001	7X77 - Adequação de Trecho Rodoviário - Guaíba - Pelotas - na BR-116/RS	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul
7123 - Bancada de Rondonia	Ministério da Infraestrutura	201871230001	7X99 - Manutenção de Trecho Rodoviário - Vilhena - Porto Velho - na BR-364/RO	0011 - No Estado de Rondônia
7123 - Bancada de Rondonia	Ministério da Defesa	202071230002	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	0119 - No Município de Rolim de Moura - RO
7123 - Bancada de Rondonia	Ministério da Defesa	202071230011	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7009 - Instituto de Longa Permanência do Idoso - No Município de Porto Velho - RO
7123 - Bancada de Rondonia	Ministério da Defesa	202071230012	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	0116 - No Município de Porto Velho - RO

Autor	Órgão Setorial	Número Emenda	Ação	Localizador
7123 - Bancada de Rondonia	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771230001	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7222 - Pavimentação Asfáltica no Município de Porto Velho - RO
7123 - Bancada de Rondonia	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771230002	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7224 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Mecanização Agrícola - No Estado de Rondônia
7123 - Bancada de Rondonia	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971230007	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7238 - Aquisição de Equipamentos - No Estado de Rondônia
7123 - Bancada de Rondônia	Ministério da Defesa	201671230003	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7128 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Rondônia
7123 - Bancada de Rondônia	Ministério da Defesa	202071130001	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7001- Equipamentos e Material Permanente - No Estado de Rondônia
7124 - Bancada de Roraima	Ministério da Defesa	202071240003	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	0238 - No Município de Boa Vista - RR
7124 - Bancada de Roraima	Ministério da Defesa	202071240010	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	0250 - No Município de Uiramutã - RR
7124 - Bancada de Roraima	Ministério da Defesa	202071240012	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	0238 - No Município de Boa Vista - RR
7124 - Bancada de Roraima	Ministério do Desenvolvimento Regional	201871240002	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	7358 - Obras e Ações de Desenvolvimento Urbano - Boa Vista - RR
7124 - Bancada de Roraima	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971240004	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	0238 - No Município de Boa Vista - RR
7124 - Bancada de Roraima	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971240005	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	0244 - No Município de Mucajaí - RR
7124 - Bancada de Roraima	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071240002	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	0243 - No Município de Iracema - RR
7124 - Bancada de Roraima	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071240004	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	0238 - No Município de Boa Vista - RR
7124 - Bancada de Roraima	Ministério da Cidadania	202071240011	5450 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	0238 - No Município de Boa Vista - RR
7124 - Bancada de Roraima	Ministério da Infraestrutura	201671240009	7242 - Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR	0014 - No Estado de Roraima
7125 - Bancada de Sao Paulo	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771250001	10SS - Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	6500 - No Estado de São Paulo (Aquisição de Material Rodante para as Linhas da CPTM)
7126 - Bancada de Santa Catarina	Ministério da Infraestrutura	201671260001	7W01 - Adequação de Trecho Rodoviário - Joaçaba - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC	0042 - No Estado de Santa Catarina

Autor	Órgão Setorial	Número Emenda	Ação	Localizador
7126 - Bancada de Santa Catarina	Ministério da Infraestrutura	202071260009	7XJ5 - Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC	0042 - No Estado de Santa Catarina
7127 - Bancada de Sergipe	Ministério do Desenvolvimento Regional	201771270004	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	1853 - No Município de Aracaju - SE
7127 - Bancada de Sergipe	Ministério do Desenvolvimento Regional	201871270001	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7232 - Aquisição de Equipamentos, Maquinários e serviços - No Estado do Sergipe
7127 - Bancada de Sergipe	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971270014	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7232 - Aquisição de Equipamentos, Maquinários e serviços - No Estado do Sergipe
7127 - Bancada de Sergipe	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071270001	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7012 - Equipamentos - No Estado de Sergipe
7127 - Bancada de Sergipe	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071270002	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7011 - Equipamentos e serviços - No Estado de Sergipe
7127 - Bancada de Sergipe	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071270003	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1883 - No Município de Lagarto - SE
7127 - Bancada de Sergipe	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071270004	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7007 - Aquisição de Equipamentos, Maquinários e Serviços - No Estado de Sergipe
7127 - Bancada de Sergipe	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071270005	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1897 - No Município de Nossa Senhora do Socorro - SE
7128 - Bancada de Tocantins	Ministério da Infraestrutura	201671280003	7L92 - Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO	0548 - No Município de Xambioá - TO
7128 - Bancada de Tocantins	Ministério do Desenvolvimento Regional	201871280001	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7218 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado do Tocantins
7128 - Bancada de Tocantins	Ministério do Desenvolvimento Regional	201871280002	1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	0421 - No Município de Araguaína - TO
7128 - Bancada de Tocantins	Ministério do Desenvolvimento Regional	201971280004	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7218 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado do Tocantins
7128 - Bancada de Tocantins	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071280003	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7015 - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Tocantins
7128 - Bancada de Tocantins	Ministério do Desenvolvimento Regional	202071280011	10SJ - Apoio à Produção ou Melhoria Habitacional de Interesse Social	0017 - No Estado do Tocantins
7128 - Bancada de Tocantins	Ministério da Cidadania	202071280004	5450 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	0542 - No Município de Palmas - TO

Capítulo

03

Avaliação das Necessidades de Financiamento do Governo Central

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados

Receita Primária Total

Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios por Repartição de Receitas

Despesa Primária Total

Novo Regime Fiscal no PLOA-2021

Regra de Ouro

Resultado Primário das Empresas Estatais Federais – Metodologia de Cálculo

Receitas do Orçamento de Investimento

Pessoal e Encargos Sociais

Sistemas Previdenciários

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados

Apresenta-se a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam o cumprimento da meta de resultado primário. A Tabela 3 demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2019, na Lei Orçamentária de 2020 e na reprogramação de 2020, e os previstos no Projeto de Lei Orçamentária de 2021 (PLOA-2021).

Cumpre ressaltar que o Banco Central do Brasil (BCB) é o responsável, ao final do exercício, pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de verificação do cumprimento da meta fiscal fixada para o exercício.

A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) refere-se à metodologia consagrada internacionalmente para avaliação de políticas fiscais, consistindo na soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:

1) variação do nível de endividamento líquido do ente durante o período considerado; ou

2) soma dos itens de receitas e despesas.

O primeiro critério, chamado "abaixo da linha", é calculado pelo BCB, sendo considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.

O segundo, denominado "acima da linha", é calculado pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia, e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e do planejamento fiscal.

Tabela 3

Discriminação	Realizado 2019		LOA 2020		Reprogramação 2020		PLOA 2021	
	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	**1.635.111,0**	**22,8**	**1.644.117,1**	**21,6**	**1.456.227,3**	**20,3**	**1.560.099,2**	**20,4**
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	946.082,9	13,2	1.003.056,9	13,2	891.436,4	12,4	975.004,3	12,7
I.1.1. Imposto de Importação	*43.035,3*	*0,6*	*47.202,5*	*0,6*	*39.076,5*	*0,5*	*44.669,6*	*0,6*
I.1.2. IPI	*52.685,9*	*0,7*	*59.299,2*	*0,8*	*45.451,4*	*0,6*	*53.096,2*	*0,7*
I.1.3. Imposto sobre a Renda	*398.366,5*	*5,6*	*410.645,0*	*5,4*	*380.774,0*	*5,3*	*400.816,0*	*5,2*
I.1.4. IOF	*41.044,2*	*0,6*	*43.270,6*	*0,6*	*29.124,6*	*0,4*	*47.040,3*	*0,6*
I.1.5. COFINS	*238.696,1*	*3,3*	*259.045,1*	*3,4*	*231.002,9*	*3,2*	*246.518,4*	*3,2*
I.1.6. PIS/PASEP	*64.751,6*	*0,9*	*71.506,4*	*0,9*	*63.031,5*	*0,9*	*67.567,1*	*0,9*
I.1.7. CSLL	*82.018,5*	*1,1*	*87.057,9*	*1,1*	*79.204,9*	*1,1*	*81.928,3*	*1,1*
I.1.8. CPMF/CSS								
I.1.9. CIDE - Combustíveis	*2.792,9*	*0,0*	*2.863,4*	*0,0*	*2.278,2*	*0,0*	*2.610,3*	*0,0*
I.1.10. Outras Administradas pela RFB	*22.691,9*	*0,3*	*22.167,0*	*0,3*	*21.492,5*	*0,3*	*30.758,1*	*0,4*
I.2. Incentivos Fiscais	-47,8	0,0	-1,8	0,0	-141,9	0,0	-1,8	0,0

Discriminação	Realizado 2019		LOA 2020		Reprogramação 2020		PLOA 2021	
	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	413.331,3	5,8	436.460,3	5,7	401.042,4	5,6	417.543,1	5,4
I.3.1. Arrecadação Ordinária	*403.136,4*	*5,6*	*426.191,3*	*5,6*	*391.604,8*	*5,5*	*413.838,2*	*5,4*
I.3.2. Ressarcimento pela Desoneração da Folha	*10.194,9*	*0,1*	*10.269,0*	*0,1*	*9.437,6*	*0,1*	*3.704,9*	*0,0*
I.4. Outras Receitas	275.744,6	3,9	204.601,8	2,7	163.890,4	2,3	167.553,7	2,2
I.4.1. Concessões e Permissões	*93.281,3*	*1,3*	*21.063,1*	*0,3*	*4.748,8*	*0,1*	*5.240,0*	*0,1*
I.4.2. Complemento para o FGTS	*5.296,9*	*0,1*	*35,8*	*0,0*	*63,3*	*0,0*	*67,7*	*0,0*
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	*13.926,9*	*0,2*	*18.329,5*	*0,2*	*17.254,2*	*0,2*	*17.853,2*	*0,2*
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	*22.104,6*	*0,3*	*22.710,7*	*0,3*	*20.472,5*	*0,3*	*20.924,5*	*0,3*
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	*64.681,3*	*0,9*	*68.052,0*	*0,9*	*57.329,5*	*0,8*	*60.034,7*	*0,8*
I.4.6. Dividendos e Participações	*20.879,0*	*0,3*	*13.521,8*	*0,2*	*6.038,6*	*0,1*	*9.736,9*	*0,1*
I.4.7. Operações com Ativos	*1.151,5*	*0,0*	*1.137,8*	*0,0*	*1.159,1*	*0,0*	*1.159,1*	*0,0*
I.4.8. Receita Própria e de Convênios	*15.887,1*	*0,2*	*15.825,1*	*0,2*	*13.832,4*	*0,2*	*14.795,7*	*0,2*
I.4.9. Demais Receitas	*38.536,0*	*0,5*	*43.926,0*	*0,6*	*42.992,1*	*0,6*	*37.741,9*	*0,5*
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**288.330,8**	**4,0**	**288.684,0**	**3,8**	**260.879,0**	**3,6**	**276.867,6**	**3,6**
II.1. Cide combustíveis	820,8	0,0	824,2	0,0	679,7	0,0	748,6	0,0
II.2. Exploração de Recursos Naturais	38.782,9	0,5	42.427,5	0,6	36.165,5	0,5	38.093,4	0,5
II.3. Contribuição do Salário Educação	12.261,1	0,2	13.626,4	0,2	12.283,5	0,2	12.554,7	0,2
II.4. FPE/FPM/IPI-EE	213.592,7	3,0	221.750,5	2,9	200.827,7	2,8	213.955,4	2,8
II.5. Fundos Constitucionais	9.609,2	0,1	8.139,1	0,1	9.024,3	0,1	9.449,5	0,1
Repasse Total	*13.595,9*	*0,2*	*14.098,3*	*0,2*	*12.788,5*	*0,2*	*13.617,3*	*0,2*
Superávit Fundos	*-3.986,7*	*-0,1*	*-5.959,2*	*-0,1*	*-3.764,1*	*-0,1*	*-4.167,8*	*-0,1*
II.6. Demais	13.264,1	0,2	1.916,4	0,0	1.898,2	0,0	2.066,1	0,0
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	**1.346.780,2**	**18,8**	**1.355.433,2**	**17,8**	**1.195.348,3**	**16,7**	**1.283.231,6**	**16,7**
IV. DESPESAS	**1.441.845,0**	**20,1**	**1.479.503,7**	**19,4**	**1.982.798,1**	**27,6**	**1.516.799,9**	**19,8**
IV.1. Benefícios Previdenciários	626.510,4	8,8	677.693,3	8,9	677.181,1	9,4	704.416,2	9,2
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	313.087,3	4,4	322.369,9	4,2	324.793,0	4,5	337.345,4	4,4
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	195.201,8	2,7	209.858,7	2,8	722.392,5	10,1	224.147,1	2,9
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	*55.592,3*	*0,8*	*60.619,8*	*0,8*	*62.812,1*	*0,9*	*58.931,4*	*0,8*
IV.3.2. Anistiados	*161,5*	*0,0*	*275,2*	*0,0*	*210,2*	*0,0*	*174,1*	*0,0*
IV.3.3. Apoio Fin. Municípios/Estados					*79.189,5*	*1,1*		
IV.3.4. Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	*736,9*	*0,0*	*936,5*	*0,0*	*806,5*	*0,0*	*806,2*	*0,0*
IV.3.5. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	*59.728,4*	*0,8*	*61.488,8*	*0,8*	*61.645,1*	*0,9*	*66.122,5*	*0,9*
IV.3.6. Complemento para o FGTS	*5.296,9*	*0,1*	*35,8*	*0,0*	*63,3*	*0,0*	*67,7*	*0,0*
IV.3.7. Créditos Extraordinários	*3.344,0*	*0,0*			*392.421,4*	*5,5*		
IV.3.8. Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha	*10.194,9*	*0,1*	*10.269,0*	*0,1*	*9.437,6*	*0,1*	*3.704,9*	*0,0*
IV.3.9. Fabricação de Cédulas e Moedas	*931,3*	*0,0*	*982,8*	*0,0*	*1.420,7*	*0,0*	*1.003,7*	*0,0*
IV.3.10. Fundef / Fundeb - Complementação	*15.602,8*	*0,2*	*16.462,1*	*0,2*	*16.462,1*	*0,2*	*19.604,4*	*0,3*
IV.3.11. Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	*1.725,2*	*0,0*	*2.290,5*	*0,0*	*2.075,8*	*0,0*	*2.170,0*	*0,0*

Discriminação	Realizado 2019		LOA 2020		Reprogramação 2020		PLOA 2021	
	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB
IV.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/ DPU (Custeio e Capital)	*12.262,3*	*0,2*	*12.588,1*	*0,2*	*13.019,0*	*0,2*	*13.910,2*	*0,2*
IV.3.13. ADO 25					*4.000,0*	*0,1*	*4.000,0*	*0,1*
IV.3.14. Reserva de Contingência			*1.751,7*	*0,0*	*907,4*	*0,0*	*16.344,5*	*0,2*
IV.3.15. Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	*15.477,3*	*0,2*	*23.931,4*	*0,3*	*23.485,4*	*0,3*	*20.646,2*	*0,3*
IV.3.16. Subsídios, Subvenções e Proagro	*11.009,9*	*0,2*	*14.148,5*	*0,2*	*48.698,7*	*0,7*	*14.018,7*	*0,2*
IV.3.17. Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	*224,1*	*0,0*	*91,6*	*0,0*	*306,9*	*0,0*	*82,5*	*0,0*
IV.3.18. Transferência Multas ANEEL	*971,9*	*0,0*	*926,7*	*0,0*	*1.922,3*	*0,0*	*1.049,7*	*0,0*
IV.3.19. Impacto Primário do FIES	*1.942,1*	*0,0*	*1.025,1*	*0,0*	*1.473,5*	*0,0*	*1.510,3*	*0,0*
IV.3.20. Financiamento de Campanha Eleitoral			*2.035,0*	*0,0*	*2.035,0*	*0,0*		
IV.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	307.045,4	4,3	269.581,8	3,5	258.431,4	3,6	250.891,2	3,3
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	142.837,1	2,0	143.309,3	1,9	143.352,6	2,0	154.838,5	2,0
IV.4.2 Discricionárias	164.208,3	2,3	126.272,5	1,7	115.078,8	1,6	96.052,7	1,3
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	**-95.064,7**	**-1,3**	**-124.070,5**	**-1,6**	**-787.449,8**	**-11,0**	**-233.568,3**	**-3,0**
V.1. Resultado do Tesouro	118.114,3	1,6	117.162,6	1,5	-511.311,1	-7,1	53.304,8	0,7
V.2. Resultado da Previdência Social	-213.179,1	-3,0	-241.233,0	-3,2	-276.138,7	-3,8	-286.873,1	-3,7
VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO	**6.165,8**	**0,1**						
VII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (V+VI)	**-88.898,9**	**-1,2**	**-124.070,5**	**-1,6**	**-787.449,8**	**-11,0**	**-233.568,3**	**-3,0**
VIII. META OFS	**-139.000,0**	**-1,9**	**-124.100,0**	**-1,6**	**-124.100,0**	**-1,7**	**-233.568,3**	**-3,0**
IX. ESFORÇO NECESSÁRIO (+) / SOBRA DE RECURSOS (-) (VII - VIII)	**-50.101,1**	**-0,7**	**-29,5**	**0,0**	**663.349,8**	**9,2**		
X. JUROS NOMINAIS POR COMPETÊNCIA	**-310.115,1**	**-4,3**	**-325.398,2**	**-4,3**	**-325.398,2**	**-4,5**	**-248.324,9**	**-3,2**
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (VII+X)	**-399.014,0**	**-5,6**	**-449.468,7**	**-5,9**	**-1.112.848,1**	**-15,5**	**-481.893,2**	**-6,3**
XII. RECEITAS FINANCEIRAS	**1.353.987,4**	**18,9**	**1.921.403,0**	**25,2**	**1.921.403,0**	**26,8**	**2.587.481,1**	**33,8**
XII.1. Refinanciamento da Dívida	375.413,2	5,2	917.135,1	12,0	917.135,1	12,8	1.603.521,7	20,9
XII.2. Emissão de Títulos	596.758,3	8,3	812.521,6	10,7	812.521,6	11,3	827.892,7	10,8
XII.3. Operações Oficiais de Crédito	175.724,1	2,5	57.022,6	0,7	57.022,6	0,8	49.655,1	0,6
XII.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	87.999,0	1,2	67.798,1	0,9	67.798,1	0,9	42.500,2	0,6
XII.5. Demais	118.092,8	1,6	66.925,6	0,9	66.925,6	0,9	63.911,4	0,8
XV. DESPESAS FINANCEIRAS	**1.116.299,7**	**15,6**	**1.809.123,0**	**23,7**	**1.809.123,0**	**25,2**	**2.359.345,3**	**30,8**
XIII.1. Juros e Encargos da Dívida	285.231,0	4,0	409.567,2	5,4	409.567,2	5,7	362.618,2	4,7
XIII.2. Amortização da Dívida	752.534,5	10,5	1.193.081,2	15,7	1.193.081,2	16,6	1.873.784,8	24,5
XIII.3. Demais	78.534,2	1,1	206.474,6	2,7	206.474,6	2,9	122.942,3	1,6

Fonte: SOF e STN/FAZENDA/ME. Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

As estimativas da NFSP estão compatíveis com a meta fiscal necessária para a estabilização da relação Dívida/Produto Interno Bruto (PIB) no médio prazo, conforme as atuais diretrizes de política fiscal e as mudanças ocorridas no cenário econômico. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 (PLDO-2021) prevê meta fiscal, para 2021, a ser apurada pela diferença entre a receita primária do governo federal e suas despesas com impacto primário, respeitado o Teto de Gastos, que é o somatório dos limites de despesas por Poderes e Órgãos, conforme definido nos incisos I ao V, do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ADCT, acrescido pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de Dezembro de 2016, a qual instituiu o Novo Regime Fiscal para o conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Para as Estatais Federais, foi definida meta deficitária de R$ 3,97 bilhões. A mudança na sistemática de definição da meta de resultado primário, prevista no PLDO-2021, e materializada no PLOA-2021, se deu no contexto de elevada incerteza decorrente da pandemia da COVID-19, tratando-se de alteração excepcional para o exercício financeiro de 2021.

Assim, o PLOA-2021 pressupõe volumes de receitas compatíveis com a citada meta e de despesas necessárias ao funcionamento da máquina pública e à consecução das políticas de Governo.

O levantamento da NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias (obrigatórias e discricionárias). A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas primárias obrigatórias, chega-se ao valor das despesas primárias discricionárias, ou seja, aquelas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. Assim, apresentam-se as metodologias e os valores das principais receitas e despesas primárias constantes do PLOA-2021, em valores correntes, e, em seguida, os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas.

No PLOA-2021, as receitas primárias atingem o montante de R$ 1.560,1 bilhões, sendo R$ 975,0 bilhões relativos à receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia (RFB/ME), líquida de incentivos fiscais, R$ 417,5 bilhões referentes à arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e R$ 167,6 bilhões relativos às demais receitas primárias.

As receitas financeiras são geralmente obtidas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das aplicações financeiras da União, entre outras. Como regra geral, são aquelas que não alteram o endividamento líquido do Governo (setor público não financeiro), uma vez que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo. A exceção a essa regra é a receita advinda dos juros de operações financeiras, que, apesar de contribuir com a redução do endividamento líquido, também se caracteriza como receita financeira.

Para 2021, o PLOA considera um total de R$ 2.587,4 bilhões em receitas financeiras. Desse total, R$ 1.603,5 bilhões referem-se a captações para refinanciamento do estoque da dívida, R$ 827,9 bilhões à emissão de títulos, R$ 49,6 bilhões ao retorno das operações oficiais de crédito (amortizações e juros), R$ 42,5 bilhões à remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e R$ 63,9 bilhões a demais receitas financeiras, como as obtidas por meio de operações de crédito, remunerações a depósitos bancários, entre outras.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias, as quais não pressionam o resultado primário, nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício e, correspondem, principalmente, ao pagamento de juros, encargos e amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital integralizado e às reservas de contingência, com exceção do montante considerado primário.

As projeções das despesas primárias obrigatórias consideram o efeito da promulgação da Emenda Constitucional nº 108, de 2020, EC 108/2020, relativa ao "Novo Fundeb" e o acordo firmado entre estados, o Distrito Federal e a União no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 25 (ADO nº 25), que redundou no Projeto de Lei Complementar nº 133, de 2020 (PLP 133/2020). A EC 108/2020, que trata do "Novo Fundeb", altera a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), elevando-a dos atuais 10% das receitas do Fundeb para 12% em 2021. A ADO nº 25, por sua vez, trata da omissão da União em cumprir a EC nº 42/2003, que determina a edição de lei para fixar critérios, prazos e condições em que se dará a compensação aos estados e ao Distrito Federal pela isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as exportações de produtos primários e semielaborados. No âmbito da ADO nº 25, foi firmado acordo entre os entes federados, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), regulamentando o repasse de recursos pela União a Estados e Distrito Federal, no período entre 2020 e 2037. Segundo o PLP 133/2020, a União repassará aos entes subnacionais R$ 58 bilhões, nesse período, com a entrega de R$ 4 bilhões, a cada exercício, entre 2020 e 2030.

Conforme o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central, compatível com o PLOA-2021, o valor total das despesas primárias do Governo Central é de R$ 1.793,7 bilhões, sendo R$ 276,9 bilhões destinados às transferências constitucionais e legais por repartição de receita, R$ 337,3 bilhões para gastos com pessoal e encargos sociais, R$ 704,4 bilhões para benefícios previdenciários, R$ 224,1 bilhões para as despesas obrigatórias sem controle de fluxo, R$ 154,8 bilhões para as despesas obrigatórias com controle de fluxo do Poder Executivo, e R$ 96,1 bilhões para as despesas discricionárias do Poder Executivo.

Ressalta-se que as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e manutenção e desenvolvimento do ensino ficam asseguradas, conforme critérios estabelecidos no art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminam as despesas por unidade orçamentária, detalhadas por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a respectiva apuração do resultado primário.

Conforme possibilidade prevista no art. 23 do PLDO-2021, o PLOA-2021 contém, em órgão orçamentário específico, receitas de operações de crédito e programações de despesas correntes primárias, condicionadas à aprovação de projeto de lei de crédito suplementar por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o disposto no inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal. Estão sendo adotadas medidas para reduzir a necessidade de emissão de operações de crédito durante a execução orçamentária.

Receita Primária Total

A projeção da receita primária, no montante de R$ 1,6 trilhão, com um acréscimo de 7,1% em relação à estimativa da 3ª avaliação bimestral de receitas e despesas para o ano de 2020, adotou como base de cálculo os valores arrecadados até junho de 2020, com os devidos ajustes, utilizando-se os parâmetros relacionados à atividade econômica, aos índices de preço e à taxa de câmbio projetados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME), em 10 de julho de 2020.

Dentre os parâmetros, destacam-se (valores para 2021): o crescimento real da economia (3,20%); a inflação acumulada apurada pelo IPCA (3,24%) e pelo IGP-DI (4,11%); a expansão na quantidade importada, sem combustível (11,83%); a variação da massa salarial nominal (4,05%); a Taxa Média de Câmbio Real/Dólar (R$/US$ 5,11) e o valor do Petróleo Brent (US$ 44,49).

As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, às receitas correntes, sendo classificadas conforme os seguintes grupos:

Receitas Administradas pela RFB/ME

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela RFB/ME. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio e taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no Produto Interno Bruto (PIB), volume de vendas e de importações; e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

Estima-se para o ano de 2021 que as receitas administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia (RFB/ME), líquidas de restituições e incentivos fiscais, e excluídas as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), totalizem R$ 975,0 bilhões.

Arrecadação Líquida para o RGPS

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista na alínea "a" do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição Federal, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado Sistema "S".

Uma vez que essa receita decorre das contribuições sociais do empregador incidentes sobre a folha salarial e dos trabalhadores, o parâmetro mais importante para sua estimativa é o crescimento da massa salarial nominal. Esse indicador varia em função da população economicamente ativa com carteira de trabalho assinada e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.

Além do mais, compõe as receitas do RGPS o valor da compensação de que trata o inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Essa norma determina que a União compense o Fundo do Regime Geral de Previdência Social pela perda de receita previdenciária decorrente da desoneração sobre a folha de pagamento. Embora a vigência da desoneração e, consequentemente da compensação, se encerre em 2020, conforme estabelecido na Portaria Conjunta STN/RFB/INSS/MPS nº 2, de 28 de março de 2013, a renúncia previdenciária é informada com quatro meses de defasagem, de forma a melhorar a qualidade e precisão da estimativa. Desse modo, há previsão de repasse de valores até abril de 2021.

A estimativa da receita previdenciária líquida para o exercício de 2021, portanto, totaliza R$ 417,5 bilhões, dos quais R$ 413,8 bilhões de contribuições genuínas e R$ 3,7 bilhões de compensação às desonerações da folha de pagamento. Adotou-se como base de cálculo os valores arrecadados até junho de 2020.

Receitas Administradas por outros órgãos

Esse conjunto de receitas representa um montante de R$ 167,6 bilhões para 2021, com crescimento em relação à 3ª avaliação bimestral de receitas e despesas para 2020 de aproximadamente 2,2%. Dentre os principais parâmetros que influenciam essa previsão, destacam-se as variações acumuladas esperadas para o PIB, a Massa Salarial Nominal, o IGP-DI, o IPCA, o valor do barril de petróleo (Brent) e o Câmbio.

Concessões e Permissões: compõem-se de todas as concessões e permissões da União para exploração econômica, pelo setor privado, em setores como os de telecomunicações, petróleo, transportes e energia elétrica. O valor programado para 2021, no montante de R$ 5,2 bilhões, é calculado em função da expectativa de ingresso de recursos dos serviços já concedidos e a conceder naquele ano, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras e por outros órgãos e sintetizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional na Nota Técnica SEI nº 28113/2020/ME.

Dividendos e Participações: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal, totalizando o valor de R$ 9,7 bilhões, conforme Nota Técnica SEI nº 30398/2020/ME.

Exploração de Recursos Naturais: compreende as parcelas recebidas como compensação financeira pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, outros recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os royalties devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil, assim como a receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União nos contratos de partilha de produção. Nesses casos, variáveis como o volume de produção, o valor do câmbio, o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas. Projeta-se um montante total de R$ 60,0 bilhões, com destaque para as receitas advindas dos recursos do petróleo, que somam R$ 51,8 bilhões.

Receitas Próprias: consideram-se nesse item as receitas decorrentes de atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e de exploração econômica do patrimônio próprio dos órgãos, remunerados por preço público, assim como os convênios. São preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação. Estima-se um total de R$ 14,8 bilhões para 2021.

Contribuição do Salário-Educação: contribuição social recolhida das empresas em geral e das entidades públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social, destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública e que também pode ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica. O PLOA projeta uma arrecadação de R$ 20,9 bilhões.

Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos: contribuição social do servidor público de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, cuja projeção é de R$ 17,9 bilhões.

Operações com Ativos: neste item está contemplada apenas a cessão do direito de operacionalização da folha de pagamentos, no montante de R$ 1,2 bilhão.

Complemento do FGTS: apesar de tais contribuições estarem extintas, há arrecadação residual tanto da contribuição relativa à despedida do empregado sem justa causa, quanto da contribuição sobre a remuneração devida ao trabalhador, estimadas em R$ 67,7 milhões para 2021.

Demais receitas: constituem uma variedade de receitas vinculadas a órgãos específicos e às suas despesas, em um total de R$ 37,7 bilhões. Neste grupo não foi incluída previsão de restituições dos recursos devidos pelos Agentes e Instituições Financeiras (AF/IF), para conclusão e entrega das operações do Programa Minha Casa, Minha Vida, modalidade Oferta Pública de Recursos (PMCMV Oferta Pública).

Renúncias em receitas administradas por outros órgãos (novo)

As leis de diretrizes orçamentárias têm estabelecido requisitos de transparência e de neutralidade orçamentária na aprovação e implementação de medidas legislativas que reduzam a receita pública. Uma das exigências é a comprovação da neutralidade orçamentária e fiscal da renúncia, seja por meio de sua prévia inclusão na previsão de receita da Lei Orçamentária Anual, seja por meio de mudança legislativa compensatória que incremente outra receita. Essa condição está prevista no art. 114, § 14, I, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 – LDO 2020 e no art. 125, I, "a", do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2021 – PLDO 2021.

Desta forma, no intuito de respeitar as normas do direito financeiro aplicáveis e assegurar a adequação das renúncias de receitas não administradas pela RFB, o PLOA 2021 considerou expressamente as seguintes medidas legislativas:

Tabela 4 – Renúncias de Receitas Não Tributárias

Receita	Impacto em 2021 R$ milhões
Receitas Próprias do CEITEC	-R$ 9,9
Receitas Próprias do HFA	-R$ 12,0
Extinção da Parcela da Tarifa de Embarque Internacional	-R$ 647,0
Redução do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM	-R$ 670,3
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine)	-R$ 66,9
TFI - Taxa de Fiscalização de Instalação	-R$ 22,4
TFF - Taxa de Fiscalização de Funcionamento	-R$ 41,7
CFRP - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública	-R$ 18,5
TOTAL	**- R$ 1.488,8**

Receitas Próprias CEITEC

A renúncia envolve a perda de receita própria Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC, tendo em vista a edição da Resolução nº 130, de 10 de junho de 2020, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos. Por meio da resolução, o Conselho opina favoravelmente pela dissolução societária da sociedade e pela publicização das atividades direcionadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em microeletrônica.

Receitas Próprias HFA

Proposição legislativa atualmente discutida no âmbito do Poder Executivo autoriza a instituição de Serviço Social Autônomo Hospital das Forças Armadas, com a consequente extinção do Hospital das Forças Armadas – HFA. A extinção do HFA acarretaria a perda das receitas orçamentárias auferidas diretamente pelo órgão, visto que atualmente o hospital integra o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Extinção da Parcela da Tarifa de Embarque Internacional

O art. 10 Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, extingue a parcela da tarifa de embarque internacional correspondente ao aumento concedido pela Portaria nº 861/GM2, de 9 de dezembro de 1997, do Ministério da Aeronáutica. Essa parcela atualmente constitui receita orçamentária recolhida em favor do FNAC.

Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM

Proposta da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia visa à redução gradual das alíquotas do AFRMM até sua plena extinção no período de cinco anos.

Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), TFI - Taxa de Fiscalização de Instalação, TFF - Taxa de Fiscalização de Funcionamento CFRP - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública

Proposições legislativas em tramitação (Projeto de Lei da Câmara nº 6549/2019 e Projeto de Lei do Senado nº 349/2018) desoneram a incidência de Condecine, TFI, TFF e CFRP em determinados setores, com enfoque em estações de telecomunicações que integrem sistemas de comunicação máquina a máquina.

Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios por Repartição de Receita

Integram este item as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal provenientes das receitas do Imposto de Renda (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) incidentes sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial (IOF-Ouro), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis (Cide-combustíveis), da Contribuição do Salário-Educação, da Exploração de Recursos Naturais, de Concessões de Florestas Nacionais e das receitas patrimoniais de Foro e Taxa de Ocupação.

Cumpre esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas considerando o regime de competência em que as despesas públicas são reconhecidas quando da emissão da nota de empenho.

Para compatibilizar esses diferentes critérios, são necessários alguns ajustes que, no caso dos Fundos de Participação, exceto o equivalente aos 2 p.p. adicionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), instituídos pelas Emendas Constitucionais nº 55, de 20 de setembro de 2007, e nº 84, de 2 de dezembro de 2014, são calculados pela diferença estimada entre os recursos a serem arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2020 e repassados em 2021, e os de 2021, a serem repassados em 2022. O valor estimado desse ajuste para 2021, nessas transferências, é de R$ 153,1 milhões, o que representa uma previsão do repasse financeiro menor, nesse montante, que a autorização orçamentária para essas despesas contida no PLOA 2021.

No caso da transferência incidente sobre a arrecadação da CIDE-Combustíveis, tal ajuste é calculado pela diferença entre a projeção da transferência dos recursos a serem arrecadados no último trimestre de 2021, a serem efetivamente transferidos em 2022, e a estimativa da transferência relativa ao último trimestre de 2020, a ser realizada em 2021. A previsão desse ajuste para o PLOA 2021 na referida transferência é de uma redução de R$ 8,4 milhões na estimativa de seu repasse financeiro em comparação com sua respectiva autorização orçamentária.

Despesa Primária Total

As despesas primárias correspondem à oferta de serviços públicos à sociedade e são classificadas como obrigatórias ou discricionárias. Há ainda um outro grupo considerado para o cálculo da NFSP, constituído pelos impactos de operações que não constam dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas que afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

Apresenta-se a composição dos principais itens de despesa primária, a seguir:

Pessoal e Encargos Sociais

Dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba a despesa classificada no grupo de natureza de despesa (GND) Pessoal e Encargos Sociais, exceto a despesa com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência que, desde meados de 2004, é classificada como despesa financeira.

O valor desse item é ajustado para o regime de caixa mediante incorporação da diferença entre os valores orçamentários de algumas despesas da folha de pagamento projetados para o mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2020 e 2021, haja vista que são empenhadas e liquidadas em dezembro de cada ano (despesa reconhecida de acordo com o regime de competência), mas pagas efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2021 é de R$ 1.039,8 milhões.

Desse modo, no regime orçamentário, o total da despesa primária com Pessoal e Encargos Sociais é de R$ 338,4 bilhões, e, no regime financeiro, equivale a R$ 337,3 bilhões.

Essa despesa encontra-se detalhada orçamentariamente, para a Proposta de 2021, em item específico, mais adiante, nesta Mensagem.

Benefícios da Previdência Social

Engloba os benefícios que compõem o RGPS, como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o crescimento vegetativo dos benefícios e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo IBGE, além do reajuste do salário mínimo, que, para o PLOA-2021, consiste na projeção da variação do INPC acumulada no exercício de 2020, estimada em 2,09%, mais o arredondamento para a unidade de real imediatamente superior. Desse modo, o salário mínimo previsto para 2021 está estimado em R$ 1.067,00, refletindo aumento de 2,11% frente ao valor vigente em 2020, de R$ 1.045,00.

Para 2021, foi incluído o ajuste caixa/competência dessa despesa, o qual se dá pela diferença entre sua projeção da ótica orçamentária e sua projeção da ótica financeira. Esse ajuste ocorre devido à lógica de pagamento dessa despesa, que ocorre nos cinco últimos dias úteis do mês para alguns beneficiários, e nos primeiros cinco dias úteis do mês subsequente para todos os demais. Assim, há despesas empenhadas e liquidadas em dezembro de cada ano (despesa reconhecida de acordo com o regime orçamentário), mas pagas efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2021 é de R$ 7.596,4 milhões.

Despesas Obrigatórias sem Controle de Fluxo do Poder Executivo

Referem-se às despesas de execução obrigatória, excetuadas as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, Distrito Federal e Municípios, Pessoal e Encargos Sociais, Benefícios Previdenciários e as Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: seguro-desemprego e abono salarial; sentenças judiciais; complementação da União

ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV); indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); os Subsídios e as Subvenções Econômicas; despesas relativas à ADO nº 25, além da despesa com financiamento de campanha eleitoral.

Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo

No que se refere às despesas obrigatórias com controle de fluxo, consideram-se, nesse grupo, as despesas obrigatórias com benefícios aos servidores, bem como determinadas ações e programas obrigatórios na área da saúde e educação, além dos montantes para atendimento do Bolsa-Família, conforme tabela a seguir:

Tabela 5 - Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo

PLOA-2021	R$ milhões
Auxílio a Servidores	14.513,2
Bolsa Família	34.858,2
Demais	6.027,9
Educação	6.763,9
Saúde	92.675,3
Total	**154.838,5**

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME

Despesas Discricionárias

Classificam-se sob esse conceito as despesas primárias relativas ao identificador de Resultado Primário (RP) 2, sobre as quais há flexibilidade quanto ao momento de sua execução no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União (MPU) e da Defensoria Pública da União (DPU). Ademais, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias dessas despesas de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre esse item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na elaboração orçamentária, assume-se a hipótese de que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, a serem pagas em 2021, assim como das demais despesas obrigatórias, exceto despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Benefícios da Previdência Social e Transferências a Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, seja o mesmo de despesas no regime orçamentário do exercício de 2021, a serem pagas em 2022. Assim, o impacto dessas despesas, tanto pelo regime orçamentário, como pelo regime de caixa é o mesmo, não havendo necessidade de ajuste.

Outros fatores que afetam o Resultado Primário

O primeiro conjunto dessas operações se refere ao resultado líquido entre desembolsos e amortizações, que totaliza o valor de R$ 3.367,9 milhões. Exemplos dessas operações são aquelas no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), da Agência Nacional de Cinema (Ancine), relativos aos investimentos retornáveis no Setor Audiovisual, dentre outras. Impacta também o resultado primário, o custo de fabricação de cédulas e moedas, no valor de R$ 1.003,7 milhões.

Também é computada nesse item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que corresponde à diferença entre a Taxa de Juros e a rentabilidade dos Fundos (disponibilidades e carteira de crédito) aplicada ao patrimônio desses, ou seja, equivale à diferença entre o patrimônio de referência, corrigido pela taxa de juros, e o patrimônio efetivo estimado. Para 2021, de acordo com essa metodologia, a projeção do subsídio aos Fundos em questão perfaz R$ 9.449,5 milhões.

Em 2017, foi incluído nesse grupo de despesas o impacto primário decorrente das operações de concessão de financiamento no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil – FIES. Ao longo daquele ano, a STN/FAZENDA/ME e o BCB intensificaram os trabalhos acerca das potenciais causas da discrepância estatística entre as metodologias "acima da linha" e "abaixo da linha" na apuração do resultado primário. O FIES foi identificado como principal causa dessa discrepância, e, como resultado, a STN/FAZENDA/ME passou a incluir item específico para explicitar o impacto primário do FIES no Resultado do Tesouro Nacional, e, consequentemente, na programação financeira. Para 2021, projeta-se que a despesa relativa ao impacto primário do FIES será de R$ 1.510,3 milhões.

Parâmetros

Os principais parâmetros macroeconômicos definidos pela SPE/FAZENDA/ME, e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLOA-2021, são apresentados a seguir:

Tabela 6 - Parâmetros Macroeconômicos

PIB			Mercado de Trabalho - Var. Média s/ano anterior			
R$ milhões	Var. Real	Deflator	Massa Salarial Nominal	Ocupação	PEA	Rend. Nominal
7.662.023	3,2%	3,5%	4,0%	1,5%	6,0%	2,6%
Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média		
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Variação		R$ / US$
4,9%	4,1%	2,8%	3,2%	0,7%		5,11

Fonte: SPE/FAZEND/ME. Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

Novo Regime Fiscal no PLOA-2021

Conforme previsto no art. 11, inciso VII do PLDO-2021, o PLOA-2021 foi elaborado de forma compatível com os limites de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que instituiu o Novo Regime Fiscal (NRF).

Resumidamente, o NRF busca estabelecer uma trajetória para o gasto público primário da União por meio da fixação de limite, com base na execução da despesa do ano anterior, corrigida pela inflação. Determinados itens são excluídos, alguns por constituírem mera transferência de receita a outros entes (como os Fundos de Participação dos Estados e Municípios), outros por se tratarem de despesas extraordinárias e pontuais, como capitalização de empresas públicas, custeio de processos eleitorais ou créditos extraordinários ao orçamento.

Na elaboração do PLOA-2021, o teto dos gastos, estabelecido no art. 107 do ADCT, incluído pela EC 95/2016, foi considerado não só como limite para as despesas primárias, como também como balizador da meta fiscal do ano como já comentado neste texto. Para se obter o referido limite, aplicou-se, ao teto dos gastos de 2020, a variação acumulada do IPCA apurada, do período entre julho/2019 a junho/2020, a qual totalizou 2,13%.

À época do PLDO-2021, a meta de resultado primário calculada para o Governo Central, equivalia a um déficit de R$ 149,6 bilhões. Para o PLOA-2021, procedendo-se às atualizações nas estimativas de receitas e despesas primárias, a meta fiscal foi atualizada para um déficit de R$ 233,6 bilhões, mudança que se explica fundamentalmente pela reestimativa da receita primária em 2021, que traz consigo os efeitos recessivos da pandemia da COVID-19 sobre a arrecadação do Governo Central.

Para o PLOA 2021, está fixado um excesso em relação ao teto do Ministério Público da União (MPU) no montante de R$ 61,7 milhões, valor compensado pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos. Tal valor refere-se à decisão prolatada em Acórdão do Tribunal de Contas da União, reforçada pelo Despacho do Ministro Bruno Dantas, no âmbito do processo TC 040.306/2019, os quais determinaram a concessão de retroativos ao MPU, relativos ao seu teto de 2017 e de 2018, no valor de R$ 228,5 milhões. Desse valor, R$ 166,8 milhões já foram providenciados orçamentariamente por meio de envio de Projeto de Lei de crédito adicional ao Congresso Nacional, PLN 23/2020, convertido na Lei nº 14.050, de 26 de agosto de 2020, restando ainda R$ 61,7 milhões, os quais o MPU, por meio do Ofício nº 31/2020/SG/SPO, de 30 de julho de 2020, solicitou que fossem incorporados ao seu orçamento de 2021. A sobra do Poder Executivo em relação ao seu limite de despesas primárias incorpora totalmente esse excesso, preservando o limite de gastos total de 2021.

Os demonstrativos relativos ao cumprimento do teto de gastos no PLOA 2021 encontram-se nos quadros abaixo:

Quadro 1: Limite para as Despesas Primárias no PLOA 2021

	R$ 1,00
A. Teto dos Gastos 2020	1.454.946.093.280
B. IPCA (jul/2019 a jun/2020)	2,13%
C. Limite 2021 para União [A x B]	**1.485.936.445.066**

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME

Quadro 2: Demonstrativo da Compatibilidade do PLOA 2021 com os limites estabelecidos no art. 107 do ADCT

Discriminação	PLOA 2021
I. TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS (inclusive Transf. Por Repartição de Receita)	**1.793.667,6**
II. DESPESAS PRIMÁRIAS NÃO SUJEITAS A LIMITES (art. 107, § 6º,da EC 95/2016)	**307.731,1**
Transf. Por Repartição de Receita	267.307,4
FCDF	15.631,3
Pleitos Eleitorais	1.188,0
Complementação ao FUNDEB	19.604,4
Aumento de Capital em Estatais e Ressarc. Leilão Petróleo	4.000,0
Créditos Extraordinários, inclui Subsídios, ANEEL e Auxílio a Estados e Municípios abertos por MPVs	0,0
Realização Concursos MPU (Acórdãos TCU nºs 1.618 e 1.870/2018-Plenário)	0,0
III. DESPESAS PRIMÁRIAS SUJEITAS A LIMITES [I - II]	**1.485.936,4**
Despesas Primárias	1.470.605,0
Benefícios Previdenciários	704.416,2
Orçamentário	*712.012,6*
(-) Float	*7.596,4*
Pessoal	323.864,1
Orçamentário	*324.903,9*
(-) Float	*1.039,8*
Subsídios, Subvenções e Proagro	10.650,8
Orçamentário	*11.752,1*
(-) Float	*1.101,3*
Demais	431.673,9
Demais Operações que afetam o resultado primário	15.331,5
Subsídios aos fundos constitucionais	*9.449,5*
Operações Net Lending	*3.367,9*
Fundos FDA/FDNE	
Impacto primário das operações do FIES	*1.510,3*
IV. LIMITE EC 95 [2020 x 1,0213]	**1.485.936,4**
V. ESTIMATIVA ANUAL DE FOLGA (+) / NECESSIDADE DE AJUSTE	**0,0**

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

Quadro 3: Demonstrativo dos Limites Individualizados por Órgão e Poder nos termos do art. 107 do ADCT

R$ 1,00

Discriminação	Limite 2020	2020 corrigido por IPCA 2,13%
	[A]	[B]
TOTAL GERAL	**1.454.946.093.280**	**1.485.936.445.066**
PODER EXECUTIVO	**1.391.955.452.811**	**1.421.604.103.956**
DEMAIS PODERES	**62.990.640.469**	**64.332.341.111**
PODER JUDICIÁRIO	**43.267.246.845**	**44.188.839.202**
Supremo Tribunal Federal	645.748.319	659.502.758
Superior Tribunal de Justiça	1.517.813.015	1.550.142.432
Justica Federal	11.197.327.042	11.435.830.108
Justica Militar da União	545.559.631	557.180.051
Justica Eleitoral	7.378.476.499	7.535.638.049
Justica do Trabalho	19.088.423.149	19.495.006.562
Justica do DF e Territórios	2.696.675.773	2.754.114.967
Conselho Nacional de Justiça	197.223.416	201.424.275
PODER LEGISLATIVO	**12.569.721.929**	**12.837.457.006**
Câmara dos Deputados	6.037.506.863	6.166.105.759
Senado Federal	4.444.111.382	4.538.770.955
Tribunal de Contas da União	2.088.103.684	2.132.580.292
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	**6.605.898.477**	**6.746.604.115**
Ministério Público da União	6.522.123.182	6.661.044.405
Conselho Nacional do Ministério Público da União	83.775.296	85.559.709
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	**547.773.218**	**559.440.788**

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

Quadro 4: Demonstração da Compatibilidade dos Limites do Poder Executivo com a Programação do Projeto de Lei Orçamentária para 2021

	R$ 1,00
A. LIMITE DO PODER EXECUTIVO	**1.421.604.103.956**
B. DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS DO PODER EXECUTIVO (*)	**1.728.085.480.124**
B.1. SUBMETIDAS AO LIMITE	1.421.542.399.568
B.2. NÃO SUBMETIDAS AO LIMITE	306.543.080.556
C. ESTIMATIVA ANUAL DE FOLGA (+) / NECESSIDADE DE AJUSTE (-) [A - B.1]	**61.704.387**

(*) Inclusive transferências por repartição de receita e outros fatores que alteram o resultado.

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

Regra de Ouro

Metodologia da Apuração e Memória de Cálculo da Diferença Positiva entre a Receita Potencial com Operações de Crédito e Despesas de Capital

A "Regra de Ouro" constitui norma fundamental para elaboração e gestão orçamentária, prescrita no Inciso III, do art. 167 da Constituição Federal:

"Art. 167 São vedados:
[...]
III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta."

Assim, demonstra-se logo adiante a compatibilidade do presente Projeto de Lei Orçamentária para 2021 – PLOA 2021 com a norma constitucional acima descrita, que limita a programação do volume total de receitas com operações de crédito ao montante total de despesas de capital. De forma simétrica, veda que o excesso de operações de crédito em relação às despesas de capital seja destinado a despesas correntes, dado o equilíbrio da peça orçamentária, a menos que, durante a execução do orçamento, seja aprovado crédito adicional autorizando a utilização do referido excesso naquelas despesas correntes.

O PLOA 2021 aqui apresentado, em relação aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contém insuficiência equivalente à diferença positiva entre as receitas de operações de crédito previstas, autorizadas ou não na própria lei orçamentária, e o total das despesas de capital lá programadas. Isto é evidenciado a partir do montante total das potenciais operações de crédito em volume suficiente para equilibrar o orçamento, deduzidas do volume total de despesas de capital programadas no Projeto de Lei, o que perfaz R$ 453,7 bilhões conforme demonstrado abaixo:

Quadro 5: Montante de Operações de Crédito Necessárias à Cobertura do Déficit Orçamentário Corrente

	R$ milhões
I - Total das Receitas de Operações de Crédito	**2.434.190,9**
I.1. Autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA	1.980.475,6
I.2. Não Autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA - condicionadas	453.715,4
II - Total das despesas de capital	**1.980.475,6**
III - Insuficiência da REGRA DE OURO - Orçamentos Fiscal e Seguridade Social	**453.715,4**
III.1. Considerando total das operações de crédito [I - II]	453.715,4
III.2. Considerando operações de crédito autorizadas na LOA [I.1 - II]	0,0

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

Considerando o Orçamento de Investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, conforme o § 5º do art. 165 da Constituição, verifica-se suficiência de fontes que não sejam operações de crédito para financiamento de despesas correntes, com uma margem de R$ 142,6 bilhões. Para apuração desse valor, foi considerado o total do Orçamento de Investimentos das Estatais, integralmente composto por despesas de capital, deduzindo-se os recursos provenientes das receitas com operações de crédito, como também dos aportes do Tesouro provenientes do Orçamento Fiscal, já computados naquele Orçamento como despesa com investimento.

Quadro 6: Participação da União no Capital de Empresas (PUC) - PLOA 2021

R$ 1,00

Órgão Orçamento Fiscal e da Seguridade / Empresa recebedora do aporte / Ação Orçamento Fiscal e da Seguridade	PLOA
TOTAL	**4.000.000.000**
Ministério de Minas e Energia	**4.000.000.000**
Empresa: Nova Estatal controladora de Itaipu Binacional e a Eletrobras Termonuclear S.A	4.000.000.000
00SC -Participação da União no Capital de nova Estatal controladora de Itaipu Binacional e a Eletrobras Termonuclear S.A	4.000.000.000

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

Quadro 7: Margem da Regra De Ouro No Orçamento De Investimentos – Oi

R$ milhões

I - Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais - OI	**144.292,1**
II - Operações de Crédito no Orçamento de Investimentos	**1.714,8**
III - Recursos do Tesouro para o Orçamento de Investimentos	**0,0**
IV - Margem da Regra de Ouro no OI (I - II - III)	**142.577,4**

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

Conforme se pode observar nos quadros acima, apesar de haver R$ 4,0 bilhões, no Orçamento Fiscal, destinados à Participação da União no Capital de nova Estatal controladora de Itaipu Binacional e a Eletrobras Termonuclear S.A, como tal valor não constará do Orçamento de Investimento, por se tratar de inversão financeira, não há que se falar na dedução desse valor da apuração da Margem da Regra de Ouro do OI.

A projeção para os exercícios de 2022 e 2023 da insuficiência da Regra de Ouro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social leva em conta um cenário para a evolução das receitas de operação de crédito e das despesas de capital, quais sejam, investimentos, inversões financeiras e amortizações. Para as amortizações, além das previsões de vencimentos da Dívida Pública Federal, leva-se em conta, para fins de orçamento, a necessidade de uma margem de segurança para acomodar eventuais choques no cenário macroeconômico e permitir atuações tempestivas na gestão da dívida pública, quando necessário, de forma a evitar custos ou volatilidade excessivos. Vale destacar que essa margem de risco para as amortizações considerada no cenário orçamentário tem efeito equivalente nas receitas de operações de crédito, e, dessa forma, é neutra para a insuficiência projetada. A projeção da insuficiência da Regra de Ouro para os exercícios de 2022 e 2023, conforme explicada neste parágrafo, é demonstrada no quadro abaixo:

Quadro 8: Estimativa da Insuficiência da Regra de Ouro 2021 a 2023 para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Discriminação	2021	2022	2023
I - Total das Receitas de Operações de Crédito	**2.434.190,9**	**2.245.482,8**	**1.856.446,5**
II - Total das despesas de capital	**1.980.475,6**	**1.870.806,8**	**1.561.674,9**
III - Insuficiência da REGRA DE OURO (I - II)	**453.715,4**	**374.676,1**	**294.771,6**

Fonte/Elaboração: SOF e STN/FAZENDA/ME.

Conforme disposto no art. 23 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 – PLDO 2021, o PLOA 2021 poderá conter, em órgão orçamentário específico, receitas de operações de crédito e programações de despesas correntes primárias, condicionadas à aprovação de projeto de lei de créditos suplementares ou especiais por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o inciso III do art. 167 da Constituição.

Dessa forma, este PLOA 2021, a partir do valor global de operações de crédito que excede as despesas de capital demonstrado anteriormente, equivalente a R$ 453,7 bilhões, discriminou programações referentes a despesas primárias correntes no Órgão específico 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa Prevista no Inciso III do art. 167 da Constituição, financiadas por meio de operações de créditos relativas à emissão de títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional. Tais receitas e despesas são condicionadas à aprovação de projeto de lei de crédito suplementar a ser encaminhado ao Congresso Nacional, no exercício de 2021, após aprovada a Lei Orçamentária Anual, nos termos do Inciso III, do art. 167 da Constituição.

Quadro 9: Órgão 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa Prevista no Inciso III do Art. 167 da Constituição – Despesas Correntes Primárias

R$ milhões

Itens	Programação Condicionada
Benefícios Previdenciários do FRGPS	**272.153,0**
Benefícios	*272.078,4*
Sentenças	*74,6*
Comprev	*0,0*
Pessoal e Encargos Sociais	**119.233,5**
LOAS/RMV	**223,2**
Benefícios	*0,0*
Sentenças	*223,2*
Sentenças de Custeio e Capital	**15.114,7**
Complementação FUNDEB	**14.391,3**
Subsídios, Subvenções Econômicas e Proagro	**3.700,69**
Compensação ao FRGPS pelas Desonerações	**2.122,4**
ADO 25	**1.852,5**
Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo	**3.898,4**
Bolsa Família	*535,7*
Benefícios aos Servidores do Poder Executivo, exceto FCDF	*2.604,0*
Demais	*758,7*
Discricionárias do Poder Executivo	**21.025,7**
Total	**453.715,4**

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

Com a aprovação do mencionado crédito suplementar pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta, os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social tornar-se-ão totalmente equilibrados, com todas as receitas necessárias ao financiamento das despesas devidamente autorizadas. A situação do orçamento de 2021, após a aprovação do referido crédito, mantendo-se todos os outros fatores constantes, ficaria assim demonstrada:

Quadro 10: Demonstrativo da Regra de Ouro após Aprovação do Crédito Adicional nos Termos do Inciso III, Art. 167 da Constituição

R$ milhões

RECEITAS		DESPESAS	
I - Total das Receitas de Operações de Crédito	2.434.190,9	I - Despesas Correntes	2.123.650,2
I.1. Autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA	*1.980.475,6*	*I.1. Autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA*	*1.669.934,8*
I.2. Autorizadas pelo crédito adicional aprovado por maioria absoluta	*453.715,4*	*I.2. Autorizadas pelo crédito adicional aprovado por maioria absoluta*	*453.715,4*
II - Total de Receitas Orçamentárias Não Operações de Crédito	1.713.389,4	II - Despesas de Capital	1.980.475,6
		III - Reserva de Contingência	43.454,5
TOTAL ORÇAMENTO	**4.147.580,3**	**TOTAL ORÇAMENTO**	**4.147.580,3**

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

A supracitada aprovação do crédito adicional, por maioria absoluta, no Congresso Nacional, para as finalidades indicadas neste PLOA 2021, terá como objetivo autorizar que as operações de crédito que financiarão as despesas correntes programadas sejam ressalvadas do cálculo da Regra de Ouro. Assim, não apenas o orçamento se torna equilibrado, mas também reúnem-se as condições necessárias para cumprimento do disposto no inciso III, do artigo 167 da Constituição Federal e, por conseguinte, para a própria realização das operações de crédito requeridas no PLOA.

A insuficiência acima demonstrada, no valor de R$ 453,7 bilhões, pode ser apurada no PLOA 2021 a partir dos fatores que provocaram tal situação. De fato, tal insuficiência se deve à conjunção do déficit primário apurado no orçamento, das despesas com juros e de outras despesas correntes (as despesas de capital podem ser financiadas com operação de crédito como dita a Regra de Ouro), com a ausência de fontes financeiras, para financiamento orçamentário, que não sejam operações de crédito, como pode ser observado no Quadro VI apresentado abaixo:

Quadro 11: Demonstrativo da Insuficiência de Recursos para Cumprimento da Regra de Ouro pelos Fatores Causadores

	R$ milhões
1. Necessidade de operações de crédito (1.1 - 1.2)	**2.434.190,9**
1.1. Despesas	2.587.481,1
Déficit Primário Orçamentário	*228.135,8*
Despesas com juros	*362.618,2*
Despesas com amortização	*1.873.784,8*
Despesas com Inversões não primárias	*70.118,5*
Outras despesas financeiras	*25.713,7*
Reserva de contingência financeira	*27.110,0*
1.2. Receitas não primárias	153.290,1
Retorno de Financiamento e Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos (inclui retorno do BNDES, conforme cronograma de devolução de empréstimos)	*21.921,1*
Pagamento de Dívidas e EE & MM e Outros créditos	*27.733,9*
Remuneração da conta única	*42.500,2*
Resultado do BACEN	*0,0*
Recursos Próprios Financeiros	*38.195,5*
Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social	*22.787,1*
Outras receitas financeiras	*152,2*
2. Despesas de capital	**1.980.475,6**
Amortizações	1.873.784,8
Investimentos e Inversões primárias	36.572,2
Despesas com Inversões não primárias	70.118,5
Margem RO (2 - 1)	-453.715,4
MEMO: OUTROS FATORES EXTRA ORÇAMENTÁRIOS QUE AFETAM O RESULTADO PRIMÁRIO	
I. Ajuste Caixa/Competência	-9.898,9
II. Fabricação de Cédulas e Moedas	1.003,7
III. Empréstimos menos Retornos (Net Lending)	3.367,9
IV. Subsídio aos Fundos Constitucionais	9.449,5
V. Impacto Primário do FIES	1.510,3
A. TOTAL (I + II + III + IV + V)	**5.432,5**
B. Déficit Primário Orçamentário	**228.135,8**
C. Déficit Primário Meta [A + B]	**233.568,3**

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

Justificativa para a Escolha das Programações Constantes do Órgão 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa Prevista no Inciso III do Art. 167 da Constituição

Para fins de seleção das programações constantes do Órgão 93, listadas no Quadro V anteriormente apresentado, além do critério ser despesa corrente primária, conforme estabelecido no caput do art. 23 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, foram utilizados os seguintes critérios:

1) Despesas que tenham utilizado, em exercícios financeiros recentes, receitas com emissão de títulos públicos para seu custeio e possam legalmente ser programadas com essa fonte de recursos para o próximo exercício;

2) Despesas correntes primárias que não possuam recursos vinculados para seu financiamento, tanto obrigatórias, tais como sentenças judiciais, requisições de pequeno valor, benefícios aos servidores públicos, complementação ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico e Valorização do Magistério (Fundeb); como despesas discricionárias;

3) Despesas que tenham sua execução regularmente distribuída ao longo do exercício, de forma a suportar os primeiros meses com a dotação disponível, haja vista o tempo de tramitação e apreciação do crédito adicional em questão no Poder Legislativo, tal como a despesa com pessoal inativo do Poder Executivo e despesas com benefício da previdência.

4) Não foram incluídas no órgão condicionado as despesas necessárias ao cumprimento dos Mínimos Constitucionais de Saúde e de Educação;

5) Dentro do possível, fez-se um esforço para manter fora do referido órgão condicionado: a maior parte da despesa relativa ao Bolsa Família; as despesas obrigatórias com os Programas: Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Nacional de Transporte Escolar (PNATE); as despesas relativas às ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e de Acolhimento Humanitário, e aquelas referentes às ações de funcionamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, suas centrais de atendimento à Mulher e aos assuntos de Direitos Humanos, bem como ações voltadas à proteção do direito à vida, como proteção a testemunhas, crianças e adolescente em situação de ameaça.

Resultado Primário das Empresas Estatais Federais – Metodologia de Cálculo

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito "acima da linha", é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais para 2021, conforme disposto no art. 3º, § 1º, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 – PLDO 2021, não foram considerados os dados do Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

O resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da "Venda de Bens e Serviços" e em "Demais Receitas operacionais". São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos no sistema financeiro.

Das "Despesas Totais", o valor relativo aos "Investimentos" representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, exceto os bens de arrendamento mercantil, bem como benfeitorias realizadas em bens da União e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do Projeto da Lei Orçamentária para 2021.

As "Demais Despesas" contemplam os gastos com "Pessoal e Encargos Sociais", "Materiais e Produtos" (representando a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros), os "Serviços de Terceiros" (que resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, de gastos com propaganda) e "Tributos e Encargos Parafiscais". Considera-se ainda, os dispêndios com o pagamento de royalties, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc.

A Tabela 7 mostra a estimativa de déficit de, aproximadamente, R$ 2,5 bilhões para o Resultado Primário das Empresas estatais não dependentes do Tesouro Nacional para 2021. Cabe destacar que esse valor é calculado a partir da programação do PDG e é inferior à meta de déficit de R$ 3,97 bilhões previstos no PLDO 2021.

Tabela 7 – Resultado Primário das Empresas Estatais

R$ em milhões

DISCRIMINAÇÃO	2021
I - Receitas Totais	**33.345**
II - Despesas Totais	**35.800**
Investimentos	3.560
Demais Despesas	32.240
Resultado Primário Empresas Estatais	**-2.455**

Receitas do Orçamento de Investimento

Para a definição dos limites de investimento, levou-se em consideração a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal não dependente do Tesouro Nacional. A avaliação das propostas verificou a compatibilização dos dispêndios globais com a efetiva possibilidade de geração de recursos das empresas; e, a observância da meta de Resultado Primário prevista no art. 2º da Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2021 – PLDO 2021 que estabelece limite de déficit de R$ 3.970.000.000,00 (três bilhões e novecentos e setenta milhões de reais).

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas na Tabela 8, calculada a partir da capacidade de geração de recursos pelas empresas, indicam que significativo volume de gastos será custeado com recursos provenientes de receitas operacionais (95,7%). O restante do financiamento será proveniente de recursos para aumento do Patrimônio Líquido (3,1%), distribuído entre aportes do Tesouro Nacional no exercício e transferência de recursos em anos anteriores (1,8%) e aportes de Controladora e Outras Estatais (1,3%); e, recursos de operação de crédito (1,2%).

Tabela 8 - Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

Em R$ milhões

Descritores das Fontes	PLOA 2021
Recursos Próprios	**138.175**
Geração Própria	138.175
Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	**4.490**
Tesouro - Direto	292
Saldos de Exercícios Anteriores	2.343
Controladora	1.839
Outras Estatais	16
Operações de Crédito de Longo Prazo	**1.715**
Internas	1.546
Externas	168
Total	**144.381**

Pessoal e Encargos Sociais

O orçamento para o exercício de 2021 prevê gastos da ordem de R$ 363,7 bilhões, sendo R$ 338,44 bilhões para o pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas da União e sentenças judiciais, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor, e R$ 25,27 bilhões para custear as despesas decorrentes da Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público (CPSS).

O crescimento dessas despesas sobre as de 2020, no valor de R$ 347,12 bilhões - sendo R$ 324,79 bilhões relativos às despesas primárias de pessoal, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2020, e R$ 22,33 bilhões relativos às despesas financeiras decorrentes da CPSS - é de 4,78% para as despesas totais e de 4,20% para as despesas primárias.

Do total das despesas primárias, os gastos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo representam, respectivamente, 3,1%, 10,6% e 84,7%, e os gastos totais da Defensoria Pública da União (DPU) e do Ministério Público da União (MPU) correspondem a 0,1% e 1,6%, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 9 – Quadro Pessoal

R$ bilhões

PODER	PLOA 2021					RCL 2021	% de utilização
	DESP. PRIMÁRIAS	DESP. FINANC.	TOTAL	PARTICIP. RELATIVA DESP. PRIMÁRIAS (%)	% da RCL, CONF. LRF		
	(a)	(b)	c=(a+b)	(d)	(e)	(f)	g=(a/f)
Legislativo	**10,33**	**0,67**	**11,00**	**3,1%**	**2,500%**		**1,28%**
Judiciário	**35,75**	**5,14**	**40,89**	**10,6%**			**4,44%**
Judiciário, excl. TJDFT	33,46	4,81	38,27		6,000%		4,16%
TJDFT	2,29	0,33	2,62		0,275%		0,28%
MPU	**5,34**	**0,80**	**6,14**	**1,6%**			**0,66%**
MPU, excl. MPDFT	4,63	0,70	5,33		0,600%		0,58%
MPDFT	0,71	0,11	0,82		0,092%		0,09%
DPU	**0,29**	**0,05**	**0,34**	**0,1%**			
Executivo	**286,73**	**18,60**	**305,33**	**84,7%**			**35,64%**
Executivo, excl. Ex-Territórios, Sentenças e FCDF	260,94	17,37	278,31		37,900%		32,44%
Ex-Território de Roraima	0,95	0,07	1,01		0,160%		0,12%
Ex-Território do Amapá	1,51	0,15	1,66		0,273%		0,19%
FCDF	13,46	0,21	13,68		2,200%		1,67%
Sentenças Judiciais	9,87	0,80	10,67				
TOTAL	**338,44**	**25,27**	**363,70**	**100,0%**	**50,000%**	**804,49**	**42,03%**

Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2021 decorre basicamente:

- *de acordos coletivos de trabalho de empresas estatais dependentes;*
- *da inclusão de servidores civis e militares dos extintos Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá em Quadro em Extinção da Administração Pública Federal, em cumprimento ao disposto nas Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017;*
- *da anualização de provimentos de cargos efetivos ocorridos em 2020;*
- *de acréscimo ao limite do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), nos termos da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e dos efeitos do Acórdão nº 1224/2018-TCU-Plenário, que determinou a restituição aos cofres do referido Fundo dos valores relativos às retenções previdenciárias dos servidores civis e dos militares adicionalmente ao limite fixado pela referida Lei;*
- *do impacto orçamentário decorrente da Lei nº 13.954, de 2019, que reestrutura o Sistema de Proteção Social dos militares das Forças Armadas;*
- *do impacto orçamentário decorrente da MP 971, de 2020, que aumento a remuneração de das carreiras de que trata o art. 21, inciso XIV da Constituição Federal e aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos Ex-territórios do Amapá, Rondônia e Roraima;*
- *de outras despesas decorrentes do crescimento vegetativo da folha de pagamento de pessoal e encargos sociais.*

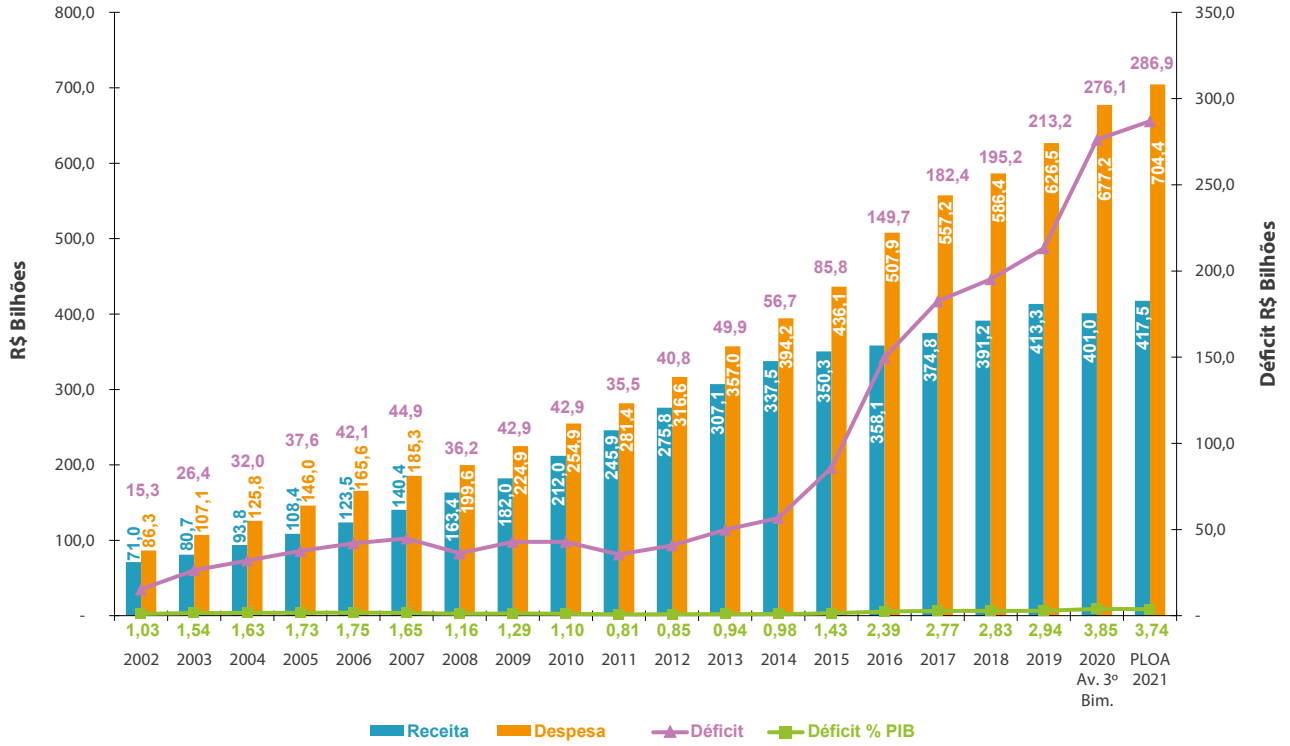
A despesa total com pessoal e encargos sociais, projetada para 2021, do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União (TCU), representa 1,28% da receita corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário, 4,44%; a do Poder Executivo, 35,64%; e a do MPU, 0,66%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 42,03% da receita corrente líquida prevista para 2021. Nessas condições, o limite global apontado na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), está cumprido, mesmo sem computar todas as deduções ao referido limite permitidas pela citada Lei.

Sistemas Previdenciários

Regime Geral de Previdência Social

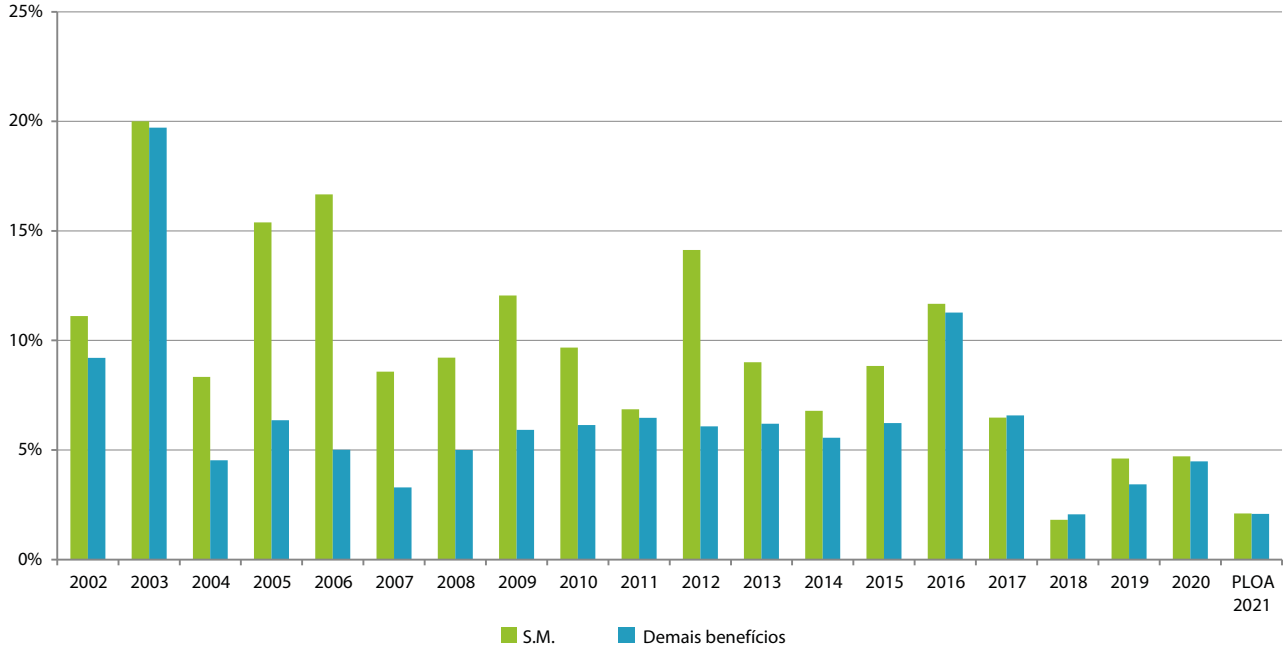
O resultado do RGPS é constituído pela diferença entre as contribuições para a Previdência Social, feitas por trabalhadores e empregadores, e o pagamento de benefícios previdenciários aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao Regime. Conforme demonstra o Gráfico 1, a tendência do resultado do RGPS foi, até 2006, de déficits crescentes em percentual do PIB. Entre 2007 e 2011, há reversão dessa perspectiva, com o déficit passando a oscilar ano a ano sem esboçar tendência clara de crescimento ou redução. Após 2011, a tendência é de crescimento do déficit. Para 2021, prevê-se o primeiro ano de reversão dessa tendência, resultado da aprovação da Reforma da Previdência em 2020, que alterou regras de acesso, alíquotas e outras normas do RGPS. Para a adequada compreensão da dinâmica do déficit, é preciso considerar tanto os movimentos de receitas quanto de despesas associadas ao Regime de Previdência em questão.

Gráfico 1: Evolução do Resultado do RGPS



Do ponto de vista das despesas, além do crescimento vegetativo dos benefícios, os reajustes concedidos ao salário mínimo e aos demais benefícios são fatores de significativo impacto sobre o déficit do RGPS. O Gráfico 2 mostra os percentuais de reajuste concedidos desde 2002. Observa-se que os reajustes para o salário mínimo, até 2016, são superiores aos concedidos aos demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC). Os aumentos dos benefícios até um salário mínimo foram mais relevantes nos anos de 2005, 2006 e 2012, quando o valor do salário mínimo cresceu 15,38%, 16,67% e 14,13%, respectivamente. Em 2015 e 2016, não houve crescimento real do PIB, então a correção do salário mínimo em 2017 e 2018 foi igual ao INPC. Assim como em 2020, em 2021, o reajuste do salário mínimo será equivalente ao concedido aos demais benefícios, isto é, igual ao INPC.

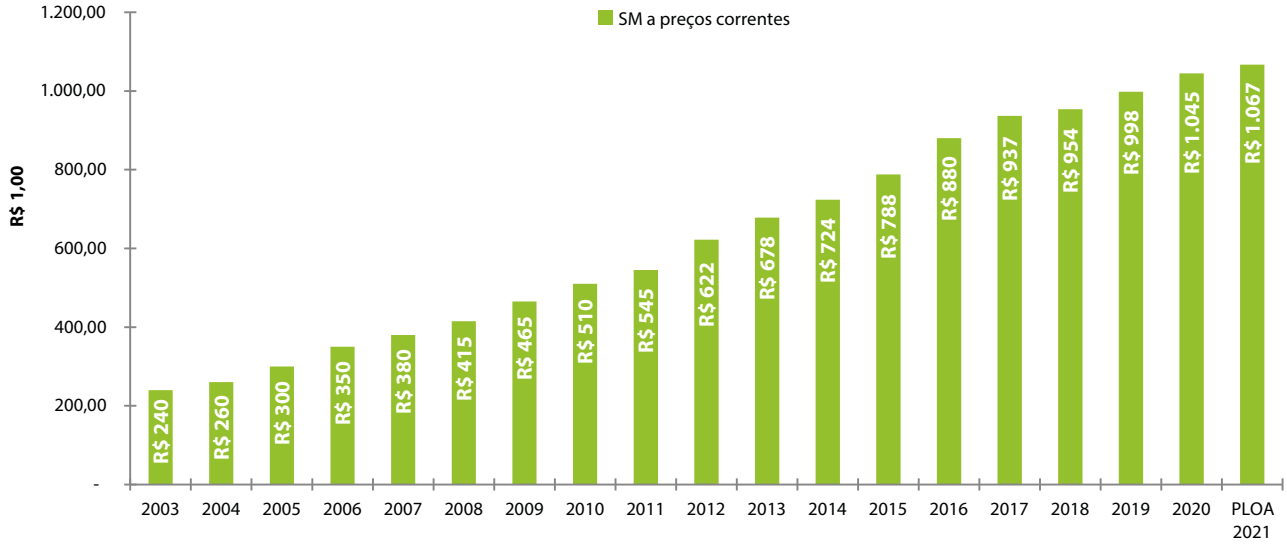
Gráfico 2: Reajustes Concedidos ao Salário Mínimo e Demais Benefícios



A política de valorização do salário mínimo gerou aumento do poder de compra da população de mais baixa renda, com ganhos reais significativos. Se trazidos a valores reais de 2020, considerando como deflator o INPC médio no ano, observa-se tendência crescente entre 2003 e 2017. Os valores ultrapassaram a marca de R$ 600,00 no ano de 2005, de R$ 900,00 em 2012 e de R$ 1.000,00 em 2017.

A política de valorização do salário mínimo foi prorrogada até 2019 por meio da Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, a qual estabelecia que a correção do salário mínimo era calculada pela variação do INPC estimada para o exercício anterior acrescida do crescimento do PIB real no segundo ano anterior. Para 2020, tendo em vista a extinção dos efeitos da Lei nº 13.152, de 2015, o salário mínimo foi corrigido apenas pela variação do INPC, a fim de preservar seu poder aquisitivo, conforme prevê o inciso IV, do art. 7º da Constituição Federal. Em 2021, adotou-se a mesma regra de correção pelo INPC. Dessa forma, o salário mínimo deve atingir o patamar de R$ 1.067,0. A evolução do valor do salário mínimo é mostrada no Gráfico 3, abaixo:

Gráfico 3: Evolução do Salário Mínimo



Em análise anual mais detalhada do déficit (Gráfico 1), observa-se que, após 2011, houve elevação do resultado deficitário, cuja razão maior é a diminuição na arrecadação devido a fatores como queda na atividade econômica, na taxa de crescimento da massa salarial nominal, entre outros, conjugada com a manutenção de reajustes elevados nas despesas previdenciárias.

Para 2021, projeta-se que o déficit do RGPS aumente em termos nominais, porém, que diminua em proporção do PIB, pela primeira vez, desde 2011. A reversão de tendência se deve, principalmente, à queda no crescimento da despesa previdenciária. A massa salarial nominal, que é um dos principais parâmetros para projeção de tais receitas, apresenta, para 2021, variação de 4,05% em relação a 2020.

A projeção do RGPS aponta para déficit de R$ 286,9 bilhões, ou 3,74% do PIB. O reajuste do salário mínimo será de 2,11%, a partir de janeiro de 2021. O crescimento vegetativo considerado foi de 1,78%, menor se comparado ao parâmetro adotado em anos anteriores, devido à expectativa de queda, tanto no número de beneficiários, como no valor médio dos benefícios, explicado pela mudança no sistema de previdência social trazido pela Reforma da Previdência, a qual resultou em pagamentos mais justos e focalizados e trouxe maior sustentabilidade para as contas públicas.

Importante destacar que foi considerada na projeção de despesas para 2021 a oitava de dez parcelas anuais referentes ao montante atrasado, decorrentes de decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. Após a alteração do art. 202 da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, a Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, procedeu à substituição da técnica de cálculo dos benefícios. O Decreto nº 3.265, de 29 de novembro de 1999, ao regulamentar as alterações, estabeleceu que, na hipótese de contar o segurado com menos de 144 contribuições (hipótese possível para os benefícios citados), seria considerada a integralidade dos salários de contribuição. Essa sistemática trazia o valor da média para baixo, pelo que foram ajuizadas inúmeras ações questionando a legitimidade da regulamentação. Essas regras de cálculo foram revogadas pelo Decreto nº 6.939, de 18 de agosto de 2009, o qual lançou parâmetros compatíveis com a literalidade das alterações trazidas pela Lei nº 9.876, de 1999.

Salienta-se que o resultado do RGPS não sofreu impactos decorrentes da publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que alterou a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos. Seguindo o que determina o inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) no valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da desoneração, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS.

Considerando os fatores citados, a projeção da despesa total em 2021, com benefícios, atinge R$ 704,4 bilhões, sendo R$ 678,0 bilhões relativos a benefícios normais, R$ 22,2 bilhões destinados ao pagamento de sentenças judiciais e R$ 4,2 bilhões referentes à compensação entre o RGPS e os demais regimes próprios de previdência (Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS – Comprev). Por sua vez, a estimativa de arrecadação líquida é de R$ 417,5 bilhões, considerando-se aumento da massa salarial nominal de 4,05%.

A estimativa do déficit do RGPS e principais parâmetros adotados, estão detalhados na Tabela 10, abaixo:

Tabela 10: Resumo do Resultado do RGPS e Parâmetros Adotados

R$ milhões

Descrição	PLOA 2021
Arrecadação	**417.543**
Benefícios	**704.416**
Benefícios normais	678.019
Precatórios e sentenças	22.199
Comprev	4.198
Resultado	**-286.873**
Hipóteses adotadas	
Massa salarial nominal (%)	4,05%
Reajuste do salário mínimo (%)	2,11%
Valor do salário mínimo (R$)	1067,00
Reajuste dos demais benefícios (%)	2,09%

Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Federais e Inatividade Remunerada e Pensões Militares

Resultado do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Federais

O déficit projetado para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União para 2021 é de R$ 47,4 bilhões, correspondendo a 0,66% do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico 6 mostra que o déficit nominal, após longo período de trajetória ascendente até 2019 e uma significativa redução em 2020, deve apresentar pequeno aumento em 2021. Já no tocante ao déficit como percentual do PIB, verifica-se forte redução em 2020, notadamente em função dos efeitos da Emenda Constitucional 103/2019 – EC 103/2019.

Para 2021, a pandemia causada pelo COVID-19 tem forte impacto negativo na projeção do PIB, o que levou a novo aumento relativo do déficit do RPPS.

Gráfico 4: Evolução da Receita, Despesa e Déficit do RPPS (% PIB)

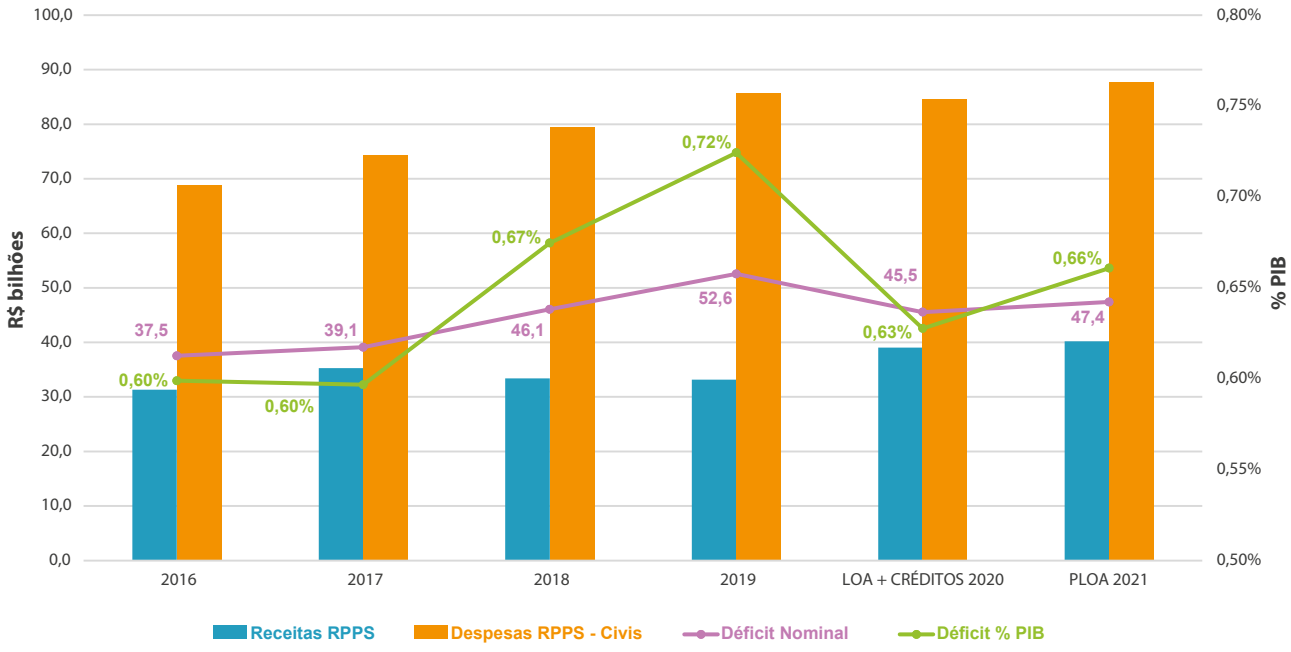


Tabela 11 – Resultado do Regime Próprio dos Servidores Civis da União

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	COD AÇÃO a partir de 2018	LOA + CRÉDITOS 2020	PLOA 2021
RPPS - CIVIS			
RECEITAS DO RPPS - CIVIS		**39.027,5**	**40.211,8**
Fonte 156 - Contribuição do Servidor para o RPPS		17.059,7	17.639,6
Fonte 169 - Contribuição Patronal para o RPPS		21.967,8	22.572,2
DESPESAS DO RPPS - CIVIS		**84.574,6**	**87.622,0**
Aposentadorias e Pensões - Civis (inclusive ex-Territórios)	0181	84.433,7	87.480,5
Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas	0397	140,9	141,5
RESULTADO RPPS - CIVIS		**-45.547,1**	**-47.410,3**

Os preceitos legais do RPPS são regidos pelo art. 40 da Constituição Federal. Uma reforma importante consubstanciou-se na Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria, antes contabilizada por tempo de serviço, para se encaixar em um regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Com a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, houve o fim da paridade de remuneração entre servidores ativos e inativos e a instituição de contribuição para aposentados e pensionistas. Além disso, a EC nº 41, de 2003, empreendeu modificações pontuais nos critérios de elegibilidade e nas fórmulas de cálculo do valor dos benefícios e previu a criação de regime de previdência complementar para os servidores públicos. A Lei nº 10.887, de 2004, determinou que a contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor seria o dobro da contribuição do servidor estabelecida, até então, em 11%.

A EC nº 47, de 5 de julho de 2005, por sua vez, promoveu outras alterações, entre as quais:

I. instituição da paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da EC nº 41, de 2003;

II. introdução de regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado, além do tempo mínimo de contribuição;

III. diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e

IV. abertura de espaço para que leis complementares instituam critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores com deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles servidores cujas atividades ofereçam risco à saúde.

Outra inovação no campo do RPPS foi a promulgação da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que transferiu do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF) a competência para normatizar, cobrar, fiscalizar e controlar a arrecadação da contribuição destinada ao custeio do RPPS do servidor público federal.

Em atendimento ao disposto na EC nº 41, de 2003, foi promulgada, em 30 de abril de 2012, a Lei nº 12.618, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União (MPU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com a referida Lei, poderão ser criadas até três entidades fechadas de previdência complementar, uma para cada Poder, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud).

Com o advento das entidades fechadas de previdência complementar, os servidores que ingressaram no serviço público a partir de 31 de janeiro de 2013, e aqueles que por elas optarem, terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS.

O objetivo das Fundações é garantir complementação à aposentadoria dos servidores participantes que possuam renda superior ao teto. As fundações disponibilizarão aos seus participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida, conforme estipulado no § 15 do art. 40 da Constituição. O valor a ser recebido pelo servidor, ao se aposentar, dependerá das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados e da capitalização dos investimentos realizados pela Fundação, que conta em seu Conselho Deliberativo com três representantes do patrocinador (União) e três representantes dos servidores optantes pelos planos de benefícios administrados pelas Fundações.

As contribuições do patrocinador e do participante incidem sobre a parcela da base de contribuição que exceder o teto dos beneficiários do RGPS. A alíquota da contribuição do participante será por ele definida anualmente, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios, e a alíquota da contribuição do patrocinador será igual à do participante e não poderá exceder o percentual de 8,5%.

De acordo com a Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, o prazo para o exercício da opção de migração ao regime de previdência complementar deveria ter se encerrado no dia 29 de julho de 2018. Entretanto, A Lei nº 13.809, de 21 de fevereiro de 2019, reabriu o prazo de opção, estendendo-o até 29 de março de 2019.

Por fim, a Emenda Constitucional nº 103/2019 – EC 103/2019, estendeu ao regime de previdência dos servidores federais vários dispositivos aplicáveis ao Regime Geral, trazendo algumas inovações, como:

- *Aumento na idade mínima para aposentadoria voluntária, antes de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, para 62 e 65 anos, respectivamente;*
- *Manutenção de integralidade e paridade da remuneração, para aqueles que ingressaram no serviço público antes de 2003, apenas caso também cumpram a exigência de idade acima;*
- *No caso dos servidores que ingressaram após 2003, o cálculo da média para concessão da aposentadoria agora considera todas as remunerações que foram base para as contribuições previdenciárias. Antes, entravam no cálculo somente as maiores remunerações;*
- *Além disso, o valor do benefício passou a ser de 60% da média, acrescidos de 2% a cada ano de contribuição que superar os 20 anos, até o máximo de 100%; e*
- *Adoção de alíquotas progressivas na contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), de forma análoga à sistemática empregada no Imposto de Renda Pessoa Física. Com a mudança, em substituição à alíquota única de 11%, as alíquotas passaram a variar de 7,5% a 22%, conforme a faixa de renda do servidor.*

Inatividade Remunerada e Resultado das Pensões de Militares

As sucessivas alterações constitucionais e nas legislações infralegais, relativas à criação do Regime Próprio de Previdência do Servidor Público Federal (RPPS), não incluíram os militares das Forças Armadas, implicando a conclusão de que o pagamento feito aos militares inativos não estaria sujeito a um regime previdenciário, e sim, administrativo. Entretanto, tal conclusão não deve ser aplicada às pensões militares.

Por intermédio do Parecer nº 00016/2015/ASSE/CGU/AGU, de 2 de junho de 2015, a Consultoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União (CGU/AGU) emitiu entendimento sobre o assunto, afirmando que não é possível tratar do Regime Próprio de Previdência dos Militares, por ausência de um Plano de Custeio paralelo a um Plano de Benefício.

O déficit projetado para as pensões de militares para 2021 é de R$ 15,5 bilhões, correspondendo a 0,22% do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico 7 mostra que o déficit nominal, após longo período de crescimento, demonstra forte redução em 2020, em decorrência dos efeitos do Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 – Lei 13.954/2019, que reestrutura o Sistema de Proteção Social dos militares das Forças Armadas.

Gráfico 5: Evolução da Receita, Despesa e Déficit das Pensões Militares (% PIB)

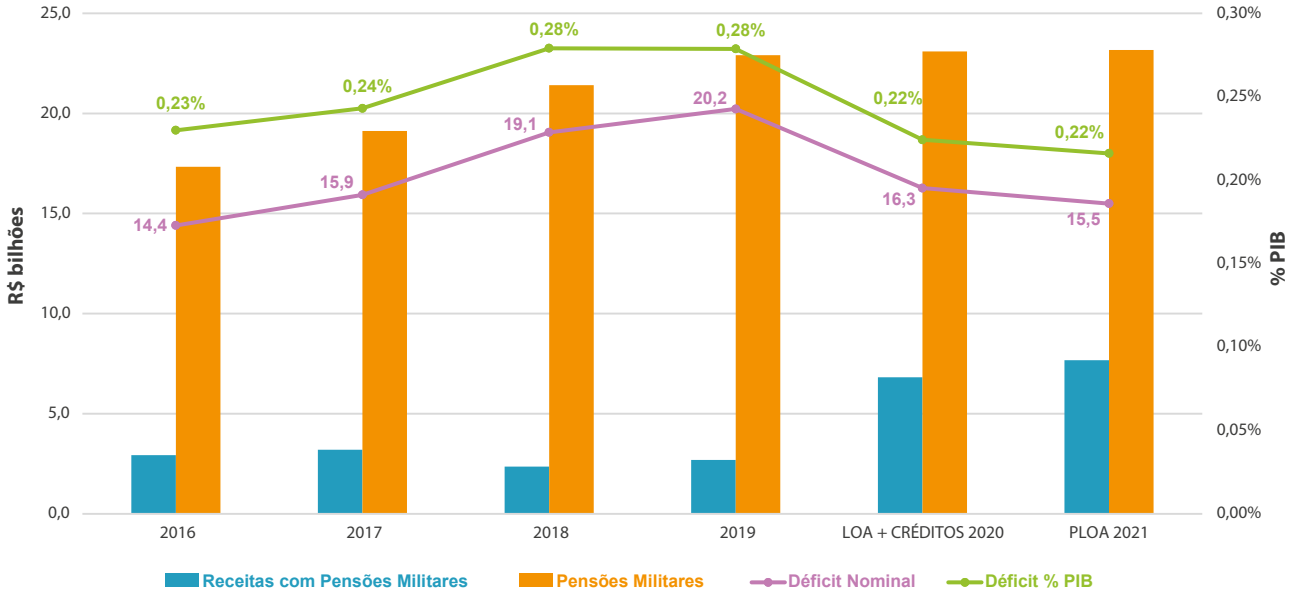


Tabela 12 – Déficit das Pensões Militares da União

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	COD AÇÃO a partir de 2018	LOA + CRÉDITOS 2020	PLOA 2021
PENSÕES MILITARES			
RECEITAS DE PENSÕES MILITARES		**6.823,4**	**7.674,3**
Fonte 123 - Contrib para Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas		6.750,2	7.594,4
Fonte 123 - Contrib para Custeio das Pensões Militares dos Ex-Territórios		73,2	79,9
DESPESAS COM PENSÕES MILITARES		**23.091,8**	**23.172,0**
Pensões Militares das Forças Armadas	0179	22.187,2	22.293,6
Pensões Militares do Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara	00QD	904,6	878,4
RESULTADO PENSÕES MILITARES		**-16.268,4**	**-15.497,6**

Tabela 13 – Inatividade Remunerada dos Militares da União

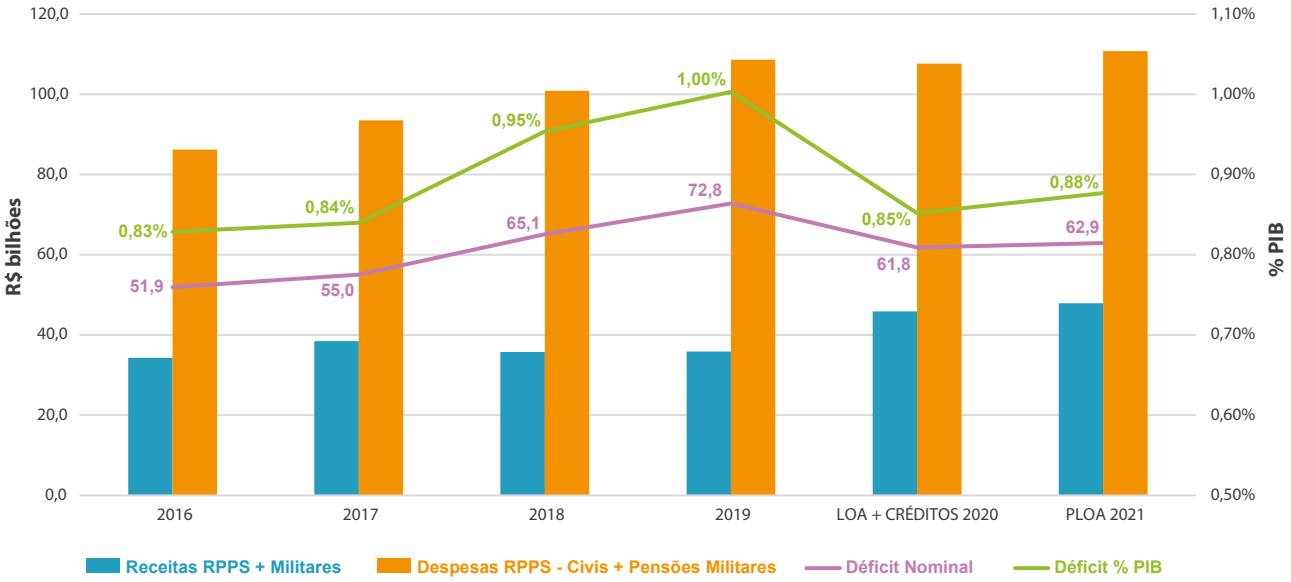
R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	COD AÇÃO a partir de 2018	LOA + CRÉDITOS 2020	PLOA 2021
INATIVOS MILITARES			
RECEITAS DE INATIVOS MILITARES		**0,0**	**0,0**
		0,0	0,0
DESPESAS COM INATIVOS MILITARES		**27.483,9**	**27.175,2**
Inativos Militares das Forças Armadas	214H	26.509,7	26.271,8
Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara	218K	974,2	903,4
RESULTADO INATIVOS MILITARES		**-27.483,9**	**-27.175,2**

Situação consolidada dos Resultados do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Federais e das Pensões de Militares

O déficit total projetado para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União e das pensões militares para 2021 é de R$ 62,9 bilhões, correspondendo a 0,88% do PIB previsto para o mesmo ano, quase estável em relação a 2020, mesmo diante dos efeitos da pandemia de importância internacional decorrente do COVID-19, e mantendo uma importante redução em comparação aos anos anteriores. O Gráfico 8 mostra que o déficit nominal projetado para 2021 também se manteve praticamente estável em relação a 2020.

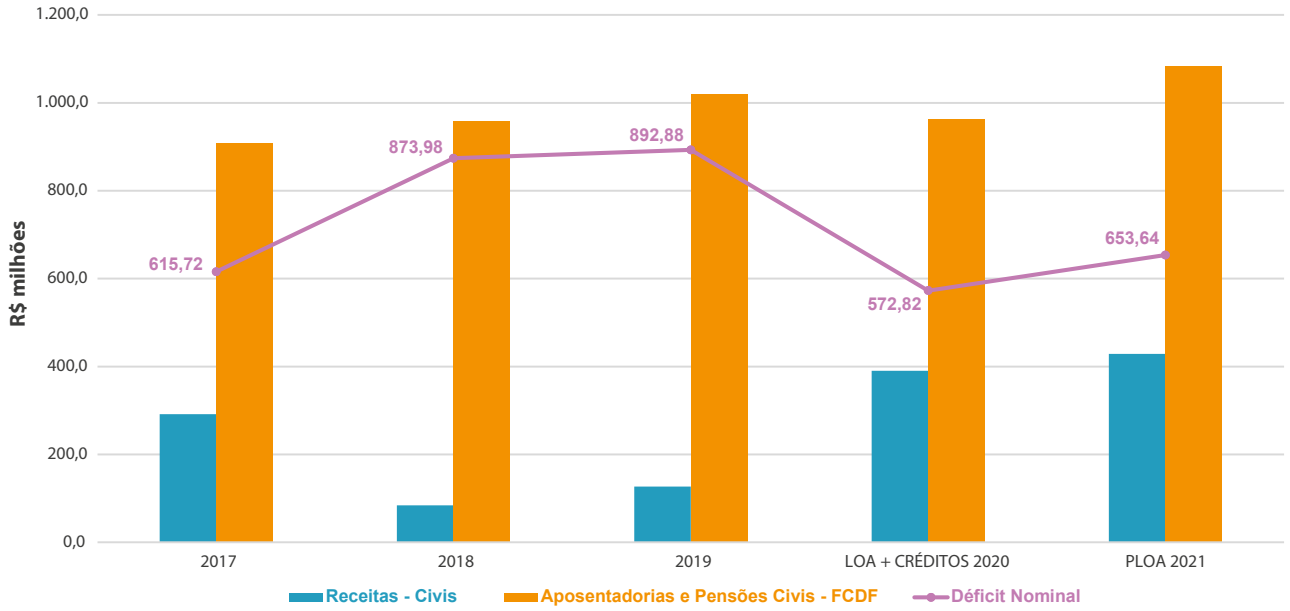
Gráfico 6: Evolução da Receita, Despesa e Déficit do RPPS e das Pensões de Militares (% PIB)



Situação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Fundo Constitucional do Distrito Federal

O déficit total projetado para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do Distrito Federal custeados com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal para 2021 é de R$ 653,6 milhões, correspondendo a 0,0091% do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico 9 mostra que o déficit nominal, após a significativa redução em 2020 comparado a 2019, registra aumento em 2021, de 14,11% em relação ao atual exercício. Isto porque a Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020, aumentou a remuneração das Polícias Civil e Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Gráfico 7: Evolução da Receita, Despesa e Déficit do RPPS do FCDF



Adicionalmente, o déficit total projetado para o custeio das pensões militares e da inatividade militar do Distrito Federal custeados com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal para 2021 é de R$ 1.942,6 milhões, correspondendo a 0,027% do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico 10 mostra que o déficit nominal, após leve aumento em 2020 comparado a 2019, segue com ligeiro aumento em 2021, de 1,08% em relação ao atual exercício, fruto dos impactos da EC 103, de 2019, e da MP 971, de 2020, e da Lei nº 13.954, de 2019.

Gráfico 8: Evolução da Receita, Despesa e Déficit com Inativos Militares do FCDF

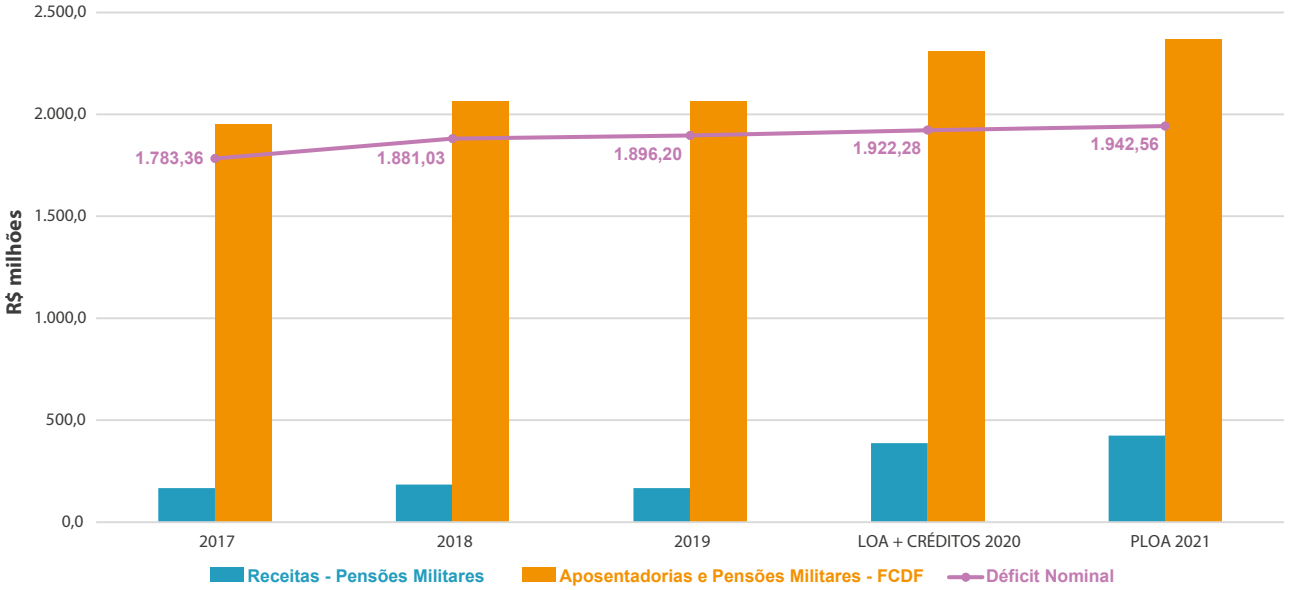


Tabela 14 – Déficit do RPPS e Despesas com Inativos Militares do FCDF

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	COD AÇÃO a partir de 2018	LOA + CRÉDITOS 2020	PLOA 2021
FCDF			
RECEITAS DO FCDF – Civis		**390,5**	**428,6**
Fonte 156 - Contribuição do Servidor para o RPPS – FCDF		194,5	213,7
Fonte 169 - Contribuição Patronal para o RPPS – FCDF		196,0	214,9
DESPESAS DO FCDF – Civis		**963,3**	**1.082,2**
Aposentadorias e Pensões PCDF - FCDF	00QN	963,3	1.082,2
RESULTADO DO FCDF CIVIS		**-572,8**	**-653,6**
RECEITAS DO FCDF - Militares		**387,6**	**424,3**
Fonte 123 - Contrib para Custeio das Pensões Militares do GDF - FCDF		387,6	424,3
DESPESAS DO FCDF - Pensões Militares e Inatividade Militar		**2.309,9**	**2.366,8**
Pensões Militares da PMDF e do CBMDF - FCDF	00Q2	529,9	466,8
Pessoal Inativo da PM e do CBMDF - FCDF	00NS	1.780,0	1.900,1
RESULTADO DO FCDF INATIVOS MILITARES		**-1.922,3**	**-1.942,6**
RESULTADO DO FCDF		**-2.495,1**	**-2.596,2**

Capítulo

04

Agências Financeiras Oficiais de Fomento

Aplicações em Operações de Crédito

Investimento no Ativo Imobilizado das Instituições Financeiras

Aplicações em Operações de Crédito

Para 2021, as agências financeiras oficiais de fomento (instituições financeiras) preveem concessões de empréstimos em volume superior ao montante de amortização global, gerando um acréscimo de R$ 42,3 bilhões no volume de aplicações em operações de crédito.

Neste contexto, destacam-se: o setor Habitação que apresenta um acréscimo no fluxo de aplicações na ordem de 40,7%, passando de R$ 29,9 bilhões previstos para 2020, para R$ 42,1 bilhões em 2021; o setor Comércio que apresenta acréscimo de R$ 24,3 bilhões, passando de um fluxo negativo de R$ 10,0 bilhões previstos em 2020, para R$ 14,3 bilhões em 2021; o setor Outros Serviços que terá um aumento de 83,3% em relação à previsão de 2020; e o setor de Intermediação Financeira que mostra um incremento líquido de R$ 10,0 bilhões em relação a 2020.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos, por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais, serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

Investimento no Ativo Imobilizado das Instituições Financeiras

O conjunto das instituições financeiras federais destinou, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2021, R$ 7,0 bilhões para os gastos com aquisição e manutenção de bens classificados no Ativo Imobilizado, exclusive dispêndios vinculados a operações de arrendamento mercantil.

Desse montante, cerca de R$ 3,3 bilhões estão reservados às ações e projetos que envolvem Manutenção da Infraestrutura de Atendimento por todo o território nacional.

Para aplicação em Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R$ 3,7 bilhões.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2021, as instituições Caixa Econômica Federal (CAIXA) e Banco do Brasil (BB) são responsáveis por dispêndios correspondentes a 49,0% e 47,0 %, respectivamente.

Anexos

Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais

Empresas do Setor Produtivo

Empresas do Setor Financeiro

Empresas do Setor Produtivo

22000 M. AG., PEC. E ABASTECIMENTO

22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**2.953.700**	**Receitas Correntes**	**55.333.610**
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.750.000	**Total dos Fontes**	**55.333.610**
Imobilizado	*1.750.000*	**Variação Patrimonial**	**124.129**
Outras Despesas de Capital	1.203.700	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-1**
Despesas Correntes	**46.017.082**	**Variação do Disponível**	**-6.486.956**
Despesas de Pessoal	23.105.206		
Despesas com Dirigentes	1.592.023		
Despesas com Conselhos e Comitês	337.031		
Materiais e Produtos	550.315		
Serviços de Terceiros	10.282.256		
Tributos	7.774.265		
Despesas Financeiras	229.021		
Outras Despesas Correntes	2.146.965		
Total dos Usos	**48.970.782**	**Total Líquido das Fontes**	**48.970.782**

24000 M.CIÊNCIATEC.INOV.COMUNICAÇÕES

24214 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**818.534.544**	**Receitas de Capital**	**5.963.251**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	173.327.606	Alienação de Valores e Bens	3.695.029
No País	*173.327.606*	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	2.268.222
Investimentos Imobilizado e Intangível	639.431.030	**Receitas Correntes**	**20.998.920.979**
Imobilizado	*639.431.030*	**Total dos Fontes**	**21.004.884.230**
Outras Despesas de Capital	5.775.908	**Variação Patrimonial**	**-76.398.282**
Despesas Correntes	**19.849.159.901**	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**145.033.429**
Despesas de Pessoal	11.517.151.008	**Variação do Disponível**	**-405.824.932**
Despesas com Dirigentes	8.800.894		
Despesas com Conselhos e Comitês	1.049.762		
Materiais e Produtos	247.508.110		
Serviços de Terceiros	3.401.474.376		
Tributos	1.012.665.687		
Despesas Financeiras	307.601.874		
Outras Despesas Correntes	3.352.908.190		
Total dos Usos	**20.667.694.445**	**Total Líquido das Fontes**	**20.667.694.445**

25000 M. DA ECONOMIA

25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**231.556.997**	**Receitas de Capital**	**26.697**
Investimentos Imobilizado e Intangível	230.000.000	Alienação de Valores e Bens	26.697
Imobilizado	*169.000.000*	**Receitas Correntes**	**3.533.467.906**
Intangível	*61.000.000*	**Total dos Fontes**	**3.533.494.603**
Outras Despesas de Capital	1.556.997	**Variação Patrimonial**	**229.583.873**
Despesas Correntes	**3.468.075.753**	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**4.951.487**
Despesas de Pessoal	2.481.732.990	**Variação do Disponível**	**-68.397.213**
Despesas com Dirigentes	3.806.734		
Despesas com Conselhos e Comitês	562.533		
Materiais e Produtos	6.000.000		
Serviços de Terceiros	326.378.699		
Tributos	404.748.442		
Despesas Financeiras	32.128.127		
Abatimentos em Venda de Bens e Serviços	2.898.193		
Outras Despesas Correntes	209.820.035		
Total dos Usos	**3.699.632.750**	**Total Líquido das Fontes**	**3.699.632.750**

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**35.022.894**	**Receitas Correntes**	**1.102.285.341**
Investimentos Imobilizado e Intangível	35.022.894	**Total dos Fontes**	**1.102.285.341**
Imobilizado	*35.022.894*	**Variação Patrimonial**	**-45.443.922**
Despesas Correntes	**1.080.992.533**	**Variação do Disponível**	**59.174.008**
Despesas de Pessoal	418.962.991		
Despesas com Dirigentes	2.468.067		
Despesas com Conselhos e Comitês	641.698		
Materiais e Produtos	466.802.834		
Serviços de Terceiros	128.412.320		
Tributos	13.557.737		
Despesas Financeiras	7.080.407		
Outras Despesas Correntes	43.066.479		
Total dos Usos	**1.116.015.427**	**Total Líquido das Fontes**	**1.116.015.427**

25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. - BB CARTÕES **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**4.143.155.968**	**Receitas de Capital**	**4.109.673.795**
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	1.999.982.992	Obtenção de Operações de Outros Créditos	2.003.343.097
Outras Despesas de Capital	2.143.172.976	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	78.203.687
Despesas Correntes	**13.191.130**	Outras Receitas De Capital	2.028.127.011
Despesas de Pessoal	1.544.365	**Receitas Correntes**	**46.822.893**
Despesas com Conselhos e Comitês	193.920	**Total dos Fontes**	**4.156.496.688**
Serviços de Terceiros	145.388	**Variação Patrimonial**	**-49.002**
Tributos	8.735.892	**Variação do Disponível**	**-100.588**
Despesas Financeiras	34.678		
Outras Despesas Correntes	2.536.887		
Total dos Usos	**4.156.347.098**	**Total Líquido das Fontes**	**4.156.347.098**

25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**1.932.918.226**	**Receitas Correntes**	**3.729.399.072**
Outras Despesas de Capital	1.932.918.226	**Total dos Fontes**	**3.729.399.072**
Despesas Correntes	**1.754.865.897**	**Variação Patrimonial**	**16.283.115**
Despesas de Pessoal	39.706.065	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-1**
Despesas com Dirigentes	2.275.193	**Variação do Disponível**	**-57.898.063**
Despesas com Conselhos e Comitês	406.428		
Materiais e Produtos	101.142		
Serviços de Terceiros	209.536.887		
Tributos	1.456.756.720		
Despesas Financeiras	7.025.623		
Outras Despesas Correntes	39.057.839		
Total dos Usos	**3.687.784.123**	**Total Líquido das Fontes**	**3.687.784.123**

25230 BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**220.767.556**	**Receitas Correntes**	**1.184.675.135**
Investimentos Imobilizado e Intangível	200.431.839	**Total dos Fontes**	**1.184.675.135**
Imobilizado	*200.431.839*	**Variação Patrimonial**	**112.524.115**
Outras Despesas de Capital	20.335.717	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-6.174.585**
Despesas Correntes	**1.072.014.669**	**Variação do Disponível**	**1.757.560**
Despesas de Pessoal	316.159.738		
Despesas com Dirigentes	5.072.814		
Despesas com Conselhos e Comitês	1.018.892		
Materiais e Produtos	47.001.807		
Serviços de Terceiros	418.031.541		
Tributos	193.808.893		
Despesas Financeiras	3.534.543		
Outras Despesas Correntes	87.386.441		
Total dos Usos	**1.292.782.225**	**Total Líquido das Fontes**	**1.292.782.225**

25246 BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA EM LIQUIDAÇÃO **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**105.000**	**Receitas Correntes**	**585.961**
Investimentos Imobilizado e Intangível	105.000	**Total dos Fontes**	**585.961**
Imobilizado	*105.000*	**Variação do Disponível**	**16.230.404**
Despesas Correntes	**16.711.365**		
Despesas de Pessoal	9.805.603		
Despesas com Conselhos e Comitês	108.982		
Materiais e Produtos	78.184		
Serviços de Terceiros	4.237.373		
Despesas Financeiras	133.460		
Outras Despesas Correntes	2.347.763		
Total dos Usos	**16.816.365**	**Total Líquido das Fontes**	**16.816.365**

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**3.048.607.775**	**Receitas de Capital**	**2.009.469.616**
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.590.271	Alienação de Valores e Bens	215.485.915
Imobilizado	*2.590.271*	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	7.200.000
Outras Despesas de Capital	3.046.017.504	Amortização Princ. Mútuos Concedidos	1.786.777.221
Despesas Correntes	**1.278.386.158**	Recursos de Fundos	6.480
Despesas de Pessoal	24.449.077	**Receitas Correntes**	**727.104.155**
Despesas com Dirigentes	6.264.937	**Total dos Fontes**	**2.736.573.771**
Despesas com Conselhos e Comitês	858.652	**Variação Patrimonial**	**67.071.969**
Materiais e Produtos	206.100	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**435.240.163**
Serviços de Terceiros	69.788.331	**Variação do Disponível**	**1.088.108.030**
Tributos	43.173.157		
Despesas Financeiras	489.432.027		
Outras Despesas Correntes	644.213.877		
Total dos Usos	**4.326.993.933**	**Total Líquido das Fontes**	**4.326.993.933**

25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**192.084.322**	**Receitas de Capital**	**9.156.375**
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.000.000	Participação nos Resultados	9.156.375
Imobilizado	*2.000.000*	**Receitas Correntes**	**787.751.516**
Inversões Financeiras	8.928.141	**Total dos Fontes**	**796.907.891**
Outras Despesas de Capital	181.156.181	**Variação Patrimonial**	**6.663.502**
Despesas Correntes	**611.488.188**	**Variação do Disponível**	**1.117**
Despesas de Pessoal	17.684.215		
Despesas com Dirigentes	3.884.736		
Despesas com Conselhos e Comitês	466.679		
Materiais e Produtos	178.643		
Serviços de Terceiros	92.363.189		
Tributos	124.856.694		
Despesas Financeiras	4.391.280		
Outras Despesas Correntes	367.662.752		
Total dos Usos	**803.572.510**	**Total Líquido das Fontes**	**803.572.510**

25283 BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**10.103.333.383**	**Receitas de Capital**	**9.996.367.774**
Inversões Financeiras	5.605.165.480	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	1.683.237.259
Outras Despesas de Capital	4.498.167.903	*Outros Recursos para Aumento do PL*	*1.683.237.259*
Despesas Correntes	**118.299.750**	Alienação de Valores e Bens	5.497.343.763
Despesas de Pessoal	3.182.165	Resgate de Outros Instr. de Captação	1.453.647.045
Despesas com Conselhos e Comitês	193.375	Rendas de Participações	425.149.246
Serviços de Terceiros	48.977	Participação nos Resultados	167.084.214
Tributos	104.869.542	Outras Receitas De Capital	769.906.247
Outras Despesas Correntes	10.005.691	**Receitas Correntes**	**225.624.091**
		Total dos Fontes	**10.221.991.865**
		Variação Patrimonial	**-358.824**
		Variação do Disponível	**92**
Total dos Usos	**10.221.633.133**	**Total Líquido das Fontes**	**10.221.633.133**

25286 BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - BB SEGUROS **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**1.744.798.385**	**Receitas de Capital**	**2.002.134.028**
Outras Despesas de Capital	1.744.798.385	Rendas de Participações	2.002.134.028
Despesas Correntes	**31.168.959**	**Receitas Correntes**	**20.251.336**
Despesas de Pessoal	11.232.474	**Total dos Fontes**	**2.022.385.364**
Despesas com Dirigentes	472.464	**Variação Patrimonial**	**-256.940.231**
Despesas com Conselhos e Comitês	311.675	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-1**
Materiais e Produtos	24.942	**Variação do Disponível**	**10.522.212**
Serviços de Terceiros	9.529.593		
Tributos	941.687		
Despesas Financeiras	5.620.764		
Outras Despesas Correntes	3.035.360		
Total dos Usos	1.775.967.344	Total Líquido das Fontes	1.775.967.344

25289 AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**7.000.000**	**Receitas Correntes**	**26.951.219**
Outras Despesas de Capital	7.000.000	**Total dos Fontes**	**26.951.219**
Despesas Correntes	**22.802.399**	**Variação Patrimonial**	**7.000.001**
Despesas de Pessoal	13.945.715	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**180**
Despesas com Dirigentes	2.387.749	**Variação do Disponível**	**-4.149.001**
Despesas com Conselhos e Comitês	999.496		
Materiais e Produtos	12.336		
Serviços de Terceiros	582.687		
Tributos	3.887.322		
Outras Despesas Correntes	987.094		
Total dos Usos	**29.802.399**	**Total Líquido das Fontes**	**29.802.399**

25291 BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**3.566.688.122**	**Receitas de Capital**	**3.912.648.895**
Outras Despesas de Capital	3.566.688.122	Rendas de Participações	3.912.648.895
Despesas Correntes	**32.591.124**	**Receitas Correntes**	**14.452.744**
Despesas de Pessoal	11.510.454	**Total dos Fontes**	**3.927.101.639**
Despesas com Dirigentes	310.989	**Variação Patrimonial**	**-303.267.026**
Despesas com Conselhos e Comitês	806.361	**Variação do Disponível**	**-24.555.367**
Materiais e Produtos	16.939		
Serviços de Terceiros	362.337		
Tributos	5.344.968		
Despesas Financeiras	10.928.105		
Outras Despesas Correntes	3.310.971		
Total dos Usos	**3.599.279.246**	**Total Líquido das Fontes**	**3.599.279.246**

25293 ATIVOS S.A GESTÃO DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**8.928.142**	**Receitas Correntes**	**20.391.956**
Outras Despesas de Capital	8.928.142	**Total dos Fontes**	**20.391.956**
Despesas Correntes	**11.463.505**	**Variação Patrimonial**	**-309**
Despesas de Pessoal	603.232		
Despesas com Dirigentes	12.580		
Despesas com Conselhos e Comitês	118.026		
Materiais e Produtos	875		
Serviços de Terceiros	298.920		
Tributos	6.563.353		
Despesas Financeiras	96.983		
Outras Despesas Correntes	3.769.536		
Total dos Usos	**20.391.647**	**Total Líquido das Fontes**	**20.391.647**

25294 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**200.171.307**	**Receitas Correntes**	**1.848.899.980**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	554.439	**Total dos Fontes**	**1.848.899.980**
No País	*554.439*	**Variação Patrimonial**	**-122.571.710**
Investimentos Imobilizado e Intangível	144.739.270	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-9.849.599**
Imobilizado	*144.739.270*	**Variação do Disponível**	**-33.461.550**
Outras Despesas de Capital	54.877.598		
Despesas Correntes	**1.482.845.814**		
Despesas de Pessoal	662.468.779		
Despesas com Dirigentes	4.919.632		
Despesas com Conselhos e Comitês	322.305		
Materiais e Produtos	1.135.068		
Serviços de Terceiros	31.498.731		
Tributos	425.922.277		
Despesas Financeiras	60.004.894		
Outras Despesas Correntes	296.574.128		
Total dos Usos	**1.683.017.121**	**Total Líquido das Fontes**	**1.683.017.121**

25922 CAIXA CARTÕES HOLDING S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	**72.929.296**	**Receitas Correntes**	**88.979.344**
Despesas de Pessoal	25.732.972	**Total dos Fontes**	**88.979.344**
Despesas com Dirigentes	3.551.924	**Variação Patrimonial**	**-3.135.647**
Despesas com Conselhos e Comitês	754.368	**Variação do Disponível**	**-12.914.401**
Serviços de Terceiros	1.504.410		
Tributos	20.900.672		
Outras Despesas Correntes	20.484.950		
Total dos Usos	**72.929.296**	**Total Líquido das Fontes**	**72.929.296**

25923 CEAGESP – COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**5.960.488**	**Receitas de Capital**	**10.300.000**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	2.000.000	Alienação de Valores e Bens	10.000.000
No País	*2.000.000*	Participação nos Resultados	300.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	960.488	**Receitas Correntes**	**286.261.196**
Imobilizado	*960.488*	**Total dos Fontes**	**296.561.196**
Outras Despesas de Capital	3.000.000	**Variação Patrimonial**	**-553.405**
Despesas Correntes	**289.739.220**	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-16.357**
Despesas de Pessoal	107.215.695	**Variação do Disponível**	**-291.726**
Despesas com Dirigentes	2.245.382		
Despesas com Conselhos e Comitês	403.515		
Materiais e Produtos	2.953.660		
Serviços de Terceiros	84.746.191		
Tributos	37.973.021		
Despesas Financeiras	42.000		
Outras Despesas Correntes	54.159.756		
Total dos Usos	**295.699.708**	**Total Líquido das Fontes**	**295.699.708**

32000 M. DE MINAS E ENERGIA

32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**3.267.034.410**	**Receitas de Capital**	**3.149.063.142**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	246.329.927	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	2.447.464.000
No País	*246.329.927*	*Aportes de Empresas Estatais*	*2.447.464.000*
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	4.097.736	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	500.000
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	69.882.205	Obtenção de Operações de Crédito	698.899.142
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.946.724.542	*No País*	*530.598.153*
Imobilizado	*2.946.724.542*	*No Exterior*	*168.300.989*
Despesas Correntes	**2.841.061.185**	Outras Receitas De Capital	2.200.000
Despesas de Pessoal	620.567.459	**Receitas Correntes**	**3.786.637.656**
Despesas com Dirigentes	3.071.657	**Total dos Fontes**	**6.935.700.798**
Despesas com Conselhos e Comitês	597.000	**Variação Patrimonial**	**-272.662.153**
Materiais e Produtos	872.542.199	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-427.749.153**
Serviços de Terceiros	558.095.945	**Variação do Disponível**	**-127.193.897**
Tributos	514.776.951		
Despesas Financeiras	137.319.435		
Outras Despesas Correntes	134.090.539		
Total dos Usos	**6.108.095.595**	**Total Líquido das Fontes**	**6.108.095.595**

32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**12.262.395.010**	**Receitas de Capital**	**10.327.397.443**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	6.421.944.523	Amortização Princ. Mútuos Concedidos	4.962.708.293
No País	*2.760.298.834*	Participação nos Resultados	5.364.689.150
No Exterior	*3.661.645.689*	**Receitas Correntes**	**25.727.769.730**
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	382.832.669	**Total dos Fontes**	**36.055.167.173**
Concessão de Mútuos com Empresas	1.000.000.000	**Variação Patrimonial**	**-573.200.545**
Investimentos Imobilizado e Intangível	42.149.823	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-665.275.453**
Imobilizado	*42.149.823*	**Variação do Disponível**	**6.644.066.382**
Inversões Financeiras	2.556.060.584		
Outras Despesas de Capital	1.859.407.411		
Despesas Correntes	**29.198.362.547**		
Despesas de Pessoal	324.002.226		
Despesas com Dirigentes	10.638.881		
Despesas com Conselhos e Comitês	1.605.995		
Materiais e Produtos	24.054.829.777		
Serviços de Terceiros	495.676.760		
Tributos	794.377.297		
Despesas Financeiras	1.561.419.873		
Outras Despesas Correntes	1.955.811.738		
Total dos Usos	**41.460.757.557**	**Total Líquido das Fontes**	**41.460.757.557**

32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**4.005.999.063**	**Receitas de Capital**	**1.385.519.177**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	1.275.918.727	Obtenção de Operações de Crédito	1.000.000.000
No País	*1.275.918.727*	*No País*	*1.000.000.000*
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	87.334.023	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	22.722.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	581.282.313	Recursos de Fundos	219.464.177
Imobilizado	*581.282.313*	Rendas de Participações	83.164.000
Inversões Financeiras	62.000.000	Participação nos Resultados	60.169.000
Outras Despesas de Capital	1.999.464.000	**Receitas Correntes**	**6.642.679.361**
Despesas Correntes	**3.956.394.593**	**Total dos Fontes**	**8.028.198.538**
Despesas de Pessoal	847.996.267	**Variação Patrimonial**	**228.099.938**
Despesas com Dirigentes	4.746.169	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**124.906.499**
Despesas com Conselhos e Comitês	564.619	**Variação do Disponível**	**-418.811.319**
Materiais e Produtos	713.343.882		
Serviços de Terceiros	274.857.884		
Tributos	1.475.572.497		
Despesas Financeiras	277.189.473		
Outras Despesas Correntes	362.123.802		
Total dos Usos	**7.962.393.656**	**Total Líquido das Fontes**	**7.962.393.656**

32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**3.725.298.728**	**Receitas de Capital**	**1.009.864.755**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	206.181.051	Obtenção de Operações de Crédito	656.654.500
No País	*206.181.051*	*No País*	*656.654.500*
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	110.430.375	Obtenção de Operações de Outros Créditos	56.400.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.718.065.698	Recursos de Fundos	171.392.457
Imobilizado	*1.718.065.698*	Participação nos Resultados	125.417.798
Inversões Financeiras	99.764.809	**Receitas Correntes**	**8.064.237.000**
Outras Despesas de Capital	1.590.856.795	**Total dos Fontes**	**9.074.101.755**
Despesas Correntes	**8.116.442.072**	**Variação Patrimonial**	**2.478.837.727**
Despesas de Pessoal	959.600.215	**Variação do Disponível**	**288.801.318**
Despesas com Dirigentes	4.289.000		
Materiais e Produtos	1.632.686.187		
Serviços de Terceiros	294.890.379		
Tributos	2.429.678.827		
Despesas Financeiras	155.526.919		
Outras Despesas Correntes	2.639.770.545		
Total dos Usos	**11.841.740.800**	**Total Líquido das Fontes**	**11.841.740.800**

32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**4.075.786.295**	**Receitas de Capital**	**2.405.262.437**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	1.021.117.378	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	102.000.000
No País	*981.950.975*	Obtenção de Operações de Crédito	1.617.629.000
No Exterior	*39.166.403*	*No País*	*1.617.629.000*
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	14.098.820	Amortização Princ. Mútuos Concedidos	4.529.549
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	376.912.203	Rendas de Participações	679.939.432
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.080.282.601	Participação nos Resultados	1.164.456
Imobilizado	*1.080.282.601*	**Receitas Correntes**	**11.035.310.966**
Inversões Financeiras	383.646.285	**Total dos Fontes**	**13.440.573.403**
Outras Despesas de Capital	1.199.729.008	**Variação Patrimonial**	**-814.535.148**
Despesas Correntes	**8.774.510.377**	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**197.636.429**
Despesas de Pessoal	1.416.104.035	**Variação do Disponível**	**26.621.988**
Despesas com Dirigentes	6.088.580		
Despesas com Conselhos e Comitês	615.070		
Materiais e Produtos	2.308.588.981		
Serviços de Terceiros	411.505.263		
Tributos	2.999.771.294		
Despesas Financeiras	896.926.203		
Outras Despesas Correntes	734.910.951		
Total dos Usos	**12.850.296.672**	**Total Líquido das Fontes**	**12.850.296.672**

32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**281.112.612.738**	**Receitas de Capital**	**35.492.137.858**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	94.576.765.601	Participação nos Resultados	2.372.982.120
No País	*28.243.617.088*	Outras Receitas De Capital	33.119.139.368
No Exterior	*66.333.148.513*	**Receitas Correntes**	**639.729.708.458**
Investimentos Imobilizado e Intangível	115.693.045.000	**Total dos Fontes**	**675.221.846.316**
Imobilizado	*114.896.148.000*	**Variação Patrimonial**	**164.100.569.783**
Intangível	*796.897.000*	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-12.910.585.789**
Inversões Financeiras	20.000.000	**Variação do Disponível**	**-62.308.947.914**
Outras Despesas de Capital	70.822.802.137		
Despesas Correntes	**482.990.269.658**		
Despesas de Pessoal	25.619.647.130		
Despesas com Dirigentes	18.648.835		
Despesas com Conselhos e Comitês	6.823.394		
Materiais e Produtos	66.499.331.794		
Serviços de Terceiros	28.719.518.640		
Tributos	172.780.384.974		
Despesas Financeiras	11.206.755.552		
Outras Despesas Correntes	178.139.159.339		
Total dos Usos	**764.102.882.396**	**Total Líquido das Fontes**	**764.102.882.396**

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	**2.520.511**	**Receitas Correntes**	**13.925.613**
Despesas Financeiras	63.195	**Total dos Fontes**	**13.925.613**
Outras Despesas Correntes	2.457.316	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**45.354**
		Variação do Disponível	**-11.450.456**
Total dos Usos	**2.520.511**	**Total Líquido das Fontes**	**2.520.511**

32240 PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**110.787.035**	**Receitas de Capital**	**236.057.731**
Outras Despesas de Capital	110.787.035	Participação nos Resultados	236.057.731
Despesas Correntes	**55.574.621**	**Receitas Correntes**	**9.574.598**
Despesas de Pessoal	35.392.590	**Total dos Fontes**	**245.632.329**
Despesas com Dirigentes	4.109.412	**Variação Patrimonial**	**-71.226.667**
Despesas com Conselhos e Comitês	1.523.358	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-2.349.200**
Materiais e Produtos	13.731	**Variação do Disponível**	**-5.694.806**
Serviços de Terceiros	955.451		
Tributos	442.884		
Despesas Financeiras	240.000		
Outras Despesas Correntes	12.897.195		
Total dos Usos	**166.361.656**	**Total Líquido das Fontes**	**166.361.656**

32264 ELETROBRAS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**10.125.672**	**Receitas de Capital**	**14.372.000**
Investimentos Imobilizado e Intangível	115.000	Rendas de Participações	12.000.000
Imobilizado	*115.000*	Participação nos Resultados	2.000.000
Inversões Financeiras	4.408.325	Outras Receitas De Capital	372.000
Outras Despesas de Capital	5.602.347	**Receitas Correntes**	**360.000**
Despesas Correntes	**8.829.128**	**Total dos Fontes**	**14.732.000**
Despesas de Pessoal	1.901.118	**Variação Patrimonial**	**775.816**
Despesas com Dirigentes	1.387.974	**Variação do Disponível**	**3.446.984**
Despesas com Conselhos e Comitês	330.239		
Materiais e Produtos	24.881		
Serviços de Terceiros	2.325.538		
Tributos	1.357.529		
Despesas Financeiras	397.691		
Outras Despesas Correntes	1.104.158		
Total dos Usos	**18.954.800**	**Total Líquido das Fontes**	**18.954.800**

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**836.157.916**	**Receitas Correntes**	**2.277.014.507**
Investimentos Imobilizado e Intangível	138.190.000	**Total dos Fontes**	**2.277.014.507**
Imobilizado	*138.190.000*	**Variação Patrimonial**	**-20.613.674**
Outras Despesas de Capital	697.967.916	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**5.244.814**
Despesas Correntes	**1.430.971.411**	**Variação do Disponível**	**5.483.680**
Despesas de Pessoal	182.253.784		
Despesas com Dirigentes	5.869.927		
Despesas com Conselhos e Comitês	1.573.771		
Materiais e Produtos	270.031.929		
Serviços de Terceiros	110.347.114		
Tributos	812.388.183		
Despesas Financeiras	5.244.814		
Outras Despesas Correntes	43.261.889		
Total dos Usos	**2.267.129.327**	**Total Líquido das Fontes**	**2.267.129.327**

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**2.904.391.107**	**Receitas Correntes**	**8.461.977.398**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	775.449.213	**Total dos Fontes**	**8.461.977.398**
No País	*775.449.213*	**Variação Patrimonial**	**-73.808.182**
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.523.438.000	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**311.378.139**
Imobilizado	*1.523.438.000*	**Variação do Disponível**	**1.154.149.495**
Outras Despesas de Capital	605.503.894		
Despesas Correntes	**6.949.305.743**		
Despesas de Pessoal	2.446.571.270		
Despesas com Dirigentes	9.989.585		
Despesas com Conselhos e Comitês	2.640.902		
Materiais e Produtos	190.499.944		
Serviços de Terceiros	1.153.185.919		
Tributos	1.680.641.591		
Despesas Financeiras	692.903.554		
Outras Despesas Correntes	772.872.978		
Total dos Usos	**9.853.696.850**	**Total Líquido das Fontes**	**9.853.696.850**

32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**1.256.875.615**	**Receitas de Capital**	**352.438.236**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	165.520.870	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	5.000.000
No País	*165.520.870*	Emissão de Outros Instr. de Captação	182.000.000
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	10.115.858	Rendas de Participações	43.704.000
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	253.455.026	Participação nos Resultados	2.415.990
Investimentos Imobilizado e Intangível	492.525.992	Outras Receitas De Capital	119.318.246
Imobilizado	*492.525.992*	**Receitas Correntes**	**3.208.631.897**
Inversões Financeiras	92.314.990	**Total dos Fontes**	**3.561.070.133**
Outras Despesas de Capital	242.942.879	**Variação Patrimonial**	**-25.272.346**
Despesas Correntes	**2.575.710.586**	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**12.074.085**
Despesas de Pessoal	476.987.031	**Variação do Disponível**	**284.714.329**
Despesas com Dirigentes	4.046.112		
Despesas com Conselhos e Comitês	706.404		
Materiais e Produtos	1.000.813.562		
Serviços de Terceiros	177.526.725		
Tributos	553.397.404		
Despesas Financeiras	198.979.889		
Outras Despesas Correntes	163.253.459		
Total dos Usos	**3.832.586.201**	**Total Líquido das Fontes**	**3.832.586.201**

32280 PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. - PB-LOG **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**809.278.924**	**Receitas Correntes**	**4.766.065.190**
Investimentos Imobilizado e Intangível	216.000	**Total dos Fontes**	**4.766.065.190**
Imobilizado	*216.000*	**Variação Patrimonial**	**-62.312.807**
Outras Despesas de Capital	809.062.924	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**1**
Despesas Correntes	**3.934.565.843**	**Variação do Disponível**	**40.092.383**
Despesas de Pessoal	25.901.993		
Despesas com Dirigentes	4.018.734		
Despesas com Conselhos e Comitês	281.641		
Serviços de Terceiros	2.878.661.921		
Tributos	1.016.859.540		
Outras Despesas Correntes	8.842.014		
Total dos Usos	**4.743.844.767**	**Total Líquido das Fontes**	**4.743.844.767**

32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**9.017.921.439**	**Receitas de Capital**	**7.431.511.435**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	649.761.439	Outras Receitas De Capital	7.431.511.435
No Exterior	*649.761.439*	**Total dos Fontes**	**7.431.511.435**
Investimentos Imobilizado e Intangível	8.368.160.000	**Variação Patrimonial**	**-4.002**
Imobilizado	*8.368.160.000*	**Variação do Disponível**	**2.058.047.953**
Despesas Correntes	**471.633.947**		
Despesas de Pessoal	6.301.727		
Despesas com Dirigentes	3.092.999		
Serviços de Terceiros	31.879.338		
Tributos	369.304.525		
Despesas Financeiras	45.670.570		
Outras Despesas Correntes	15.384.788		
Total dos Usos	**9.489.555.386**	**Total Líquido das Fontes**	**9.489.555.386**

32285 5283 PARTICIPAÇÕES S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	**408.470**	**Receitas Correntes**	**33.600**
Serviços de Terceiros	202.398	**Total dos Fontes**	**33.600**
Tributos	8.400	**Variação do Disponível**	**374.870**
Outras Despesas Correntes	197.672		
Total dos Usos	**408.470**	**Total Líquido das Fontes**	**408.470**

32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**16.126.745.754**	**Receitas Correntes**	**229.923.178.618**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	15.221.177.054	**Total dos Fontes**	**229.923.178.618**
No Exterior	*15.221.177.054*	**Variação Patrimonial**	**-3**
Investimentos Imobilizado e Intangível	850.110.000	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**11.135.989**
Imobilizado	*850.110.000*	**Variação do Disponível**	**26.126.034.919**
Inversões Financeiras	55.458.700		
Despesas Correntes	**239.933.603.769**		
Despesas de Pessoal	525.876.437		
Materiais e Produtos	121.994.450.824		
Serviços de Terceiros	1.241.494.598		
Tributos	431.167.217		
Despesas Financeiras	14.026.797.984		
Outras Despesas Correntes	101.713.816.709		
Total dos Usos	**256.060.349.523**	**Total Líquido das Fontes**	**256.060.349.523**

32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**13.771.208**	**Receitas Correntes**	**101.011.952**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	16.370	**Total dos Fontes**	**101.011.952**
No País	*16.370*	**Variação Patrimonial**	**-4.066.992**
Outras Despesas de Capital	13.754.838	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-237.789**
Despesas Correntes	**87.240.745**	**Variação do Disponível**	**4.304.782**
Despesas com Conselhos e Comitês	76.618		
Materiais e Produtos	67.491.528		
Serviços de Terceiros	2.534.162		
Tributos	16.370.648		
Despesas Financeiras	205.863		
Outras Despesas Correntes	561.926		
Total dos Usos	**101.011.953**	**Total Líquido das Fontes**	**101.011.953**

32316 LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**286.763.338**	**Receitas de Capital**	**2.059.000**
Investimentos Imobilizado e Intangível	143.242.000	Participação nos Resultados	2.059.000
Imobilizado	*130.364.000*	**Receitas Correntes**	**5.419.331.180**
Intangível	*12.878.000*	**Total dos Fontes**	**5.421.390.180**
Outras Despesas de Capital	143.521.338	**Variação Patrimonial**	**19.568.093**
Despesas Correntes	**5.144.884.167**	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-17.835.973**
Despesas de Pessoal	454.664.355	**Variação do Disponível**	**8.525.205**
Despesas com Dirigentes	6.348.297		
Despesas com Conselhos e Comitês	918.808		
Materiais e Produtos	3.239.421.474		
Serviços de Terceiros	329.775.134		
Tributos	939.508.902		
Outras Despesas Correntes	174.247.197		
Total dos Usos	**5.431.647.505**	**Total Líquido das Fontes**	**5.431.647.505**

32321 BAIXADA SANTISTA ENERGIA S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**8.290.433**	**Receitas Correntes**	**55.625.756**
Outras Despesas de Capital	8.290.433	**Total dos Fontes**	**55.625.756**
Despesas Correntes	**41.576.187**	**Variação Patrimonial**	**61.320.098**
Despesas com Dirigentes	1.242.881	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-57.474.053**
Despesas com Conselhos e Comitês	74.880	**Variação do Disponível**	**-9.605.181**
Serviços de Terceiros	555.634		
Tributos	10.141.390		
Despesas Financeiras	27.696.887		
Outras Despesas Correntes	1.864.515		
Total dos Usos	**49.866.620**	**Total Líquido das Fontes**	**49.866.620**

32322 TERMOMACAÉ S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	**99.424.813**	**Receitas Correntes**	**124.259.418**
Despesas de Pessoal	38.277.390	**Total dos Fontes**	**124.259.418**
Despesas com Dirigentes	1.242.880	**Variação Patrimonial**	**-6.588.939**
Despesas com Conselhos e Comitês	81.744	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-610.127**
Serviços de Terceiros	2.234.624	**Variação do Disponível**	**-17.635.539**
Tributos	55.698.055		
Outras Despesas Correntes	1.890.120		
Total dos Usos	**99.424.813**	**Total Líquido das Fontes**	**99.424.813**

32332 TERMOBAHIA S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**19.501.655**	**Receitas de Capital**	**44.263.604**
Outras Despesas de Capital	19.501.655	**Receitas Correntes**	**25.713.020**
Despesas Correntes	**49.523.258**	**Total dos Fontes**	**69.976.624**
Despesas de Pessoal	19.550.266	**Variação Patrimonial**	**-28.591.220**
Despesas com Dirigentes	1.242.880	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-291.537**
Despesas com Conselhos e Comitês	149.760	**Variação do Disponível**	**27.931.046**
Materiais e Produtos	1.440		
Serviços de Terceiros	487.852		
Tributos	19.411.847		
Despesas Financeiras	6.363.518		
Outras Despesas Correntes	2.315.695		
Total dos Usos	**69.024.913**	**Total Líquido das Fontes**	**69.024.913**

32334 PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**8.170.000**	**Receitas Correntes**	**1.669.644.380**
Investimentos Imobilizado e Intangível	8.170.000	**Total dos Fontes**	**1.669.644.380**
Imobilizado	*8.170.000*	**Variação Patrimonial**	**-33.806.714**
Despesas Correntes	**1.578.760.574**	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**682.070**
Despesas de Pessoal	84.254.888	**Variação do Disponível**	**-49.589.162**
Despesas com Dirigentes	3.475.745		
Despesas com Conselhos e Comitês	241.848		
Materiais e Produtos	1.198.830.263		
Serviços de Terceiros	39.558.316		
Tributos	211.776.453		
Despesas Financeiras	230.052		
Outras Despesas Correntes	40.393.009		
Total dos Usos	**1.586.930.574**	**Total Líquido das Fontes**	**1.586.930.574**

32345 BREITENER ENERGÉTICA S.A. - BREITENER **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	**22.121.841**	**Receitas de Capital**	**33.703.339**
Despesas de Pessoal	7.201.584	**Receitas Correntes**	**5.911.048**
Despesas com Dirigentes	1.660.902	**Total dos Fontes**	**39.614.387**
Despesas com Conselhos e Comitês	402.870	**Variação Patrimonial**	**-143.281**
Materiais e Produtos	84.576	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-682.752**
Serviços de Terceiros	695.501	**Variação do Disponível**	**-16.666.513**
Tributos	7.390.568		
Despesas Financeiras	3.080.631		
Outras Despesas Correntes	1.605.209		
Total dos Usos	**22.121.841**	**Total Líquido das Fontes**	**22.121.841**

32346 EÓLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - MANGUE SECO 2 R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**5.275.645**	**Receitas Correntes**	**21.449.386**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	3.582.204	**Total dos Fontes**	**21.449.386**
No País	*3.582.204*	**Variação Patrimonial**	**2.580.079**
Investimentos Imobilizado e Intangível	34.000	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**361.895**
Imobilizado	*34.000*	**Variação do Disponível**	**-4.372.814**
Outras Despesas de Capital	1.659.441		
Despesas Correntes	**14.742.901**		
Despesas de Pessoal	883.950		
Despesas com Dirigentes	1.122.897		
Despesas com Conselhos e Comitês	221.323		
Materiais e Produtos	46.319		
Serviços de Terceiros	4.410.451		
Tributos	1.753.610		
Despesas Financeiras	5.017.319		
Outras Despesas Correntes	1.287.032		
Total dos Usos	**20.018.546**	**Total Líquido das Fontes**	**20.018.546**

32351 GÁS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A. R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**126.987.167**	**Receitas Correntes**	**735.589.313**
Investimentos Imobilizado e Intangível	67.840.172	**Total dos Fontes**	**735.589.313**
Imobilizado	*1.528.000*	**Variação Patrimonial**	**25.073.382**
Intangível	*66.312.172*	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-5.363.057**
Outras Despesas de Capital	59.146.995	**Variação do Disponível**	**10.695.578**
Despesas Correntes	**639.008.049**		
Despesas de Pessoal	23.209.922		
Despesas com Dirigentes	2.261.707		
Despesas com Conselhos e Comitês	411.610		
Materiais e Produtos	369.547.188		
Serviços de Terceiros	17.915.700		
Tributos	211.043.685		
Despesas Financeiras	981.710		
Outras Despesas Correntes	13.636.527		
Total dos Usos	**765.995.216**	**Total Líquido das Fontes**	**765.995.216**

32360 BREITENER JARAQUI S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**15.302.078**	**Receitas Correntes**	**223.979.164**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	15.302.078	**Total dos Fontes**	**223.979.164**
No País	*15.302.078*	**Variação Patrimonial**	**-10.927.899**
Despesas Correntes	**220.944.681**	**Variação do Disponível**	**23.195.494**
Despesas de Pessoal	18.922.800		
Materiais e Produtos	44.871.447		
Serviços de Terceiros	36.701.787		
Tributos	72.524.614		
Despesas Financeiras	43.599.128		
Outras Despesas Correntes	4.324.905		
Total dos Usos	**236.246.759**	**Total Líquido das Fontes**	**236.246.759**

32361 BREITENER TAMBAQUI S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**15.302.078**	**Receitas Correntes**	**216.749.734**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	15.302.078	**Total dos Fontes**	**216.749.734**
No País	*15.302.078*	**Variação Patrimonial**	**-10.705.073**
Despesas Correntes	**228.891.503**	**Variação do Disponível**	**38.148.920**
Despesas de Pessoal	23.725.885		
Materiais e Produtos	59.648.548		
Serviços de Terceiros	36.148.987		
Tributos	68.802.635		
Despesas Financeiras	33.919.100		
Outras Despesas Correntes	6.646.348		
Total dos Usos	**244.193.581**	**Total Líquido das Fontes**	**244.193.581**

32363 TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A. - TSBE **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**28.490.030**	**Receitas Correntes**	**78.450.558**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	21.000.000	**Total dos Fontes**	**78.450.558**
No País	*21.000.000*	**Variação do Disponível**	**-2.395.719**
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	4.890.030		
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.600.000		
Imobilizado	*2.600.000*		
Despesas Correntes	**47.564.809**		
Despesas com Conselhos e Comitês	70.196		
Materiais e Produtos	25.200		
Serviços de Terceiros	8.754.799		
Tributos	16.530.617		
Despesas Financeiras	21.487.837		
Outras Despesas Correntes	696.160		
Total dos Usos	**76.054.839**	**Total Líquido das Fontes**	**76.054.839**

32364 TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**64.815.232**	**Receitas Correntes**	**134.449.225**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	27.858.201	**Total dos Fontes**	**134.449.225**
No País	*27.858.201*	**Variação Patrimonial**	**7.748.489**
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	3.299.390	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-9.449**
Investimentos Imobilizado e Intangível	28.849.498	**Variação do Disponível**	**6.013.587**
Imobilizado	*28.849.498*		
Outras Despesas de Capital	4.808.143		
Despesas Correntes	**83.386.620**		
Despesas com Dirigentes	1.668.527		
Despesas com Conselhos e Comitês	259.712		
Materiais e Produtos	627.000		
Serviços de Terceiros	14.064.441		
Tributos	22.951.206		
Despesas Financeiras	43.095.759		
Outras Despesas Correntes	719.975		
Total dos Usos	**148.201.852**	**Total Líquido das Fontes**	**148.201.852**

32365 AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. - AMGT **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**593.556.615**	**Receitas de Capital**	**150.000.000**
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	556.981.553	Obtenção de Operações de Crédito	150.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	30.175.000	*No País*	*150.000.000*
Imobilizado	*30.175.000*	**Receitas Correntes**	**5.638.508.910**
Outras Despesas de Capital	6.400.062	**Total dos Fontes**	**5.788.508.910**
Despesas Correntes	**5.063.986.974**	**Variação Patrimonial**	**-69.400.359**
Despesas de Pessoal	149.570.396	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**8.693.506**
Despesas com Dirigentes	1.632.951	**Variação do Disponível**	**-70.258.468**
Materiais e Produtos	3.107.262.509		
Serviços de Terceiros	116.876.060		
Tributos	1.340.923.947		
Despesas Financeiras	247.532.312		
Outras Despesas Correntes	100.188.799		
Total dos Usos	**5.657.543.589**	**Total Líquido das Fontes**	**5.657.543.589**

32367 ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	**38.678.974**	**Receitas Correntes**	**538.686**
Despesas de Pessoal	13.310.605	**Total dos Fontes**	**538.686**
Materiais e Produtos	2.964.480	**Variação do Disponível**	**38.140.288**
Serviços de Terceiros	13.585.000		
Tributos	251.900		
Outras Despesas Correntes	8.566.989		
Total dos Usos	**38.678.974**	**Total Líquido das Fontes**	**38.678.974**

32369 EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**11.415.369**	**Receitas Correntes**	**232.866.563**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	2.061.512	**Total dos Fontes**	**232.866.563**
No País	*2.061.512*	**Variação Patrimonial**	**-36.835.730**
Investimentos Imobilizado e Intangível	9.353.857	**Variação do Disponível**	**-39.822.691**
Imobilizado	*514.000*		
Intangível	*8.839.857*		
Despesas Correntes	**144.792.773**		
Despesas de Pessoal	39.485.876		
Despesas com Dirigentes	5.386.361		
Despesas com Conselhos e Comitês	1.209.857		
Materiais e Produtos	68.941		
Serviços de Terceiros	23.312.490		
Tributos	71.554.652		
Outras Despesas Correntes	3.774.596		
Total dos Usos	**156.208.142**	**Total Líquido das Fontes**	**156.208.142**

32370 TRANSPETRO INTERNATIONAL B.V. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**106.596.000**	**Receitas Correntes**	**1.415.884.577**
Investimentos Imobilizado e Intangível	106.596.000	**Total dos Fontes**	**1.415.884.577**
Imobilizado	*106.596.000*	**Variação Patrimonial**	**106.236.645**
Despesas Correntes	**1.171.507.418**	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-112.615.617**
Despesas com Dirigentes	2.375.172	**Variação do Disponível**	**-131.402.187**
Materiais e Produtos	22.879.271		
Serviços de Terceiros	333.892.456		
Tributos	7.277.388		
Abatimentos em Venda de Bens e Serviços	667.588.980		
Outras Despesas Correntes	137.494.151		
Total dos Usos	**1.278.103.418**	**Total Líquido das Fontes**	**1.278.103.418**

32376 BRASIL VENTOS ENERGIA S/A **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**38.060.000**	**Receitas de Capital**	**48.000.000**
Investimentos Imobilizado e Intangível	150.000	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	48.000.000
Imobilizado	*150.000*	*Aportes de Empresas Estatais*	*48.000.000*
Inversões Financeiras	37.910.000	**Receitas Correntes**	**31.300**
Despesas Correntes	**10.206.156**	**Total dos Fontes**	**48.031.300**
Despesas de Pessoal	1.407.884	**Variação do Disponível**	**234.856**
Despesas com Dirigentes	1.621.354		
Despesas com Conselhos e Comitês	534.480		
Materiais e Produtos	68.945		
Serviços de Terceiros	6.063.745		
Tributos	81.375		
Outras Despesas Correntes	428.373		
Total dos Usos	**48.266.156**	**Total Líquido das Fontes**	**48.266.156**

32377 TRANSENERGIA GOIÁS S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**13.901.297**	**Receitas de Capital**	**10.160**
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	5.000.000	Recursos de Fundos	7.560
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.701.297	Outras Receitas De Capital	2.600
Imobilizado	*2.701.297*	**Receitas Correntes**	**19.762.455**
Outras Despesas de Capital	6.200.000	**Total dos Fontes**	**19.772.615**
Despesas Correntes	**13.100.191**	**Variação Patrimonial**	**2.092.789**
Despesas de Pessoal	1.597.214	**Variação do Disponível**	**5.136.084**
Despesas com Dirigentes	1.547.334		
Despesas com Conselhos e Comitês	302.452		
Materiais e Produtos	55.417		
Serviços de Terceiros	3.894.098		
Tributos	2.475.486		
Despesas Financeiras	299.924		
Outras Despesas Correntes	2.928.266		
Total dos Usos	**27.001.488**	**Total Líquido das Fontes**	**27.001.488**

32378 GERADORA EÓLICA VENTOS DE ANGELIM S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**709.500**	**Receitas de Capital**	**858.000**
Investimentos Imobilizado e Intangível	709.500	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	858.000
Imobilizado	*709.500*	*Aportes de Empresas Estatais*	*858.000*
Despesas Correntes	**252.263**	**Receitas Correntes**	**16.300**
Despesas com Dirigentes	141.960	**Total dos Fontes**	**874.300**
Despesas com Conselhos e Comitês	52.912	**Variação do Disponível**	**87.463**
Serviços de Terceiros	46.938		
Tributos	7.560		
Outras Despesas Correntes	2.893		
Total dos Usos	**961.763**	**Total Líquido das Fontes**	**961.763**

32379 GERADORA EÓLICA VENTOS DE SANTA ROSA S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**386.200**	**Receitas Correntes**	**81.500**
Investimentos Imobilizado e Intangível	386.200	**Total dos Fontes**	**81.500**
Imobilizado	*386.200*	**Variação do Disponível**	**556.963**
Despesas Correntes	**252.263**		
Despesas com Dirigentes	141.960		
Despesas com Conselhos e Comitês	52.912		
Serviços de Terceiros	46.938		
Tributos	7.560		
Outras Despesas Correntes	2.893		
Total dos Usos	**638.463**	**Total Líquido das Fontes**	**638.463**

32380 GERADORA EÓLICA VENTOS DE UIRAPURU S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**200**	**Receitas Correntes**	**15.800**
Investimentos Imobilizado e Intangível	200	**Total dos Fontes**	**15.800**
Imobilizado	*200*	**Variação do Disponível**	**152.211**
Despesas Correntes	**167.811**		
Despesas com Dirigentes	57.508		
Despesas com Conselhos e Comitês	52.912		
Serviços de Terceiros	46.938		
Tributos	7.560		
Outras Despesas Correntes	2.893		
Total dos Usos	**168.011**	**Total Líquido das Fontes**	**168.011**

32381 GERADORA EÓLICA ARARA AZUL S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**72.900**	**Receitas Correntes**	**25.800**
Investimentos Imobilizado e Intangível	72.900	**Total dos Fontes**	**25.800**
Imobilizado	*72.900*	**Variação do Disponível**	**297.163**
Despesas Correntes	**250.063**		
Despesas com Dirigentes	141.960		
Despesas com Conselhos e Comitês	52.912		
Serviços de Terceiros	44.738		
Tributos	7.560		
Outras Despesas Correntes	2.893		
Total dos Usos	**322.963**	**Total Líquido das Fontes**	**322.963**

32382 GERADORA EÓLICA BENTEVI S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**26.040**	**Receitas Correntes**	**21.300**
Investimentos Imobilizado e Intangível	26.040	**Total dos Fontes**	**21.300**
Imobilizado	*26.040*	**Variação do Disponível**	**254.803**
Despesas Correntes	**250.063**		
Despesas com Dirigentes	141.960		
Despesas com Conselhos e Comitês	52.912		
Serviços de Terceiros	44.738		
Tributos	7.560		
Outras Despesas Correntes	2.893		
Total dos Usos	**276.103**	**Total Líquido das Fontes**	**276.103**

32383 GERADORA EÓLICA OURO VERDE I S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**66.655**	**Receitas Correntes**	**25.100**
Investimentos Imobilizado e Intangível	66.655	**Total dos Fontes**	**25.100**
Imobilizado	*66.655*	**Variação Patrimonial**	**-29.930**
Despesas Correntes	**220.133**	**Variação do Disponível**	**291.618**
Despesas com Dirigentes	144.790		
Despesas com Conselhos e Comitês	20.152		
Serviços de Terceiros	44.738		
Tributos	7.560		
Outras Despesas Correntes	2.893		
Total dos Usos	**286.788**	**Total Líquido das Fontes**	**286.788**

32384 GERADORA EÓLICA OURO VERDE II S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**54.680**	**Receitas Correntes**	**22.800**
Investimentos Imobilizado e Intangível	54.680	**Total dos Fontes**	**22.800**
Imobilizado	*54.680*	**Variação Patrimonial**	**-29.930**
Despesas Correntes	**220.133**	**Variação do Disponível**	**281.943**
Despesas com Dirigentes	144.790		
Despesas com Conselhos e Comitês	20.152		
Serviços de Terceiros	44.738		
Tributos	7.560		
Outras Despesas Correntes	2.893		
Total dos Usos	**274.813**	**Total Líquido das Fontes**	**274.813**

32385 GERADORA EÓLICA OURO VERDE III S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**37.400**	**Receitas Correntes**	**25.100**
Investimentos Imobilizado e Intangível	37.400	**Total dos Fontes**	**25.100**
Imobilizado	*37.400*	**Variação Patrimonial**	**-29.930**
Despesas Correntes	**220.133**	**Variação do Disponível**	**262.363**
Despesas com Dirigentes	144.790		
Despesas com Conselhos e Comitês	20.152		
Serviços de Terceiros	44.738		
Tributos	7.560		
Outras Despesas Correntes	2.893		
Total dos Usos	**257.533**	**Total Líquido das Fontes**	**257.533**

32386 ENERGIA DOS VENTOS V S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**6.560.000**	**Receitas Correntes**	**13.257.208**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	60.000	**Total dos Fontes**	**13.257.208**
No País	*60.000*	**Variação Patrimonial**	**-5.460**
Investimentos Imobilizado e Intangível	6.500.000	**Variação do Disponível**	**4.511.881**
Imobilizado	*6.500.000*		
Despesas Correntes	**11.203.629**		
Despesas de Pessoal	434.247		
Despesas com Dirigentes	141.960		
Despesas com Conselhos e Comitês	50.752		
Materiais e Produtos	672.091		
Serviços de Terceiros	2.834.394		
Tributos	592.369		
Despesas Financeiras	6.300.000		
Outras Despesas Correntes	177.816		
Total dos Usos	**17.763.629**	**Total Líquido das Fontes**	**17.763.629**

32387 ENERGIA DOS VENTOS VI S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**6.260.000**	**Receitas Correntes**	**18.473.954**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	260.000	**Total dos Fontes**	**18.473.954**
No País	*260.000*	**Variação Patrimonial**	**-5.460**
Investimentos Imobilizado e Intangível	6.000.000	**Variação do Disponível**	**3.073.796**
Imobilizado	*6.000.000*		
Despesas Correntes	**15.282.290**		
Despesas com Dirigentes	141.960		
Despesas com Conselhos e Comitês	50.752		
Materiais e Produtos	957.130		
Serviços de Terceiros	3.963.346		
Tributos	808.437		
Despesas Financeiras	9.200.000		
Outras Despesas Correntes	160.665		
Total dos Usos	**21.542.290**	**Total Líquido das Fontes**	**21.542.290**

32388 ENERGIA DOS VENTOS VII S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**5.697.500**	**Receitas Correntes**	**19.112.211**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	197.500	**Total dos Fontes**	**19.112.211**
No País	*197.500*	**Variação Patrimonial**	**-5.460**
Investimentos Imobilizado e Intangível	5.500.000	**Variação do Disponível**	**1.161.993**
Imobilizado	*5.500.000*		
Despesas Correntes	**14.571.244**		
Despesas de Pessoal	812.419		
Despesas com Dirigentes	141.960		
Despesas com Conselhos e Comitês	50.752		
Materiais e Produtos	862.117		
Serviços de Terceiros	3.594.195		
Tributos	827.559		
Despesas Financeiras	8.100.000		
Outras Despesas Correntes	182.242		
Total dos Usos	**20.268.744**	**Total Líquido das Fontes**	**20.268.744**

32389 ENERGIA DOS VENTOS VIII S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**9.578.000**	**Receitas Correntes**	**13.575.352**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	78.000	**Total dos Fontes**	**13.575.352**
No País	*78.000*	**Variação Patrimonial**	**-5.460**
Investimentos Imobilizado e Intangível	9.500.000	**Variação do Disponível**	**6.795.846**
Imobilizado	*9.500.000*		
Despesas Correntes	**10.787.738**		
Despesas com Dirigentes	141.960		
Despesas com Conselhos e Comitês	50.752		
Materiais e Produtos	672.091		
Serviços de Terceiros	2.833.289		
Tributos	608.030		
Despesas Financeiras	6.300.000		
Outras Despesas Correntes	181.616		
Total dos Usos	**20.365.738**	**Total Líquido das Fontes**	**20.365.738**

32390 ENERGIA DOS VENTOS IX S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**6.075.000**	**Receitas Correntes**	**14.326.684**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	75.000	**Total dos Fontes**	**14.326.684**
No País	*75.000*	**Variação Patrimonial**	**-5.460**
Investimentos Imobilizado e Intangível	6.000.000	**Variação do Disponível**	**4.101.189**
Imobilizado	*6.000.000*		
Despesas Correntes	**12.347.413**		
Despesas de Pessoal	544.997		
Despesas com Dirigentes	141.960		
Despesas com Conselhos e Comitês	50.752		
Materiais e Produtos	767.104		
Serviços de Terceiros	3.149.810		
Tributos	646.361		
Despesas Financeiras	6.900.000		
Outras Despesas Correntes	146.429		
Total dos Usos	**18.422.413**	**Total Líquido das Fontes**	**18.422.413**

32391 FRONTEIRA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**6.800.000**	**Receitas Correntes**	**24.455.147**
Investimentos Imobilizado e Intangível	6.800.000	**Total dos Fontes**	**24.455.147**
Imobilizado	*6.800.000*	**Variação Patrimonial**	**-99.304**
Despesas Correntes	**9.810.641**	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**634.938**
Despesas com Dirigentes	1.668.531	**Variação do Disponível**	**-8.380.140**
Despesas com Conselhos e Comitês	259.712		
Materiais e Produtos	260.971		
Serviços de Terceiros	5.282.381		
Tributos	1.550.982		
Despesas Financeiras	557.597		
Outras Despesas Correntes	230.467		
Total dos Usos	**16.610.641**	**Total Líquido das Fontes**	**16.610.641**

32392 EÓLICA HERMENEGILDO I S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**11.603.964**	**Receitas de Capital**	**35.874.020**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	10.703.964	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	35.874.020
No País	*10.703.964*	*Aportes de Empresas Estatais*	*35.874.020*
Investimentos Imobilizado e Intangível	900.000	**Receitas Correntes**	**46.395.602**
Imobilizado	*900.000*	**Total dos Fontes**	**82.269.622**
Despesas Correntes	**42.481.938**	**Variação Patrimonial**	**-7.095.017**
Despesas com Dirigentes	1.224.296	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-25.277.201**
Despesas com Conselhos e Comitês	266.796	**Variação do Disponível**	**4.188.498**
Materiais e Produtos	7.054.450		
Serviços de Terceiros	13.592.133		
Tributos	4.479.487		
Despesas Financeiras	15.105.345		
Outras Despesas Correntes	759.431		
Total dos Usos	**54.085.902**	**Total Líquido das Fontes**	**54.085.902**

32393 EÓLICA HERMENEGILDO II S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**11.417.016**	**Receitas de Capital**	**29.344.357**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	10.517.016	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	29.344.357
No País	*10.517.016*	*Aportes de Empresas Estatais*	*29.344.357*
Investimentos Imobilizado e Intangível	900.000	**Receitas Correntes**	**49.704.676**
Imobilizado	*900.000*	**Total dos Fontes**	**79.049.033**
Despesas Correntes	**43.912.893**	**Variação Patrimonial**	**-8.409.429**
Materiais e Produtos	10.802.929	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-18.405.673**
Serviços de Terceiros	13.642.133	**Variação do Disponível**	**3.095.978**
Tributos	4.782.926		
Despesas Financeiras	13.936.072		
Outras Despesas Correntes	748.833		
Total dos Usos	**55.329.909**	**Total Líquido das Fontes**	**55.329.909**

32394 EÓLICA HERMENEGILDO III S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**9.660.208**	**Receitas de Capital**	**31.438.783**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	8.960.208	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	31.438.783
No País	*8.960.208*	*Aportes de Empresas Estatais*	*31.438.783*
Investimentos Imobilizado e Intangível	700.000	**Receitas Correntes**	**41.698.745**
Imobilizado	*700.000*	**Total dos Fontes**	**73.137.528**
Despesas Correntes	**37.076.816**	**Variação Patrimonial**	**-6.496.653**
Materiais e Produtos	8.198.273	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-21.912.640**
Serviços de Terceiros	11.471.094	**Variação do Disponível**	**2.008.789**
Tributos	4.016.341		
Despesas Financeiras	12.747.556		
Outras Despesas Correntes	643.552		
Total dos Usos	**46.737.024**	**Total Líquido das Fontes**	**46.737.024**

32395 EÓLICA CHUÍ IX S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**3.328.704**	**Receitas de Capital**	**11.939.424**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	3.028.704	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	11.939.424
No País	*3.028.704*	*Aportes de Empresas Estatais*	*11.939.424*
Investimentos Imobilizado e Intangível	300.000	**Receitas Correntes**	**14.514.117**
Imobilizado	*300.000*	**Total dos Fontes**	**26.453.541**
Despesas Correntes	**13.190.323**	**Variação Patrimonial**	**-2.092.768**
Materiais e Produtos	2.608.792	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-8.649.723**
Serviços de Terceiros	4.461.110	**Variação do Disponível**	**807.977**
Tributos	1.399.490		
Despesas Financeiras	4.490.693		
Outras Despesas Correntes	230.238		
Total dos Usos	**16.519.027**	**Total Líquido das Fontes**	**16.519.027**

32399 ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**200**	**Receitas de Capital**	**15.167.400**
Investimentos Imobilizado e Intangível	200	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	15.167.400
Imobilizado	*200*	*Aportes de Empresas Estatais*	*15.167.400*
Despesas Correntes	**16.083.214**	**Receitas Correntes**	**26.600**
Despesas de Pessoal	1.897.480	**Total dos Fontes**	**15.194.000**
Despesas com Dirigentes	141.960	**Variação do Disponível**	**889.414**
Despesas com Conselhos e Comitês	136.124		
Materiais e Produtos	39.360		
Serviços de Terceiros	320.320		
Tributos	83.510		
Outras Despesas Correntes	13.464.460		
Total dos Usos	**16.083.414**	**Total Líquido das Fontes**	**16.083.414**

32903 TRANSPETRO BEL 09 S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**13.945.000**	**Receitas Correntes**	**74.407.382**
Investimentos Imobilizado e Intangível	13.945.000	**Total dos Fontes**	**74.407.382**
Imobilizado	*13.945.000*	**Variação Patrimonial**	**1.231.332**
Despesas Correntes	**52.466.260**	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**248.234**
Despesas de Pessoal	12.002.942	**Variação do Disponível**	**-9.475.688**
Materiais e Produtos	924.613		
Serviços de Terceiros	8.172.547		
Tributos	16.770.970		
Despesas Financeiras	248.234		
Outras Despesas Correntes	14.346.954		
Total dos Usos	**66.411.260**	**Total Líquido das Fontes**	**66.411.260**

36000 M. DA SAÚDE

36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**239.797.915**	**Receitas Correntes**	**1.356.479.911**
Investimentos Imobilizado e Intangível	239.797.915	**Total dos Fontes**	**1.356.479.911**
Imobilizado	*235.352.955*	**Variação Patrimonial**	**-297.949.611**
Intangível	*4.444.960*	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**60.000.000**
Despesas Correntes	**1.116.454.950**	**Variação do Disponível**	**237.722.565**
Despesas de Pessoal	51.567.100		
Despesas com Dirigentes	2.306.805		
Despesas com Conselhos e Comitês	703.621		
Materiais e Produtos	800.731.655		
Serviços de Terceiros	81.874.352		
Tributos	82.486.637		
Despesas Financeiras	60.257.200		
Outras Despesas Correntes	36.527.580		
Total dos Usos	**1.356.252.865**	**Total Líquido das Fontes**	**1.356.252.865**

39000 M. DA INFRAESTRUTURA

39210 COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**17.768.720**	**Receitas Correntes**	**77.946.867**
Investimentos Imobilizado e Intangível	17.768.720	**Total dos Fontes**	**77.946.867**
Imobilizado	*17.768.720*	**Variação Patrimonial**	**6.958.837**
Despesas Correntes	**71.039.176**	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**1.000**
Despesas de Pessoal	28.715.000	**Variação do Disponível**	**3.901.192**
Despesas com Dirigentes	1.701.351		
Despesas com Conselhos e Comitês	437.000		
Materiais e Produtos	160.000		
Serviços de Terceiros	18.158.225		
Tributos	10.112.000		
Despesas Financeiras	460.000		
Outras Despesas Correntes	11.295.600		
Total dos Usos	**88.807.896**	**Total Líquido das Fontes**	**88.807.896**

39211 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**32.456.196**	**Receitas Correntes**	**159.057.853**
Investimentos Imobilizado e Intangível	26.369.109	**Total dos Fontes**	**159.057.853**
Imobilizado	*26.369.109*	**Variação Patrimonial**	**41.227.956**
Outras Despesas de Capital	6.087.087	**Variação do Disponível**	**-33.940.109**
Despesas Correntes	**133.889.504**		
Despesas de Pessoal	77.379.842		
Despesas com Dirigentes	2.680.767		
Despesas com Conselhos e Comitês	682.684		
Materiais e Produtos	463.700		
Serviços de Terceiros	27.664.716		
Tributos	18.010.093		
Outras Despesas Correntes	7.007.702		
Total dos Usos	**166.345.700**	**Total Líquido das Fontes**	**166.345.700**

39212 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**56.981.641**	**Receitas Correntes**	**171.734.972**
Investimentos Imobilizado e Intangível	56.981.641	**Total dos Fontes**	**171.734.972**
Imobilizado	*56.981.641*	**Variação Patrimonial**	**47.906.411**
Despesas Correntes	**148.607.541**	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-798.989**
Despesas de Pessoal	67.725.111	**Variação do Disponível**	**-13.253.212**
Despesas com Dirigentes	1.029.409		
Despesas com Conselhos e Comitês	347.422		
Materiais e Produtos	1.681.615		
Serviços de Terceiros	46.104.910		
Tributos	20.728.935		
Despesas Financeiras	439.395		
Outras Despesas Correntes	10.550.744		
Total dos Usos	**205.589.182**	**Total Líquido das Fontes**	**205.589.182**

39213 AUTORIDADE PORTUARIA DE SANTOS S.A **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**265.600.106**	**Receitas Correntes**	**1.147.909.841**
Investimentos Imobilizado e Intangível	240.600.106	**Total dos Fontes**	**1.147.909.841**
Imobilizado	*240.600.106*	**Variação Patrimonial**	**-57.033.349**
Outras Despesas de Capital	25.000.000	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**1.844.018**
Despesas Correntes	**938.527.869**	**Variação do Disponível**	**111.407.465**
Despesas de Pessoal	334.828.472		
Despesas com Dirigentes	3.539.304		
Despesas com Conselhos e Comitês	565.056		
Materiais e Produtos	2.600.000		
Serviços de Terceiros	340.084.008		
Tributos	197.552.740		
Despesas Financeiras	6.336.182		
Outras Despesas Correntes	53.022.107		
Total dos Usos	**1.204.127.975**	**Total Líquido das Fontes**	**1.204.127.975**

39215 COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**83.407.745**	**Receitas Correntes**	**274.846.937**
Investimentos Imobilizado e Intangível	83.407.745	**Total dos Fontes**	**274.846.937**
Imobilizado	*83.407.745*	**Variação Patrimonial**	**39.479.776**
Despesas Correntes	**222.302.215**	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**38.610**
Despesas de Pessoal	132.093.728	**Variação do Disponível**	**-8.655.363**
Despesas com Dirigentes	1.722.725		
Despesas com Conselhos e Comitês	444.422		
Materiais e Produtos	1.844.837		
Serviços de Terceiros	24.131.541		
Tributos	44.939.729		
Despesas Financeiras	2.500.000		
Outras Despesas Correntes	14.625.233		
Total dos Usos	**305.709.960**	**Total Líquido das Fontes**	**305.709.960**

39216 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**127.331.253**	**Receitas de Capital**	**94.640.450**
Investimentos Imobilizado e Intangível	127.331.253	Outras Receitas De Capital	94.640.450
Imobilizado	*127.331.253*	**Receitas Correntes**	**758.500.000**
Despesas Correntes	**588.365.426**	**Total dos Fontes**	**853.140.450**
Despesas de Pessoal	365.441.875	**Variação Patrimonial**	**65.566.975**
Despesas com Dirigentes	3.132.564	**Variação do Disponível**	**-203.010.746**
Despesas com Conselhos e Comitês	863.494		
Materiais e Produtos	3.354.314		
Serviços de Terceiros	42.614.736		
Tributos	82.369.250		
Outras Despesas Correntes	90.589.193		
Total dos Usos	**715.696.679**	**Total Líquido das Fontes**	**715.696.679**

39217 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**98.474.891**	**Receitas de Capital**	**2.393.176**
Investimentos Imobilizado e Intangível	98.474.891	Alienação de Valores e Bens	2.393.176
Imobilizado	*88.717.363*	**Receitas Correntes**	**92.175.205**
Intangível	*9.757.528*	**Total dos Fontes**	**94.568.381**
Despesas Correntes	**90.441.758**	**Variação Patrimonial**	**81.428.655**
Despesas de Pessoal	53.998.072	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-131.994**
Despesas com Dirigentes	1.567.066	**Variação do Disponível**	**13.051.607**
Despesas com Conselhos e Comitês	588.226		
Materiais e Produtos	5.461.315		
Serviços de Terceiros	7.488.674		
Tributos	12.225.151		
Despesas Financeiras	1.336.597		
Outras Despesas Correntes	7.776.657		
Total dos Usos	**188.916.649**	**Total Líquido das Fontes**	**188.916.649**

39256 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**804.627.018**	**Receitas Correntes**	**2.742.455.910**
Investimentos Imobilizado e Intangível	540.027.018	**Total dos Fontes**	**2.742.455.910**
Imobilizado	*540.027.018*	**Variação Patrimonial**	**-93.075.437**
Inversões Financeiras	264.600.000	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-4.545.958**
Despesas Correntes	**2.318.462.417**	**Variação do Disponível**	**478.254.920**
Despesas de Pessoal	1.301.870.122		
Despesas com Dirigentes	2.098.528		
Despesas com Conselhos e Comitês	702.038		
Materiais e Produtos	40.225.428		
Serviços de Terceiros	547.925.447		
Tributos	146.767.470		
Despesas Financeiras	29.342.123		
Outras Despesas Correntes	249.531.261		
Total dos Usos	**3.123.089.435**	**Total Líquido das Fontes**	**3.123.089.435**

52000 M. DA DEFESA

52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**1.717.673.925**	**Receitas Correntes**	**597.899.976**
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.642.221.125	**Total dos Fontes**	**597.899.976**
Imobilizado	*1.642.221.125*	**Variação Patrimonial**	**73.809.988**
Outras Despesas de Capital	75.452.800	**Variação do Disponível**	**1.356.713.840**
Despesas Correntes	**310.749.879**		
Despesas de Pessoal	84.865.664		
Despesas com Dirigentes	876.505		
Despesas com Conselhos e Comitês	454.956		
Materiais e Produtos	20.904.294		
Serviços de Terceiros	8.226.973		
Tributos	182.983.000		
Despesas Financeiras	80.000		
Outras Despesas Correntes	12.358.487		
Total dos Usos	**2.028.423.804**	**Total Líquido das Fontes**	**2.028.423.804**

Empresas do Setor Financeiro

24000 M.CIÊNCIATEC.INOV.COMUNICAÇÕES

24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**2.866.399.840**	**Receitas de Capital**	**4.586.533.080**
Concessão de Operações de Crédito	2.150.000.000	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	2.424.264.486
Investimentos Imobilizado e Intangível	19.988.831	Recursos de Fundos	2.157.268.594
Imobilizado	*7.016.831*	Participação nos Resultados	5.000.000
Intangível	*12.972.000*	**Receitas Correntes**	**1.185.123.095**
Inversões Financeiras	145.000.000	**Total dos Fontes**	**5.771.656.175**
Outras Despesas de Capital	551.411.009	**Variação Patrimonial**	**70.837.693**
Despesas Correntes	**1.166.528.592**	**Variação do Disponível**	**-1.809.565.436**
Despesas de Pessoal	311.184.305		
Despesas com Dirigentes	5.632.766		
Despesas com Conselhos e Comitês	762.919		
Materiais e Produtos	1.048.646		
Serviços de Terceiros	96.578.099		
Tributos	89.247.955		
Despesas Financeiras	611.667.404		
Outras Despesas Correntes	50.406.498		
Total dos Usos	**4.032.928.432**	**Total Líquido das Fontes**	**4.032.928.432**

25000 M. DA ECONOMIA

25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**8.114.248.500**	**Receitas de Capital**	**8.088.840.336**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	138.545.388	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	208.014.171
No País	*121.442.254*	*Outros Recursos para Aumento do PL*	*208.014.171*
No Exterior	*17.103.134*	Alienação de Valores e Bens	1.092.159.100
Concessão de Operações de Crédito	5.712.817.402	Obtenção de Operações de Crédito	160.016.212
Concessão de Operações de Outros Créditos	7.337.236	*No País*	*150.000.000*
Investimentos Imobilizado e Intangível	102.167.607	*No Exterior*	*10.016.212*
Imobilizado	*25.876.379*	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	17.010.718
Intangível	*76.291.228*	Emissão de Outros Instr. de Captação	35.480.000
Outras Despesas de Capital	2.153.380.867	Recursos de Fundos	4.631.092.466
Despesas Correntes	**1.801.980.091**	Recursos Provenientes de Depósitos	563.264.786
Despesas de Pessoal	624.646.823	Outras Receitas De Capital	1.381.802.883
Despesas com Dirigentes	5.323.424	**Receitas Correntes**	**2.834.544.239**
Despesas com Conselhos e Comitês	1.484.263	**Total dos Fontes**	**10.923.384.575**
Materiais e Produtos	980.827	**Variação Patrimonial**	**-1.513.449.561**
Serviços de Terceiros	92.126.006	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-1**
Tributos	212.182.203	**Variação do Disponível**	**506.293.578**
Despesas Financeiras	352.710.950		
Outras Despesas Correntes	512.525.595		
Total dos Usos	**9.916.228.591**	**Total Líquido das Fontes**	**9.916.228.591**

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**14.664.199.500**	**Receitas de Capital**	**13.681.806.300**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	172.698.200	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	613.000
No País	*115.051.700*	Obtenção de Operações de Crédito	30.000.000
No Exterior	*57.646.500*	*No País*	*30.000.000*
Concessão de Operações de Crédito	7.611.694.300	Obtenção de Operações de Outros Créditos	1.293.778.700
Concessão de Operações de Outros Créditos	1.093.283.000	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	110.115.900
Investimentos Imobilizado e Intangível	144.572.000	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	252.694.100
Imobilizado	*144.572.000*	Emissão de Outros Instr. de Captação	18.182.500
Inversões Financeiras	60.000	Aplicações Financeiras	922.110.100
Outras Despesas de Capital	5.641.892.000	Recursos de Fundos	8.991.243.100
Despesas Correntes	**6.309.662.700**	Recursos Provenientes de Depósitos	748.001.800
Despesas de Pessoal	2.064.976.100	Outras Receitas De Capital	1.315.067.100
Despesas com Dirigentes	8.462.200	**Receitas Correntes**	**10.193.069.600**
Despesas com Conselhos e Comitês	3.406.200	**Total dos Fontes**	**23.874.875.900**
Materiais e Produtos	10.178.000	**Variação Patrimonial**	**2.260.180.995**
Serviços de Terceiros	1.704.419.600	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-5.228.513.154**
Tributos	680.694.400	**Variação do Disponível**	**67.318.459**
Despesas Financeiras	1.082.219.200		
Outras Despesas Correntes	755.307.000		
Total dos Usos	**20.973.862.200**	**Total Líquido das Fontes**	**20.973.862.200**

25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**160.735.857.680**	**Receitas de Capital**	**157.735.250.183**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	3.333.772.451	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	2.061.731.948
No País	*3.262.488.036*	*Outros Recursos para Aumento do PL*	*2.061.731.948*
No Exterior	*71.284.415*	Obtenção de Operações de Crédito	167.377.373
Concessão de Operações de Crédito	61.412.499.000	*No Exterior*	*167.377.373*
Investimentos Imobilizado e Intangível	3.533.132.070	Emissão de Outros Instr. de Captação	13.985.039.562
Imobilizado	*3.441.732.070*	Aplicações Financeiras	46.132.652.640
Intangível	*91.400.000*	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	39.742.335.178
Inversões Financeiras	50.000.000	Recursos de Fundos	17.712.815.283
Outras Despesas de Capital	92.406.454.159	Recursos Provenientes de Depósitos	21.277.543.736
Despesas Correntes	**88.282.569.770**	Rendas de Participações	2.678.142.048
Despesas de Pessoal	22.389.462.516	Outras Receitas De Capital	13.977.612.415
Despesas com Dirigentes	37.314.275	**Receitas Correntes**	**130.698.962.394**
Despesas com Conselhos e Comitês	5.328.401	**Total dos Fontes**	**288.434.212.577**
Materiais e Produtos	108.022.289	**Variação Patrimonial**	**-24.786.207.757**
Serviços de Terceiros	6.314.049.450	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-13.985.039.562**
Tributos	6.960.745.822	**Variação do Disponível**	**-644.537.808**
Despesas Financeiras	39.432.959.469		
Outras Despesas Correntes	13.034.687.548		
Total dos Usos	**249.018.427.450**	**Total Líquido das Fontes**	**249.018.427.450**

25234 BANCO DO BRASIL S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**617.160.499.285**	**Receitas de Capital**	**624.613.212.503**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	36.291.326.130	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	13.188.865.952
No Exterior	*36.291.326.130*	*Outros Recursos para Aumento do PL*	*13.188.865.952*
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	19.163.452.614	Alienação de Valores e Bens	13.389.763.801
Concessão de Operações de Crédito	24.044.785.470	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	96.901.179
Concessão de Operações de Outros Créditos	20.155.020.264	Obtenção de Operações de Crédito	37.446.305.123
Investimentos Imobilizado e Intangível	5.227.365.914	*No Exterior*	*37.446.305.123*
Imobilizado	*3.302.708.667*	Obtenção de Operações de Outros Créditos	22.015.033.659
Intangível	*1.924.657.247*	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	13.100.127.717
Inversões Financeiras	10.032.728.841	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	17.983.869.482
Outras Despesas de Capital	502.245.820.052	Emissão de Outros Instr. de Captação	169.607.537.175
Despesas Correntes	**143.249.166.002**	Resgate de Outros Instr. de Captação	9.903.554.227
Despesas de Pessoal	20.662.016.933	Subvenções em Op. Crédito - Principal	3.182.800.121
Despesas com Dirigentes	54.604.938	Aplicações Financeiras	5.563.116.095
Despesas com Conselhos e Comitês	6.673.077	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	147.731.585.300
Materiais e Produtos	126.855.458	Recursos do Tesouro Nacional	64.301.443
Serviços de Terceiros	3.517.650.502	Recursos de Fundos	22.862.497.171
Tributos	15.280.029.179	Recursos Provenientes de Depósitos	55.856.909.790
Despesas Financeiras	76.450.824.452	Rendas de Participações	10.725.553.479
Outras Despesas Correntes	27.150.511.463	Participação nos Resultados	7.313.703.754
		Outras Receitas De Capital	74.580.787.035
		Receitas Correntes	**174.587.399.959**
		Total dos Fontes	**799.200.612.462**
		Variação Patrimonial	**-31.627.498.945**
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	**-1**
		Variação do Disponível	**-7.163.448.229**
Total dos Usos	**760.409.665.287**	**Total Líquido das Fontes**	**760.409.665.287**

25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**2.171.022.976**	**Receitas de Capital**	**2.344.617.395**
Concessão de Operações de Outros Créditos	44.732.407	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	69.231.695
Inversões Financeiras	24.819.029	*Outros Recursos para Aumento do PL*	*69.231.695*
Outras Despesas de Capital	2.101.471.540	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	64.238.306
Despesas Correntes	**389.395.697**	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	844.323.912
Despesas de Pessoal	60.576.550	Recursos Provenientes de Depósitos	211.465.201
Despesas com Conselhos e Comitês	193.198	Rendas de Participações	173.095.841
Materiais e Produtos	59	Participação nos Resultados	156.682.258
Serviços de Terceiros	2.123.181	Outras Receitas De Capital	825.580.182
Tributos	113.348.817	**Receitas Correntes**	**464.939.105**
Despesas Financeiras	59.012.921	**Total dos Fontes**	**2.809.556.500**
Outras Despesas Correntes	154.140.971	**Variação Patrimonial**	**-248.403.870**
		Variação do Disponível	**-733.957**
Total dos Usos	**2.560.418.673**	**Total Líquido das Fontes**	**2.560.418.673**

25236 BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BB DTVM **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**10.197.215.507**	**Receitas de Capital**	**10.197.215.505**
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	2.958.366.453	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	122.689
Concessão de Operações de Outros Créditos	167.640.202	*Outros Recursos para Aumento do PL*	*122.689*
Inversões Financeiras	2.020.859	Obtenção de Operações de Outros Créditos	4.500.041.333
Outras Despesas de Capital	7.069.187.993	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	179.975.807
Despesas Correntes	**1.349.139.437**	Aplicações Financeiras	4.024.904.579
Despesas de Pessoal	104.047.149	Recursos Provenientes de Depósitos	68.550
Despesas com Dirigentes	6.316.179	Outras Receitas De Capital	1.492.102.547
Despesas com Conselhos e Comitês	660.922	**Receitas Correntes**	**2.832.816.232**
Materiais e Produtos	287.637	**Total dos Fontes**	**13.030.031.737**
Serviços de Terceiros	40.299.910	**Variação Patrimonial**	**-1.579.467.801**
Tributos	1.162.844.690	**Variação do Disponível**	**95.791.008**
Outras Despesas Correntes	34.682.950		
Total dos Usos	**11.546.354.944**	**Total Líquido das Fontes**	**11.546.354.944**

25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**1.052.740.470**	**Receitas de Capital**	**1.052.740.809**
Concessão de Operações de Crédito	5.775	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	2.471.610
Concessão de Operações de Outros Créditos	32.899.514	*Outros Recursos para Aumento do PL*	*2.471.610*
Outras Despesas de Capital	1.019.835.181	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	14.885
Despesas Correntes	**267.377.329**	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	67.519.936
Despesas de Pessoal	3.816.149	Emissão de Outros Instr. de Captação	61.272.672
Despesas com Conselhos e Comitês	182.893	Aplicações Financeiras	163.936
Serviços de Terceiros	9.267	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	840.525.320
Tributos	45.428.870	Outras Receitas De Capital	80.772.450
Despesas Financeiras	210.083.612	**Receitas Correntes**	**318.457.294**
Outras Despesas Correntes	7.856.538	**Total dos Fontes**	**1.371.198.103**
		Variação Patrimonial	**-51.079.967**
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	**1**
		Variação do Disponível	**-338**
Total dos Usos	**1.320.117.799**	**Total Líquido das Fontes**	**1.320.117.799**

25247 BB CAYMAN ISLANDS HOLDING **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**972.730.578**	**Receitas de Capital**	**861.776.889**
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	18.475.385	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	31.741.699
Concessão de Operações de Outros Créditos	60.225.089	*Outros Recursos para Aumento do PL*	*31.741.699*
Outras Despesas de Capital	894.030.104	Alienação de Valores e Bens	144.722.596
Despesas Correntes	**4.462.108**	Obtenção de Operações de Outros Créditos	18.760.362
Despesas de Pessoal	724.535	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	52.931.860
Serviços de Terceiros	894.854	Resgate de Outros Instr. de Captação	465.299.434
Despesas Financeiras	2.685.967	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	105.415.658
Outras Despesas Correntes	156.752	Rendas de Participações	42.905.280
		Receitas Correntes	**116.133.961**
		Total dos Fontes	**977.910.850**
		Variação Patrimonial	**-529.069**
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	**-1**
		Variação do Disponível	**-189.094**
Total dos Usos	**977.192.686**	**Total Líquido das Fontes**	**977.192.686**

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BESCVAL **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**388.328**	**Receitas de Capital**	**962.221**
Concessão de Operações de Outros Créditos	564	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	191
Outras Despesas de Capital	387.764	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	863.265
Despesas Correntes	**914.680**	Outras Receitas De Capital	98.765
Despesas de Pessoal	269.222	**Receitas Correntes**	**340.172**
Despesas com Conselhos e Comitês	179.864	**Total dos Fontes**	**1.302.393**
Serviços de Terceiros	66.393	**Variação do Disponível**	**615**
Tributos	15.818		
Outras Despesas Correntes	383.383		
Total dos Usos	**1.303.008**	**Total Líquido das Fontes**	**1.303.008**

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**2.757.833.876**	**Receitas de Capital**	**2.212.285.990**
Outras Despesas de Capital	2.757.833.876	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	53.938.874
Despesas Correntes	**653.764.476**	*Outros Recursos para Aumento do PL*	*53.938.874*
Despesas de Pessoal	22.872.293	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	665.722.442
Despesas com Dirigentes	13.689	Outras Receitas De Capital	1.492.624.674
Despesas com Conselhos e Comitês	1.804.565	**Receitas Correntes**	**1.200.468.255**
Materiais e Produtos	47.008	**Total dos Fontes**	**3.412.754.245**
Serviços de Terceiros	138.233.397	**Variação Patrimonial**	**-1.157.754**
Tributos	430.594.797	**Variação do Disponível**	**1.861**
Outras Despesas Correntes	60.198.727		
Total dos Usos	**3.411.598.352**	**Total Líquido das Fontes**	**3.411.598.352**

25285 CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**269.124.811**	**Receitas de Capital**	**277.245.971**
Outras Despesas de Capital	269.124.811	Rendas de Participações	180.583.921
Despesas Correntes	**76.688.476**	Participação nos Resultados	96.662.050
Despesas de Pessoal	19.684.962	**Receitas Correntes**	**19.975.421**
Despesas com Dirigentes	5.406.296	**Total dos Fontes**	**297.221.392**
Materiais e Produtos	488.124	**Variação Patrimonial**	**40.987.866**
Serviços de Terceiros	9.711.126	**Variação do Disponível**	**7.604.029**
Tributos	36.952.514		
Despesas Financeiras	1.681.462		
Outras Despesas Correntes	2.763.992		
Total dos Usos	**345.813.287**	**Total Líquido das Fontes**	**345.813.287**

25292 CAIXA SEGURIDADE E PARTICIPAÇÕES S.A. **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**472.652.536**	**Receitas de Capital**	**1.400.282.671**
Outras Despesas de Capital	472.652.536	Rendas de Participações	1.054.582.374
Despesas Correntes	**488.099.932**	Participação nos Resultados	345.700.297
Despesas de Pessoal	43.877.986	**Receitas Correntes**	**943.270.983**
Despesas com Dirigentes	6.373.251	**Total dos Fontes**	**2.343.553.654**
Despesas com Conselhos e Comitês	1.276.919	**Variação Patrimonial**	**-1.244.018.297**
Serviços de Terceiros	18.063.181	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**15.000**
Tributos	405.612.168	**Variação do Disponível**	**-138.797.889**
Despesas Financeiras	3.650.158		
Outras Despesas Correntes	9.246.269		
Total dos Usos	**960.752.468**	**Total Líquido das Fontes**	**960.752.468**

25295 CAIXA LOTERIAS S.A **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	**443.788**	**Receitas Correntes**	**7.149**
Serviços de Terceiros	306.436	**Total dos Fontes**	**7.149**
Tributos	252	**Variação Patrimonial**	**422.806**
Outras Despesas Correntes	137.100	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-1.729**
		Variação do Disponível	**15.562**
Total dos Usos	**443.788**	**Total Líquido das Fontes**	**443.788**

25918 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**193.066.512.133**	**Receitas de Capital**	**241.237.964.677**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	2.694.835.545	Alienação de Valores e Bens	114.174.062.933
No Exterior	*2.694.835.545*	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	3.031.522
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	33.011.490	Obtenção de Operações de Crédito	15.520.295.780
Concessão de Operações de Crédito	46.809.930.586	*No Exterior*	*15.520.295.780*
Investimentos Imobilizado e Intangível	107.920.660	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	67.809.524.143
Imobilizado	*107.920.660*	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	1.055.235.292
Outras Despesas de Capital	143.420.813.852	Emissão de Outros Instr. de Captação	9.306.000.000
Despesas Correntes	**36.425.758.219**	Resgate de Outros Instr. de Captação	1.883.391.495
Despesas de Pessoal	1.173.845.331	Recursos de Fundos	23.010.640.852
Despesas com Dirigentes	11.974.909	Rendas de Participações	5.603.478.287
Despesas com Conselhos e Comitês	3.483.894	Participação nos Resultados	2.872.304.373
Materiais e Produtos	623.337	**Receitas Correntes**	**43.755.443.354**
Serviços de Terceiros	354.951.753	**Total dos Fontes**	**284.993.408.031**
Tributos	1.973.372.057	**Variação Patrimonial**	**8.705.354.684**
Despesas Financeiras	32.758.628.211	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-834.790.187**
Outras Despesas Correntes	148.878.727	**Variação do Disponível**	**-63.371.702.176**
Total dos Usos	**229.492.270.352**	**Total Líquido das Fontes**	**229.492.270.352**

25919 BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**3.508.029.847**	**Receitas de Capital**	**33.403.081.103**
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	6.783.145	Alienação de Valores e Bens	12.780.323.183
Inversões Financeiras	17.788.389	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	18.060.560.035
Outras Despesas de Capital	3.483.458.313	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	132.880.363
Despesas Correntes	**7.189.030.608**	Resgate de Outros Instr. de Captação	950.927.112
Despesas de Pessoal	662.010.730	Rendas de Participações	945.290.410
Despesas com Dirigentes	6.749.493	Participação nos Resultados	533.100.000
Despesas com Conselhos e Comitês	319.948	**Receitas Correntes**	**5.639.225.730**
Materiais e Produtos	351.335	**Total dos Fontes**	**39.042.306.833**
Serviços de Terceiros	104.888.328	**Variação Patrimonial**	**-24.344.365.295**
Tributos	4.653.446.386	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-4.000.881.083**
Despesas Financeiras	1.641.416.535		
Outras Despesas Correntes	119.847.853		
Total dos Usos	**10.697.060.455**	**Total Líquido das Fontes**	**10.697.060.455**

25921 AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME **R$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	**20.246.326.024**	**Receitas de Capital**	**21.896.310.336**
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	1.200.000.000	Alienação de Valores e Bens	133.184.126
No País	*1.200.000.000*	Obtenção de Operações de Crédito	2.400.000.000
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	2.394.576	*No País*	*2.400.000.000*
Concessão de Operações de Crédito	18.084.712.435	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	18.415.942.664
Outras Despesas de Capital	959.219.013	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	947.183.546
Despesas Correntes	**5.185.315.209**	**Receitas Correntes**	**8.172.083.582**
Despesas de Pessoal	298.750.005	**Total dos Fontes**	**30.068.393.918**
Despesas com Dirigentes	3.048.158	**Variação Patrimonial**	**-1.062.386.249**
Despesas com Conselhos e Comitês	144.493	**Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras**	**-3.574.366.436**
Materiais e Produtos	158.667		
Serviços de Terceiros	47.492.316		
Tributos	778.844.242		
Despesas Financeiras	4.025.066.705		
Outras Despesas Correntes	31.810.623		
Total dos Usos	**25.431.641.233**	**Total Líquido das Fontes**	**25.431.641.233**

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL